

TICO-TICO, KIRI, MARE, ABRAÇO, PASSOS, COLAR, GIRASSOL, ROSA, TERRA, VERDE, BEM, PUÃ, VEREDA, URUANA, ESMERALDA, LISA, CDD, PREVÊ, CAPIVARI, MUMBUCA, SARACURUNA, ESTELAS, FREIRE, VISTA LINDA, APUANÃ, VIDA, MORADIAS EM AÇÃO SAMPAIO, COMMISSARI, QUILOMBO, PROGRESSO, NEURO, ANTENA, PONTES, JUSTO, CONQUISTA, ATITUDE, ARAPONGA, PLANALTINA, PEQUÍ, ITA, PIRAPIRÊ, PANTANEIRO, BACURI, LASCA, SEMENTE, ARCO ÍRIS, APUÍ, FORTE, CENTELHA, COLONIAL, ARRAMBA, NOVA ALIANÇA, MAUÁ, PORAQUE, ARUAK, LIBERDADE, TUCUMÃ, PUXIRUM, CARAPURU, MUIRAQUITÃ, ANANIN, MUTIRÃO, IAÇÁ, PRACUÚBA, MOQUEIO, CARATETEUA \ **TERRITÓRIOS EM PAPEL** CAJUEIRO, CASTANHEIRA, TAUENSE, AÇAÍ, SABIÁ, MARI, PÉROLA, TERRA, SURURU, TINHARÉ, MOEX, KIRIRI, SAMPER, TRILHA, CAETÉ, UMOJA, LICURI, MANGUEZAL, CONCHA, ABRANTES, VALE, TIMBAÚBA, ITABEM, AB, CARIBELO, BENTO, POTIGUARA, SABIÁ, CASTANHA, PIRAMBÚ, RIO, PALMAS, CRISTÓVÃO, DENDÊ, IBARÉ, TA, CACTOS, ITA, TIMBA, SOL, MARACANÃ, PRATA, ITAPEBUSSU, GRÃO, SERRA, TUPI, PACA, CASTANHA, PALMEIRA, PAR, PAZ, MONÓLITO, FEITICEIRO, SANTANA, QUINAMUIU, GUARÁ, ORQUÍDEA, MARGARIDA, TINTIM, REIS, MUÇU REAL, COCAIS, CAJUEIROS, SEMEAR, LONGÁ, MARRUÁS, OPALA, CRISTALINA, CARNAÚBA, GOSTOSO, DUNAS

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Belas Artes

LILA GAUDÊNCIO

TERRITÓRIOS EM PAPEL

a reconfiguração de estruturas estéticas como processo de
emancipação política; o caso de moedas sociais brasileiras

Belo Horizonte
2019

LILA GAUDÊNCIO

TERRITÓRIOS EM PAPEL

a reconfiguração de estruturas estéticas como processo de emancipação política; o caso de moedas sociais brasileiras

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Artes da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Artes.

Área de Concentração: Artes Plásticas, Visuais e Interartes

Orientador: Adolfo Enrique Cifuentes

Belo Horizonte
Escola de Belas Artes da UFMG
2019

Ficha catalográfica
(Biblioteca da Escola de Belas Artes da UFMG)

701.17 Gaudêncio, Lila. 1990–
G266t Territórios em papel [manuscrito] : a reconfiguração de estruturas
2019 estéticas como processo de emancipação política; o caso de moedas
sociais brasileiras / Lila Daniela Gaudêncio Ribeiro Cabral. – 2019.
352 p. : il.

Orientador: Adolfo Enrique Cifuentes.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Escola de Belas Artes, 2019.

1. Moedas – Filosofia e estética – Teses. 2. Moedas brasileiras
Séc. XX-XXI – Teses. 3. Papel-moeda brasileiro – Séc. XX-XXI –
Teses. 4. Estética – Teses. 5. Imagem (Filosofia) – Teses. 6.
Economia solidária – Teses. 7. Criação (literária, artística, etc.) –
Teses. I. Cifuentes, Adolfo, 1961– II. Universidade Federal de
Minas Gerais. Escola de Belas Artes. III. Título.

Assinatura da Banca Examinadora na Defesa de Dissertação da aluna **LILA DANIELA GAUDÊNCIO RIBEIRO CABRAL** número de Registro **2018664080**.

Titulo: "TERRITÓRIOS EM PAPEL: a reconfiguração de estruturas estéticas como processo de emancipação política: o caso de moedas sociais brasileiras."



Prof. Dr. Adolfo Enrique Cifuentes Porras – Presidente – EBA/UFMG



Prof. Dr. Frederico Canuto – Titular – UFMG



Profa. Dra. Sibelle Cornélio Diniz da Costa – Titular – UFMG

Belo Horizonte, 18 de dezembro de 2019.

Agradecimentos Damiana Costa, Denise Aparecida Rodrigues, Gabriela Oliveira Dantas, Gustavo Resgala, João Lopes do Nascimento, Joaquim de Melo Neto, Joana Louback, Jorgiane Araújo, Leonardo Leal, Leonora Mol, Lindaura Gomes Fernandes, Lindayane dos Santos, Maria Soares, Morgana Baraúna, Rosângela Tigre, Rosimeire Gobira

+

Adolfo Cifuentes, Carlos Falci, Frederico Canuto, Marcelo Drummond, Paulo Baptista

++

Edenise Ribeiro, Fernando Badharó, Lúdia Gaudêncio e Maurício Ribeiro

Para João, Murilo & Cecília

RESUMO

Este trabalho propõe uma reflexão sobre os processos criativos de moedas sociais criadas e emitidas por Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs). Dentre as 150 moedas complementares produzidas entre 1998 a 2019 em comunidades e municípios brasileiros, suas particularidades estéticas – absolutamente únicas entre si –, são elementos não explorados no campo de estudos da economia solidária. O processo criativo dessas notas, que parte de fundamentos próprios deste sistema econômico, como aspectos de colaboração, horizontalidade e construção coletiva, propicia, numa dinâmica estética, a criação de cenários de participação ativa que impulsionam possibilidades de emancipação social, econômica e política. Nisso, ao analisar de maneira propositiva a metodologia e as dinâmicas de criação das moedas sociais como experiências sensíveis, tem-se como base os filósofos franceses Jacques Rancière e Bernard Stiegler; que tratam, respectivamente, dos conceitos de partilha do sensível e de miséria simbólica. Numa articulação entre esses dois pensadores, é possível entender como um processo de reengajamento com o simbólico, guiado por uma produção estética, dissensual e coletiva, ampliam as possibilidades de acesso à partilha pelo reordenamento dessas configurações do sensível. Com isso, a partir destas teorias e de um entendimento do espaço simbólico de poder que é o papel-moeda, compreende-se a potência do ato dessas comunidades ao ocuparem espaços “oficiais” dos quais são historicamente excluídos; pois interrompem, nesse ato, uma narrativa de incapacidade, substituindo-a por uma inversa, própria. Além disso, embora essas questões mostrem como as dinâmicas aplicadas no momento de implantação da moeda influenciam subjetivamente a comunidade, é improvável pensar que essas experiências estéticas seriam efetivas se elas também não acontecessem espacialmente. A partir dos estudos de Henri Lefebvre e Doreen Massey, a pesquisa também trata como o espaço tem uma função ativa – operacional e instrumental – de conhecimento e ação, afetando, em sua pluralidade de durações narrativas, a percepção do BCD e da moeda social naquele território. Dessa forma, este trabalho discute como os bancos comunitários, por suas ações estéticas no espaço – que incluem suas estruturas de gestão e governança –, reconfiguram a história do território ao reorganizar de forma sensível o código espacial e, nele, as definições gerais de valor; do lugar e do sujeito que o habita. O aspecto principal, assim, é o apontamento da centralidade da estética, do imaginário e da imagem na disputa política e de como uma reapropriação desses lugares simbólicos é um gatilho para uma emancipação política.

Palavras-chave: estética; emancipação; política; economia solidária; moeda social

ABSTRACT

This dissertation proposes a reflection on the creative processes of community currencies issued by Community Development Banks (BCDs). Among the 150 complementary currencies produced between 1998 and 2019 in Brazilian communities and cities, their aesthetic particularities – absolutely unique to each other – are elements not fully explored in the field of Solidarity Economy. The creative process of these banknotes, founded on the fundamentals of this economic system, such as aspects of collaboration, horizontality and collective construction, propitiates, in an aesthetic dynamic, the creation of scenarios of active participation that propel possibilities for social, economic and political emancipation. By purposely analyzing the methodology and dynamics of the creation of social currencies and their respective images as sensitive experiences, it is based, above all, on an articulation between french philosophers Jacques Rancière and Bernard Stiegler; which deal respectively with the concepts of distribution of the sensible and symbolic misery. In an articulation between these two thinkers, it is possible to understand how a process of reengagement with the symbolic, guided by an aesthetic, dissensual and collective production, broadens the possibilities of access to democracy by reordering these configurations of the sensible. Thus, from these two theories and starting from an understanding of the symbolic space of power that is paper money, one understands the power imbued in the act of occupying “official” spaces from which these communities have been historically excluded: because in this act they interrupt a narrative of incapacity, replacing it with another one of their own. Moreover, while these questions show how these dynamics can subjectively influence the community, it is unlikely that these aesthetic experiences would be effective if they did not happen spatially. Based on the works of Henri Lefebvre and Doreen Massey, this study also deals with how space has an active function – operational and instrumental – of knowledge and action, affecting, in its plurality of narrative durations, the perception of the BCD and the social currency in that territory. Therefore, what is discussed is how community banks, through their aesthetic actions in space – which include their management and governance structures – reconfigure the history of their territories by sensitively reorganizing the spatial code, and in it, the general definitions of value; of the place and the subject that inhabits it. The main aspect here is the understanding the centrality of aesthetics, imagery and image in the political dispute, and how a reappropriation of these symbolic places can trigger political emancipation.

Key-words: aesthetics; emancipation; politics; solidarity economy; community currency

ABREVIATURAS E SIGLAS

ADISC	Agência de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável de Chapada Gaúcha
APJ	Associação Aprender Produzir Juntos
BCB	Banco Central do Brasil
BCD	Banco Comunitário de Desenvolvimento
BANCLISA	Banco Comunitário de Liberdade e Inclusão Solidária Articulada
BANPOPE	Banco Popular Do Pequeno Empreendedor
CAC	Comitê de Análise de Crédito
E-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
ITES	Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NESOL	Núcleo de Economia Solidária
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDES	Secretaria de Desenvolvimento Social
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SENISP	Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Urbana
S.I.	Sem Informação
SICOOB	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
USP	Universidade de São Paulo

BANCO CAPARAO, BANCO KIRI-KERÉ, BANCO MAR, BANCO SOL, BANCO ESPERANÇA, BANCO UNIÃO, BANCO PUÃ, BANCO CHAPADENSE, BANCO SUSSUARANA DEUS, BANCO PREVENTÓRIO, BANCO CAPIVARI, BANCO TO, BANCO PAULO FREIRE, BANCO VISTA LINDA, BANCO BANCO UNIÃO SAMPAIO, BANCO PADRE LEO COMM BANCO NEURO, BANCO CASCATA, BANCO PONTES S RAL, BANCO ITAPOÃ, BANCO ARAPOANGA, BANCO P BANCO PANTANAL, BANCO CERRADO, BANCO AROEI LO, BANCO FORTE, BANCO FAROL, BANCO COLONIAL BANCO NOVA ALIANÇA, BANCO MAUÁ, BANCO PORA BERDADE, BANCO PARINTINS, BANCO RIO CARAPURU NHA, BANCO RIO CANATICÚ, BANCO PRACUUBENSE CAJUEIRO, BANCO CASTANHEIRA, BANCO TAUENSE, PÉROLA DO MÁRMORE, BANCO OLHOS D' ÁGUA, BA CO FONTE DE ÁGUA FRESCA, BANCO GUINÉ, BANCO LUZIA, BANCO AMIGOS DO SERTÃO, BANCO OURO N RIO, BANCO VALE ACARAPE, BANCO DUNAS DE ARAN QUILIANO, BANDESC, BANCO POTIRA, BANCO SERTA RIO SOL, BANCO PALMAS, BANCO SÃO CRISTÓVÃO, BANCO AMIZADE, BANCO JUAZEIRO, BANCO ITASOL BANCO PAJU, BANCO JAÇANA, BANCO EMPREENDED SERRA DAS MATAS, BANCO OCARDS, BANCO PACATU PAR, BANCO FREI DIOGO, BANCO QUIXADÁ, BANCO QUINAMUIU, BANCO QUILOMBOLA, BANCO JARDIM CO CINCO LAGOAS, MUÇUBANK, BANCO COCAIS, BAN BANCO MARRUÁS, REDE OPALA, BANCO PUREZA, BAN

BANCO ABRAÇO, BANCO PASSARELA, BANCO VIVER,
BANCO TERRA, BANCO VERDE VIDA, BANCO BEM, BAN-
CA, BANCO ESMERALDA, BANCLISA, BANCO CIDADE DE
BANCO MUMBUCA, BANCO SARACURUNA, BANCO TONA-
DO APUANÃ, BANCO NASCENTE, BANCO AUTOGESTÃO
DESSARI, BANCO SANTA EUDÓXIA, BANCO ORQUÍDEA,
BANCOS SOLIDÁRIAS, BANCO JUSTA TROCA, BANCO ESTRUTU-
RANALTINA, BANCO PEQUÍ, BANCO ITA, BANCO PIRÊ,
BANCO RAIZ, BANCO VITÓRIA, BANCO TRIÂNGU-
L, BANCO ARIRAMBA, BANCO BOA VISTA DOS RAMOS,
BANCO QUE, BANCO ARUAK, BANCO CONQUISTA, BANCO LI-
QU, BANCO MUIRAQUITÃ, BANCO PAAR, BANCO ALDEI-
E, BANCO TUPINAMBÁ, BANCO CARATATEUA, BANCO
BANCO MIRI, BANCO PARAÍSO, BANCO MARI, BANCO
BANCO SOLIDÁRIO, BANCO CASA DO SOL, RESEX, BAN-
CO ECOLUZIA, BANCO DOIS DE JULHO, BANCO SANTA
NEGRO, BANCO ILHAMAR, BANCO ABRANTES SOLIDÁ-
RIAS, BANCO SERRA VERDE, BANDESB, BANCO PADRE
NEJO, BANCO RIO CHORO, BANCO PIRAMBÚ, BANCO
BANCO DENDÊ SOL, BANCO SERRA AZUL, BANCART,
L, BANCO TREMEMBÉ, BANCO TIMBAÚBAS, BANSOL,
BANCOS DORES, BANCO ITAPEBUSSU, BANCO BURITI, BANCO
BANCO BANO, BANCO ARTPALHA, BANCO SERRANO, BANCO
BANCO FEITICEIRO, BANCO SANTANA DO ARACAÚ, BANCO
BANCO BOTÂNICO, BANCO MARINGÁ, BANCO LAGOA, BAN-
CO BANCO CAJU DA PRAIA, BANCO SEMEAR, BANCO RETIRO,
BANCO CARNAUBAIS, BANCO GOSTOSO, BANCO DUNAS



SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	CONDICIONAMENTOS	20
2.1	Sobre destruições e imaginários hipertrofiados	20
2.2	Das alternativas autônomas ao poder de agir	27
2.3	A (re)apropriação da produção simbólica	35
3	SUDESTES	44
4	DESIDENTIFICAÇÕES	108
4.1	Da guerra estética à miséria simbólica	108
4.2	Interrupções no único mundo possível	113
5	CENTROS E SULS	124
6	MULTIPLICIDADES	152
6.1	Recapturando o código, (re)percebendo o rastro	152
6.2	Fixando a pluralidade de durações	162
7	NORDESTES	168
8	INTERVALOS	288
8.1	Teófilo Otoni: as Lisas e o E-dinheiro	288
8.2	Chapada Gaúcha: Veredas	298
9	NORTES	304
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS	332
	REFERÊNCIAS	340
	ANEXO I Lista de BCDs	348

1. INTRODUÇÃO

O sociólogo Amaury da Silva Júnior (2008) apontou em sua tese *Etnografia do Dinheiro* que o papel-moeda como signo genérico de valor, pode – ao representar possibilidades infinitas ligadas ao desejo – ultrapassar o lastro e substituir sua matéria por uma espécie de “espírito”, passando a ser, assim, poder puro. Tendo ganhado um imaginário próprio que valida sua emissão e ancora sua polissemia na “narrativa nacional”, a cédula se torna uma construção visual que interfere diretamente na formação de individualidades e nos sentimentos de pertencimento de quem a manipula diariamente. O papel-moeda, portanto, não é neutro: ela afeta e potencialmente cria relações.

A imagem do dinheiro por si só, assim, carrega a potência de transformação e subversão do sistema no qual está inserido, e, mais comumente, o papel de uma forma de validação do território que representa. Ao observar as imagens de moedas fiduciárias, percebe-se como o papel-moeda é um espaço “vitrine” para a propagação de uma narrativa oficial; refletindo e repassando também os valores políticos-econômicos de uma lógica capitalista. A dinâmica estética historicamente colocada por moedas oficiais, por exemplo, refletem, com raras exceções, imagens e composições popularmente passivas – uma passividade alimentada pelo pensamento econômico que isenta a participação popular na construção do mundo.

É interessante, portanto, pensar em como alterar e interromper estes elementos narrativos possibilitaria uma modificação nesses mesmos sistemas de pensamento. Estas, portanto, são algumas questões pelas quais a pesquisa se inicia, partindo especificamente das dinâmicas encontradas na economia solidária, nos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) e nas moedas sociais criadas e emitidas por eles.

Com isso, o primeiro capítulo manobra especificidades dos pensamento sociológico em relação a questões de poder simbólico, conformismos lógicos e imaginário social; discussões que, pareadas com os princípios da economia solidária, mostram como essas formas de sistemas articulados de organização do conhecimento são uma intermediação financeira que não é apenas um processo econômico, mas também um processo cultural e associativo.

Assim, o que o capítulo *Condicionamentos* destaca é como esse sistema de reciprocidade e de ajuda mútua desenvolve as capacidades produtivas da comunidade, a partir do momento em que ele orienta uma transformação da mentalidade cultural dominante, na construção de um sentimento de integração e cooperação. Por isso, além de contribuir para viabilizar atividades econômicas na comunidade, os bancos comunitários procuram despertar uma consciência crítica da população local, incentivando o desenvolvimento de uma nova subjetividade, fundamentada nos valores de uma “liberdade compartilhada”. (FREIRE, 2013).

A discussão segue, assim, para o segundo capítulo teórico (*Desidentificações*), que faz uma abordagem dessas questões a partir das teorias de Bernard Stiegler e Jacques Rancière. A articulação entre os filósofos franceses e seus conceitos de miséria simbólica e de partilha do sensível, respectivamente, propõe uma reflexão sobre como os processos de criação da moeda social são essencialmente processos de reengajamento com o simbólico, guiados por uma produção estética, dissensual e coletiva; uma dinâmica que amplia as possibilidades de acesso à partilha pelo reordenamento dessas configurações do sensível.

Considerando que a estética já está presente na base da política – já que estar no tempo e no espaço é uma experiência sensível –, os bancos comunitários, em suas ações, tornam capaz a configuração da história do território ao reorganizar as definições de valor naquele e daquele local; pelo processo de criação de dissenso ser composto por uma estética que faz com que regimes distintos de expressão se comuniquem. Em outras palavras, se os intervalos são criados quando há uma renegociação dos modos temporais, e as interrupções são os momentos em que o tempo da dominação se encontra bloqueado, a moeda social, em sua concepção, é tanto um quanto o outro.

À vista disso, entende-se como essas moedas são importantes instrumentos políticos, por elas adquirem funções de cunho simbólico, reforçando a identidade das pessoas e do território onde circulam; e, nisso, indo além do fomento do desenvolvimento econômico para a coletividade em que se inserem por proporcionarem também um desenvolvimento subjetivo nesses lugares. Por isso, o pressuposto geral desta dissertação é

de que o processo envolvido no uso da moeda social é capaz de promover, mesmo que minimamente, transformações não só nas relações socioeconômicas no território, mas também no campo do sensível, por serem processos essencialmente estéticos.

Entrando para o capítulo 6 (*Multiplicidades*), o que se discute, com isso, é que ao circular, essas narrativas circulam efetivamente num espaço – e é no espaço que elas encontram uma consolidação da própria existência. Assim, é improvável pensar que essas experiências estéticas seriam efetivas se elas também não acontecessem espacialmente.

A partir de uma articulação entre Henri Lefebvre, Doreen Massey e Jaime Ginzburg, a pesquisa também trata como o espaço tem uma função ativa, afetando, em sua pluralidade de durações narrativas, a percepção do BCD e da moeda social naquele território. Isso num entendimento de que aprender a ler (e produzir) o espaço pode perturbar a maneira que “certas questões políticas são formuladas, pode contribuir para argumentações políticas já em curso e – mais profundamente – pode ser um elemento essencial na estrutura imaginativa que permite, em primeiro lugar, uma abertura para a genuína esfera do político” (MASSEY, p. 30, 2008). Dessa forma, é tratado como os bancos comunitários, por suas ações estéticas no espaço – que incluem suas estruturas de gestão e governança –, reconfiguram a história do território ao reorganizar de forma sensível as definições gerais de valor; do lugar e do sujeito que o habita.

O ponto mais importante aqui é compreender como experiências de decifrar e ler o espaço permitem desvelar ideologias, já que compreender a constituição do espaço é compreender também a disputa de poder que se dá em torno dele e, mais importante, o poder que suas instituições concentram.

Toda essa discussão culmina no último capítulo escrito (*Intervalos*), que traz experiências do norte de Minas: a do Banco Chapadense, de Chapada Gaúcha; e a do Banclisa, de Teófilo Otoni, na forma de histórias-até- agora desses territórios, para usar um termo de Doreen Massey. Nele, Lindaura Gomes Fernandes, Lindayane dos Santos, Maria Soares e Rosimeire Gobira relatam, em falas livres, as próprias experiências relacionadas aos bancos comunitários e as dificuldades enfrentadas nos últimos anos.

Por fim, e intercalados a essas conversas teóricas, estão os capítulos visuais – *Sudestes, Centros & Suls, Nordeste* e *Nortes* –, que trazem, num exercício de mostraçã¹, a estilo de Walter Benjamin, as moedas sociais produzidas no território brasileiro. A forma escolhida aqui, foi de inserir as imagens das moedas sociais não como figuras meramente ilustrativas de um processo, mas como manifestações estéticas políticas que trazem em si uma argumentação lógica, uma denúncia e uma clara forma de resistência: mostrando-se como reflexos da verdadeira política. Aqui, são essas imagens que sustentam o texto, e não o contrário.

Isso porque as moedas sociais inventam um novo conjunto de lentes para ver a paisagem complexa da identidade nacional e dos fragmentos heterogêneos de Brasil, sendo empregadas não como massificação, mas como ações de micropolítica; uma prática social, estética e crítica que fomenta uma ação transformadora e reflete uma rede heterogênea, horizontal e colaborativa de culturas visuais brasileiras coexistentes a partir de um processo de legitimação econômica.

São imagens, portanto, que resultam da organização popular e comunitária e produzem arranjos inovadores articulando ativamente cultura e história local à produção de seu desenvolvimento. Considerando que o não-reconhecimento dessas culturas pela ideologia dominante se deve à necessidade de eliminar as soluções populares diante das questões sociais, um regime estético autêntico que recoloca as comunidades na produção de sua própria história pede um registro e um protagonismo urgente dessas imagens.

À medida que as dinâmicas dessas comunidades se tornam mais visíveis, a necessidade de imaginar possibilidades, alternativas de união e ação coletiva, também se torna mais pronunciada. E a fluidez da temporalidade, da espacialidade, da coletividade e da criação é uma poderosa ferramenta teórica para o desmantelamento das ortodoxias tradicionais que buscam suprimir as diferenças.

¹ “Eu não tenho nada a dizer. Somente a mostrar.” (BENJAMIN, p. 502, 2007)

2. CONDICIONAMENTOS

2.1

SOBRE DESTRUIÇÕES E IMAGINÁRIOS HIPERTROFIADOS

A destruição está na base do capitalismo. No sistema neoliberal, a destruição é um dos fundamentos da reprodução e produção contemporânea: está na busca crônica do capital em manter sua operabilidade econômica, ao tornar valores de uso obsoletos e ao reduzir tempos de produção e consumo. (CARDOSO, 2018). O conceito clássico de *destruição criativa*, por exemplo, formulada pelo economista liberal Joseph Schumpeter¹, descreve o processo de mutação industrial que revoluciona internamente a estrutura econômica – uma mutação de forças criativas e concomitantemente destrutivas liberadas pelo capitalismo que, por estarem “incessantemente destruindo a velha, incessantemente criando uma nova” (SCHUM-PETER, p. 82, 1994), eventualmente causariam a destruição do próprio sistema.

Como se sabe, no capitalismo a reprodução tem que ser ampliada. Ou seja, a cada novo ciclo produtivo, uma quantidade maior de investimento é exigido, junto à geração de montantes superiores de excedente. E para que isso aconteça, há uma alteração nas forças produtivas (pela destruição criativa, via inovações tecnológicas e institucionais), uma modificação das relações de produção, e, conseqüentemente, uma mudança no padrão de desenvolvimento daquele momento. (FRANÇA FILHO, 2013). Contudo, a implantação do novo envolve “muitas turbulências e significativas transformações na sociedade, pois, cada vez mais, potencializam-se o grau de complexidade e de interligação entre as variáveis econômicas, políticas, sociais e culturais” (FRANÇA FILHO, p. 15, 2013). E são essas interligações o centro da turbulência.

Quase 50 anos depois que Schumpeter publica *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, o geógrafo David Harvey (1996), em seu livro *Condição Pós-Moderna* trata dessa questão ao se apropriar do termo² do economista austríaco para traçar a destruição criativa como eixo

¹ O conceito “destruição criativa” é atribuída a Schumpeter desde a década de 1950, mas é originalmente derivada da obra de Karl Marx, embora Marx não tenha cunhado o termo em si. No entanto, no entendimento marxista, a ideia de “destruição criativa” está mais associada aos processos interligados de acumulação e aniquilação da riqueza no capitalismo.

² Harvey enfatiza criticamente a sensibilidade de Schumpeter em compreender os ciclos de inovação e de destruição criativa que derivam e ocorrem “não por causa das míticas capacidades do empreendedor inovador (...), mas por causa das leis coercitivas da competição e das condições de classes endêmicas no capitalismo” (HARVEY, p. 102, 2005). (CARDOSO, 2018).

disparador de processos de renovação das relações sociais capitalistas; a destruição sendo assim um elemento de mudança de padrões de acumulação, sempre *criando* novos canais de exploração e formas diversificadas de consumo (HARVEY, 2011). O efeito disso é, nas palavras do pensador inglês, da “inovação contínua”; um efeito que pode “desvalorizar, senão destruir, investimentos e habilidades de trabalho passado” (HARVEY, p. 102, 2005). É nesse processo de destruição de determinados passados que a “inovação contínua” torna-se uma das principais ferramentas para o estabelecimento de normas e instituições que atendem a interesses específicos de grupos hegemônicos. Para que isto seja possível, é preciso afetar tanto os campos específicos da reprodução do capital quanto os campos da produção social; fazendo com que a destruição criativa possa ser entendida como um projeto que manipula, simultaneamente, os aspectos objetivos e subjetivos da sociedade capitalista.

Assim, a destruição é invariavelmente um elemento central das múltiplas determinações deste sistema; determinações que envolvem e fabricam as dinâmicas e antagônicas relações que lidam com a ideia de valor, e que, por si só, expressam específicas “formas de ser”, nas palavras de Karl Marx. Logo, as destruições – assim mesmo, no plural – são *internalizadas* nessas determinações de existência, diluindo-se nos modos individuais e coletivos de pensar e agir e, conseqüentemente, sob aspectos fundadores da vida social, econômica e política. “Desse ângulo, o amadurecimento histórico do capital fez emergir ideologias de um cotidiano posto (...) por parte das camadas sociais hegemônicas (...) nos estribos da desigualdade entre os campos da autoconstituição do homem”. (CARDOSO, p. 575, 2018).

O ponto importante aqui é compreender que “a destruição, como *força criativa*, deixa de projetar transformações civilizatórias para ser redinamizada exclusivamente no processo de acumulação, efetivando-se também como força reacionária e conservadora” (CARDOSO, p. 576, 2018), exatamente por destruir outras energias sociais que não partem das classes dominantes. À vista disso, Harvey entende que a criação do sistema neoliberal implicou em anulações para além do campo institucional, afetando também “as relações estruturais da força de trabalho, relações sociais, políticas de bem-estar social, arranjos tecnológicos, modos de vida, pertencimento à terra, hábitos afetivos, modos de pensar e outros mais.” (HARVEY, 2007, p.3). Isso posto, entende-se como a destruição é, em sua essência, de cunho puramente ideológico.

Fica claro portanto, que o neoliberalismo como tipo de discurso “soberano” se dissemina para além das práticas político-econômicas: ele habita o imaginário e a forma como vemos, vivemos e compreendemos o mundo. Por isso, esse discurso implica não só em mudanças econômicas, mas em profundas mudanças na ordem social, especificamente no ponto onde as relações sociais e seus repertórios simbólicos se formam. (PAULANI, 2010). O discurso econômico capitalista torna-se, desse modo, um sistema de pensamento hegemônico e, pior: absolutamente naturalizado.

Para que essa naturalização seja possível, Harvey aponta que é preciso que a “enunciação de conceitos fundamentais esteja tão profundamente enraizada no senso comum a ponto de ser tomada como certa e fora de todo questionamento”. (HARVEY, 2007, p. 3). E para que esse enraizamento de fato ocorresse, seria preciso “construir um aparato conceitual que se mostre quase ‘natural’ para nossas intuições e instintos, para nossos valores e desejos, bem como para as possibilidades que pareçam estar inseridas no mundo social que habitamos.” (idem). Em resumo, o trabalho do “aparato conceitual” é um trabalho estritamente voltado ao imaginário. E é, especificamente, um engenhoso trabalho de *condicionamento* que dita e limita o campo do possível; onde a realidade é apresentada como horizonte intransponível – ou seja, ela não pode ser mudada.

Essa projeção da realidade limitada leva a um outro condicionamento do capitalismo: um consenso que as formas de organização do nosso cotidiano “pertencem” exclusivamente a esferas “superiores” da vida, como o Estado ou o mercado. “A própria forma de definir o mundo que nos cerca seria coisa de terceiros” (DOWBOR, p. 11, 2016), uma apreensão do mundo historicamente projetado pelas classes dominantes e conservadoras da vida política que reafirmam, continuamente, uma dita “incapacidade congênita do povo” (CATTANI, p. 176, 2009). Antonio David Cattani aponta que essa “incapacidade” partia da constatação de que existem desigualdades na constituição física, nos aspectos intelectuais e na “distribuição” de talentos entre os indivíduos, algo que justificava plenamente a concentração do poder nas mãos daqueles julgados mais “capazes”. Assim, o pensamento elitista projeta a ideia de que “o homem-massa é o homem-mediocre, abúlico, com comportamento de rebanho, para o qual nada mais resta que se prostrar e submeter-se à condução dos líderes”. (idem).

Claro que, atualmente, as formas mais radicais do pensamento elitista não se manifestam tão explicitamente. O problema da opressão, exploração e alienação continua vivamente presente, embora assumam diferentes configurações na contemporaneidade. São versões mais amenizadas que se apresentam no campo progressista buscando um dito “bem comum”, numa variante assumidamente tutelar, mas que ainda reforçam relações de subserviência entre os indivíduos e as instituições. (CATTANI, 2009). Seja violento ou tutelar, as implicações que esse discurso tem na formação dos sujeitos, sob o ponto de vista subjetivo, é consideravelmente negativa. Ter uma percepção de si como “inferior”, “incapaz” ou “limi-

tado”³, supõe uma espécie de conformismo lógico, para usar um termo do sociólogo Émile Durkheim; um elemento – e sentimento – decisivo na reprodução de ordens cotidianas, no sentido que designa explicitamente a função social e acaba por tornar possível o consenso fabricado acerca do mundo. (BOURDIEU, 2002).

Algo que dificulta essa ruptura subjetiva está na identificação das origens dessa percepção. Cattani diz que todas essas formas anti-emancipadoras são, de certo modo, convencionais, ou seja, são facilmente perceptíveis na história das relações entre, por exemplo, soberanos e vassallos, dirigentes e dirigidos, definindo as configurações do conhecido contrato social. Contudo, o economista gaúcho coloca que “muito mais complexa é a forma contemporânea de controle social, que naturaliza a dominação mediante as relações capitalistas. Estas têm a figura do mercado como auto-referente, auto-institucionalizante e ordenadora suprema das relações entre os indivíduos.” (CATTANI, p. 177, 2009). Isto é, embora as imagens clássicas do poder – como o Estado –, são facilmente identificáveis, a figura da economia, do mercado – do capitalismo – é *diluída* na vida social, fazendo dela um tipo de poder invisível e, invariavelmente simbólico.

O sociólogo Pierre Bourdieu, ao tratar a questão do capital, mostra como ele realmente é um elemento fundamental para se inculcar uma determinada visão de mundo nos campos sociais, culturais, simbólicos e, claro, econômicos; este último especificamente “tende a impor a sua estrutura aos outros campos” (BOURDIEU, p. 153, 2003), algo possibilitado pelo fato dos objetos do mundo social serem constituídos por uma indeterminação, uma vagueza que possibilita um preenchimento no real, com uma visão de mundo específica; sendo, normalmente, àquela do grupo que possuir maior capital. A percepção do mundo social é, com isso, o resultado de uma dupla estruturação social: uma objetiva e outra subjetiva. (SILVEIRAS, 2012). E ambos são um campo de disputa política.

3 Numa pesquisa realizada junto às cooperativas populares de Porto Alegre, a psicóloga social Marília Veríssimo Veronese (2008) identificou na fala da maior parte dos trabalhadores entrevistados a presença dessa suposta incapacidade, acompanhado de um sentimento de inadequação. “As competências do ‘eu’ são percebidas como limitadas e inadequadas” (VERONESE, p. 106, 2008), e, quando há falhas no processo, aparece também a autoculpabilização ligada a uma desvalorização das competências do sujeito “como se individualmente (ou mesmo como grupo), não tivessem sido capazes de evitar o desastre, assumindo a culpa e nomeando-se incompetentes e acomodados” (idem). A pesquisadora gaúcha coloca que, às vezes, essa percepção de si como “inferior e incapaz” faz com que os indivíduos desistam do empreendimento solidário e da gestão compartilhada e retornem ao modelo anterior, único repertório conhecido, que é da heterogestão, em que um patrão, chefe, supervisor, decide, orienta e define os rumos dos processos e das relações da e na produção. Os impactos psicológicos deste discurso são, portanto, consideráveis.

Nessa disputa pela produção e pela imposição de um mundo “legítimo” – e de formas de vida “legítimas”; mais precisamente, de todas as estratégias cognitivas de preenchimento que produzem o sentido do mundo social e são implantadas no imaginário da população –, (BOURDIEU, 2003) trava-se uma luta política: “luta ao mesmo tempo teórica e prática pelo poder de conservar ou de transformar o mundo social, conservando ou transformando as categorias de percepção desse mundo” (BOURDIEU, p. 142, 2003), sob a forma invisível de um poder simbólico.

Numa conferência na Universidade de Chicago em abril de 1973, Bourdieu discorreu sobre o poder simbólico, e enfatizou a necessidade de saber descobri-lo, especialmente nos lugares onde este tipo de poder invisível está menos visível ou é completamente ignorado, como na vida cotidiana. O pensador francês, assim, argumenta como os sistemas simbólicos, sendo instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são, eles mesmos, estruturados. Por ser um tipo de poder de construção da realidade, ele tende a estabelecer uma ordem cognitiva – gnoseológica, nas palavras de Bourdieu – e, faz com que o sentido imediato do mundo supõe a um conformismo, a “uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância”. (BOURDIEU, p. 9, 2002).

A questão é que essa concordância – esse condicionamento em comum –, é criado a partir de uma violência simbólica, que está na forma como o indivíduo percebe a realidade social; é uma coerção que age exatamente sobre esta compreensão, como tratado nos parágrafos anteriores com Antonio David Cattani. Assim, esse conformismo é efetivado sob uma violência “suave, sensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da dominação e do conhecimento; ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento”. (BOURDIEU, p. 7, 2011). É nesse lugar que ocorre o conflito, uma luta pela determinação dessas compreensões e sentimentos; uma luta por um poder de *classificação*, ou seja, de definição de uma ordem hierárquica das coisas.

Na disputa pela capacidade de mudar percepções, fica claro como as produções simbólicas acabam historicamente alinhadas com os interesses de classes específicas. São projetos que

servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (...); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas definições. (BOURDIEU, p. 10, 2002)

As consequências desse processo é de uma produção simbólica que passa a ser instrumento de imposição, de dominação e ainda de *legitimação* dessa dominação; e, com isso, exerce

sua função política ao contribuir para a manutenção daquela dinâmica desequilibrada de poder. Ao assegurar essa dominação de uma classe sobre a outra, Bourdieu aponta como a violência simbólica contribui consideravelmente para, segundo a expressão de Max Weber, a “domesticação dos dominados”.

O que Pierre Bourdieu descreve é o que o cientista político e historiador José Murilo de Carvalho aponta como uma forma de manipulação do imaginário social. A questão é compreender como a elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político; e, conseqüentemente, também de qualquer regime econômico. “É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro.” (CARVALHO, p. 10, 1990). Carvalho enfatiza como o imaginário social é constituído em leituras “menos codificadas” e, exatamente por possuir este caráter mais difuso, diluído, torna-se um poderoso elemento de projeção; projeções que, ao atingir o imaginário, podem moldar, fabricar e destruir modos alternativos de ser, de ver e de sentir.

Assim, entende-se como as diferentes classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica pela implantação da definição do mundo social mais alinhado aos seus próprios interesses. O imaginário é, desse modo, um campo de disputa política. Uma disputa que pode ser conduzida diretamente, nos conflitos simbólicos da vida cotidiana ou por “procuração”, nas palavras de Bourdieu, por meio dos “especialistas” da produção simbólica; que, embora “simbólico”, é perfeitamente capaz de produzir significativos impactos e efeitos no mundo real (BOURDIEU, 2002); mas nem sempre de forma heterogênea.

Esta é a questão: as definições da composição social, a regulação das preferências, das formas produtivas e, assim, do que seria um povo “capaz” – e um mundo possível –, acaba sendo regida por uma única racionalidade que incentiva certa passividade a partir de um discurso feudal da incapacidade do “homem comum”. Desse modo, seja por uma mão invisível reguladora ou pela ordem estatizante de um planejamento centralizado, essas “simplificações ideológicas”, conforme as define Ladislau Dowbor (2016), impedem práticas democráticas participativas e, nisso, acabam reforçando desequilíbrios históricos herdados nos campos sociais, econômicos e políticos. O aspecto, talvez mais problemático deste condicionamento, é que “o que nos explicam, na impossibilidade de negar os absurdos, é que os outros caminhos são piores” (DOWBOR, p. 12, 2016), ou até impossíveis. “O liberalismo, mais precisamente em sua versão econômica recente, é um exemplo dessa visão de curto prazo (...): a vida fragmentada e medíocre é o horizonte possível da realização humana”. (CATTANI, p. 330, 2009). A criação e recriação da vida em sociedade fica limitada.

Em *Sobre o político*, a cientista política Chantal Mouffe (2015) aponta, logo no primeiro capítulo, como essa hegemonia do pensamento liberal resultou numa incapacidade de pensar politicamente, e de pensar outras possibilidades. Apesar de ser um discurso filosófico com

inúmeras variáveis, sem uma essência comum – mas unidas por uma infinidade de semelhanças –, o liberalismo tende a se caracterizar (salvo raras exceções, como a autora aponta) por uma abordagem individualista e racionalista do mundo; algo que, nas palavras de Mouffe, impede o reconhecimento da natureza das identidades coletivas e, nisso, impede também a compreensão do pluralismo do mundo social⁴.

Arturo Escobar (2013), em um texto sobre o problema do dualismo ontológico e a tradição racionalista, falou sobre a incessante expansão das formas hegemônicas da modernidade e como estas empreendem à humanidade uma “fatal viagem” cultural, existencial e política frente ao dualismo ontológico que hierarquizou as diferenças e impulsionou a crença absoluta num mundo único, que é o mundo capitalista. Isso seria, nas palavras do antropólogo colombiano, um “desenho global”, resultado de uma “história colonizadora hipertrofiada”, que inviabiliza formas alternativas de existência – e inviabiliza, sobretudo, imaginá-las. Novamente: há aqui uma disputa simbólica, intrinsecamente ligada às disputas ideológicas da destruição criativa e às disputas políticas que nascem delas.

Nisso, romper com essa realidade condicionada é, efetivamente, abrir à possibilidade de outras formas de organização e de existência. Mas como desconstruir esse sistema de pensamento tão engenhosamente fabricado? Retomando rapidamente Ladislau Dowbor (2016), o economista brasileiro afirma como a mudança do ciclo econômico possibilita uma quebra da passividade e dispara uma dinâmica de poder local. Se percebemos o papel da economia no ceticismo das capacidades transformadoras da população, é possível perceber também como alterar projeções desse sistema altera também a possibilidade de novas dinâmicas surgirem; como, por exemplo, dinâmicas autogeridas e ações participativas. Essas práticas, aqui especificadas por Dowbor como práticas de poder local, estão no centro do conjunto de transformações que envolvem a descentralização, a solidariedade e a ampla participação social – características presentes na economia solidária.

⁴ No seu confronto com as hipóteses liberais, a pensadora belga aborda *O conceito do político*, obra do jurista, filósofo e político alemão Carl Schmitt, que critica a concepção gerada pelo princípio capitalista. Schmitt argumenta que todo individualismo “coerente” precisa negar o político, por haver uma exigência em manter o indivíduo como ponto de referência fundamental. (MOUFFE, 2015). Daí a impossibilidade do pensamento liberal – caracterizado por este individualismo metodológico - de entender a natureza do coletivo. E entender a natureza do coletivo é entender a natureza do político.

2.2 DAS ALTERNATIVAS AUTÔNOMAS AO PODER DE AGIR

O desenvolvimento do sistema capitalista tem favorecido uma série de precarizações, como o desemprego, a crise financeira e, conseqüentemente, o aumento da desigualdade; uma série de problemáticas que o sistema por si só tem se mostrado incapaz de resolver. A lógica desse tipo de desenvolvimento proposto perpetua uma dinâmica de desigualdade social e desequilíbrio econômico, cujas soluções são insuficientes, pois “não atacam suas causas estruturantes, que fazem parte da própria dinâmica”, (FRANÇA FILHO, p. 17, 2013) de uma lógica fundada no consumo, no crédito e na acumulação.

O sociólogo e economista Jean-Louis Laville aponta que a década de 1980 foi marcada pela retirada de concessões feitas às classes trabalhadoras desde o início do século XX: o mercado financeiro, em sua condição de hegemonia, implantou sucessivos arrochos fiscais e monetários, freando consideravelmente o ritmo de crescimento das economias centrais; o livre comércio, em sua movimentação irrestrita de capital, liberou a transferência de linhas de produção para países ditos subdesenvolvidos, empregando trabalhadores desprotegidos com baixíssimos salários; e, por fim, inúmeras reformas fiscais diminuíram o montante de gastos sociais do Estado, com isso, afetando políticas redistributivas (LAVILLE e GAIGER, 2009) – conseqüentemente, o acesso de uma parcela da população ao sistema financeiro diminuiu.

Primeiramente, é importante compreender que a exclusão financeira não significa somente a falta de acesso a bancos tradicionais e suas contas bancárias, mas a *todos* os produtos e serviços financeiros em geral. O administrador e pesquisador Genauto Carvalho de França Filho (2013) coloca que o principal fator que caracteriza esta exclusão ultrapassa o sentido de ter ou não acesso – a questão está na *impossibilidade* de acessar; algo que representa um dos problemas do capitalismo e sua incapacidade de gerar uma solução, pois conforme apontado por Zygmunt Bauman (2010), uma solução tornaria o capitalismo incoerente ou incompleto: já que a exclusão é intrínseca ao seu sistema.

É exatamente no entendimento que a exclusão social é consequência direta da desigualdade na distribuição de recursos econômicos que surge o debate sobre a democracia econômica: a concepção de que a própria economia tem de ser democratizada, com novos mecanismos de regulação, transparência, participação e controle democrático. (DOWBOR, 2008). França Filho (2013) entende que é a partir dessa compreensão ampliada da economia, cujo papel

é de organizar os recursos voltados para o bem-estar social, que “o conceito de democracia econômica pressupõe o entendimento acerca do funcionamento do capitalismo, destacando seu processo atual de financeirização, para propor alternativas de compartilhamento de poder na sociedade que possam promover uma melhor distribuição de riqueza”. (FRANÇA FILHO, p. 35, 2013).

Em vista disso, Benoît Lévesque (2009) argumenta que é possível

compreender como a atividade econômica repousa sobre diversos princípios econômicos (mercantis, não-mercantis e não monetários) cuja articulação não garante o bem comum, a não ser apelando para a democracia representativa e deliberativa, o que evidencia as dimensões políticas da outra economia. Esses princípios plurais também estão presentes no capitalismo, mas não são reconhecidos, por falta de democracia econômica. As associações, as empresas sociais e as iniciativas da sociedade civil, no campo da economia, suscitam questões relativamente novas não somente sobre as relações entre a economia e o político, mas também sobre a natureza de cada uma dessas esferas e sobre sua permeabilidade. (LÉVESQUE, p. 308, 2009)

Ou seja, a democracia econômica pressupõe uma liberdade de acesso: há um empenho em aprofundar a democracia política, num entendimento que isso só se dá mediante um acesso econômico e social. (LAVILLE, 2009). Com isso, a economia é ampliada, passando a incluir questões não-mercantis, não-monetárias e, também sociais; uma relação que possibilita por si só um tipo de desenvolvimento sustentável e *justo*. (LÉVESQUE, 2009). A ideia de democracia econômica, somada a todo esse cenário regressivo provocado pelo domínio de um modelo excludente de produção capitalista, impulsionou a criação de formas alternativas de organização social – e de organização da vida econômica –, propondo relações mais humanas e igualitárias. Relações estas que ficam evidentes no campo da economia social e solidária.

Por definição, a economia solidária é um conceito que, como o próprio nome diz, gira em torno da ideia de solidariedade, contrariando a lógica individualista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades atuais. Desde 1990, quando o termo⁵ foi cunhado, iniciativas de economia solidária têm surgido nas mais variadas formas, desde “coletivos de geração de renda, cantinas populares, cooperativas de produção e comercia-

5 O termo “economia solidária” primeiro apareceu na década de 1990, mas a economia solidária como prática iniciou-se no começo no século XIX, junto a formação de cooperativas operárias, iniciativas populares em resposta à Revolução Industrial. Em poucas décadas, o cooperativismo tornou-se um grande movimento social, instituindo cooperativas de consumo e de produção e, posteriormente, cooperativas de crédito. Já no século XX, essas associações foram, em sua maioria, integradas gradualmente à economia de mercado, tornando-se uma modalidade de empresa participativa. (LAVILLE e GAIGER, 2009).

lização, redes e clubes de troca, sistemas de comércio justo e de finanças, grupos de produção ecológica, comunidades produtivas autóctones, associações de mulheres, serviços de proximidade, etc” (LAVILLE e GAIGER, p. 162, 2009). A base, no entanto, é a mesma: cooperação, autonomia e gestão democrática; e a “primazia da solidariedade sobre o interesse individual e o ganho material, o que se expressa mediante a socialização dos recursos produtivos e a adoção de critérios igualitários”. (idem).

Nesse modo de produção⁶ cujos princípios básicos são a propriedade coletiva (ou associada do capital) e o direito à liberdade individual, Paul Singer (2002), economista e Secretário Nacional de Economia Solidária durante os governos Lula e Dilma, aponta que dinâmicas autogeridas refletem em administrações democráticas que, por seu modelo dialógico e de participação direta, geram um resultado “natural” de solidariedade e igualdade no território em que atua; sendo organizações que atendem desde setores mais marginalizados da economia até grandes cooperativas que atuam numa lógica mais empresarial. (SINGER, 2005). Contudo, mesmo dentro deste espectro diverso, os empreendimentos de economia solidária são todos, sem exceção, “experiências que se apoiam sobre o desenvolvimento de atividades econômicas para a realização de objetivos sociais”. (FRANÇA FILHO, 2002, p. 13).

Um exemplo disso está na própria forma não-lucrativa de sistemas alternativos de crédito e na maneira como esses sistemas lidam com empréstimos, concedido àqueles que podem oferecer não o maior retorno financeiro, mas o melhor retorno social. Assim, tendo esse objetivo social como base comum, é possível compreender como a economia solidária gera outras possibilidades e formas de viver em sociedade, não estando restrita às esferas do mercado e do Estado⁷. (RIGO, 2014).

No Brasil especificamente, as práticas de economia solidária estão ligadas diretamente a busca por um desenvolvimento local, mais especificamente um tipo de desenvolvimento endógeno que busque e priorize soluções coletivas, que rompem com formas tradicionais de regular relações econômicas e sociais. Ou seja, “desenvolver aqui envolve a melhoria das condições de vida, o acesso ao trabalho, a bens e serviços como também mudanças na qualidade das relações sociais, que é fortalecida com espaços de participação e encontro” (NEIVA, p. 168), já que a articulação entre as ações estratégicas e a dinâmica local – social e econômica – é um dos pontos mais importantes.

6 Existe um debate entre os pensadores Paul Singer e Luiz Inácio Gaiger sobre a economia solidária ser ou não um meio de produção; Singer argumenta que sim, enquanto Gaiger diz que não.

7 É importante salientar, como aponta José Luis Coraggio (2002), que a economia solidária não é anti-mercado ou anti-Estado; para existir efetivamente, ela precisa de mercados regulados e livres de monopólios e, assim, constituir redes de solidariedade e sustentabilidade. Nessa mesma lógica, a economia solidária também precisa de um poder público democrático, cuja economia é comprometida em atender a população e também possibilitar a criação de sistemas não-monetários, pensados junto com políticas públicas. (VERONESE, 2008).

Os principais tipos de atores que compõem o campo das finanças solidárias nesse sentido são três: as cooperativas de crédito solidário⁸, os fundos rotativos solidários e os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) (RIGO, 2014). Os bancos comunitários podem ser definidos essencialmente como “uma prática de finanças solidárias de apoio às economias populares de territórios com baixo índice de desenvolvimento humano”. (FRANÇA FILHO e SILVA JR, p. 103, 2009). Essas entidades são criadas a fim de promover um fortalecimento da economia local, a partir de uma articulação de produtores, consumidores e trabalhadores daquele território, buscando democratizar, ao menos em parte, seus recursos financeiros.

Atualmente cerca de 49⁹ territórios brasileiros possuem bancos comunitários¹⁰ em funcio-

8 As cooperativas de crédito solidário são um segmento dentro do campo do cooperativismo de crédito brasileiro mais voltadas às relações locais e oriundas dos fundos rotativos solidários. (RIGO, 2014). Estes últimos “funcionam como uma poupança comunitária onde os recursos poupados são aplicados na própria comunidade, financiando projeto de geração de trabalho e renda”. (FRANÇA FILHO e PASSOS, p. 49, 2013).

9 Desde 1998 até 2019, foram criados 150 BCDs (vide anexo 1). Atualmente, há um número estimado de 49 em pleno funcionamento, mas outros 75 bancos não possuem informação em relação à sua atividade, algo que não necessariamente indica seu fechamento; há também casos em que não foi possível verificar a atividade atual do banco, mas o mesmo consta como cadastrado na plataforma E-dinheiro, indicando sua atividade pelo menos até 2015, quando a plataforma foi lançada. Os números, portanto, são incertos e variam conforme a fonte. A Rede Brasileira de Bancos Comunitários declara em seu site que há 103 BCDs, mas afirmou no último Encontro de Bancos Comunitários em Fortaleza que a Rede possuía 116 BCDs em todo território brasileiro; em entrevista o Instituto Palmas admitiu que o número está desatualizado e da dificuldade de controle. Desde 2016, o abandono dos bancos comunitários como política pública levou àqueles que não eram previamente atrelados a associações ou cooperativas a fecharem; o número de BCDs que constam na contagem da Rede, mas que não estão em funcionamento, é incerto, mas de casos confirmados contamos 25. Em 2014 por exemplo, no caso do BCDs da região do Nordeste, quase a metade dos BCDs não estavam funcionando plenamente. Os principais motivos identificados foram a falta de fundo de crédito, dificuldades relativas à circulação e ao empréstimos com a moeda social e dificuldade para pagamento de despesas. (RIGO, 2014). Já em Minas Gerais, apenas o Banclisa, de Teófilo Otoni, está em pleno funcionamento.

10 O processo de constituição de um banco comunitário é relativamente complexo, por contar com uma série de atores envolvidos no processo todo: desde de concepção da proposta, até a execução do projeto e da busca por apoios e fontes de financiamento; por isso, são criados e desenvolvidos em contextos diversos. Normalmente, as organizações envolvidas nessas implantações, que efetivamente iniciam e apoiam projetos de constituição de BCDs no país, são ONGs, Incubadoras Tecnológicas em Economia Solidária, associações locais e Entidades de Apoio e Fomento (EAFs), como o Instituto Palmas. Esses atores, no entanto, não atuam isoladamente e contam com organizações locais – públicas e privadas – como parceiros; o importante é entender que cada BCD passa por um processo diferenciado, de acordo com as especificidades daquela comunidade. (RIGO, 2014) (BRAZ, 2014).

namento, facilitando o acesso ao crédito e oferecendo diversos tipos de serviços financeiros à comunidade local. O interessante é que, apesar de serem “bancos”, toda a concepção dos BCDs contraria a lógica capitalista de acumulação, lucro e “bancarização” – a dinâmica sendo uma de solidariedade, proximidade e confiança. Cultivando essas relações, o banco comunitário também incentiva a produção e o consumo local ao criar instrumentos que viabilizam a circulação interna da riqueza em sua comunidade, como cartão de débito, crédito e, principalmente, uma moeda circulante local. A partir do momento que se tornam “legítimos” no território, acabam desempenhando um importante papel, não só econômico, mas social, político e identitário. “O uso da moeda social no território acaba desempenhando também um papel pedagógico e simbólico que envolve a noção de apropriação cidadã da moeda, a história e a identidade do lugar” (RIGO, p. 40, 2014); e, por isso, ela acaba sendo um dos mecanismos mais estratégicos e emblemáticos das ações dos BCDs.

O primeiro banco comunitário do país foi criado em 1998 pela Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), bairro situado na zona sul de Fortaleza. Joaquim de Melo Neto¹¹, fundador do Banco Palmas, conta que o Palmas veio de um processo que começou com um despejo em 1973 na região da atual Avenida Beira Mar, no bairro Meireles – hoje o bairro com o IDH mais elevado da capital cearense. A população, sendo a maior parte composta por pescadores, foi retirada e realocada para a zona sul da cidade, a 16 km da costa. A falta de estrutura no local ainda pouco urbanizado e abandonado pelo poder público gerou um alto grau de pobreza na região, fazendo com que os moradores comesçassem a se organizar em prol de melhorias. “Fizemos grandes mutirões comunitários, [e criamos] escola comunitária, creche comunitária, casa de parto comunitária; conseguimos fazer calçamento de ruas, tudo com mutirão”, lembra Joaquim.

Com o básico, mas ainda pobres, os moradores continuavam a discutir formas de melhorar a qualidade de vida no bairro, imbuídos por um espírito de “nós podemos” e “nós somos possíveis” nas palavras de Joaquim. Essas discussões eram fomentadas especialmente pela Igreja Católica, naquela época muito ligada à teologia da libertação; “e era muito forte, pregava a concepção de que é o local que reúne”, conta o líder comunitário. Junto à Igreja, havia uma curiosidade e leitura crescente do livro *Introdução à Economia Solidária*, do Paul Singer, que continha um relato interessante sobre as cooperativas de crédito da Europa.

Nos inúmeros encontros entre os moradores, uma pauta frequentemente discutida era como que um bairro tão forte, que se reúne, mobiliza e constrói os próprios equipamentos sociais, não tinha dinheiro: “e as pessoas falavam ‘a gente não tem dinheiro porque a gente é pobre’. E disso perguntamos ‘por que somos pobres?’ Aí fomos tendo uma ideia: a gente não é pobre, a gente se empobrece”, relata Joaquim. A partir desse entendimento de que a pobreza era resultado de compras fora do Conjunto Palmeiras, um grupo de moradores fez uma pesquisa com a população e desenvolveu, pela primeira vez, um mapa da produção e

¹¹ Entrevista realizada em 25 de abril de 2019, em São Paulo.

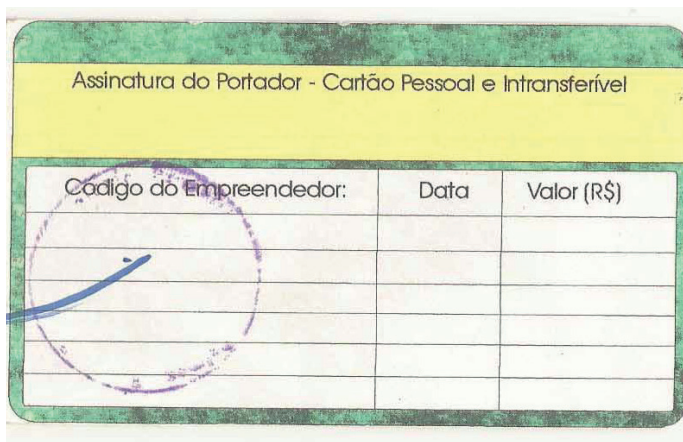
Moeda criada em 2000 para ser utilizada apenas dentro dos clubes de trocas que, na época, se iniciavam no Conjunto Palmeiras; especificamente usada em feiras que aconteciam quinzenalmente.



Em 2008, num acordo entre o Sindicato de Transporte Coletivo Alternativo de Fortaleza e o Banco Palmas, foi criada um vale transporte para uso nas topiques da região.



→ Cartão Palmacard, primeira experiência de moeda social no Conjunto Palmeiras. Foi uma criação paralela ao surgimento do Banco Palmas. O cartão funcionava como um cartão de crédito local e era impresso num mimeógrafo do bairro.



do consumo local. A conclusão foi de que “tudo vinha de fora”.

Aí começou a criar aquela história: a gente precisa produzir aqui e mais do que produzir, consumir uns dos outros. E como é que faz isso? Precisa ter um banco. Hoje olhando de frente pra trás parecia uma brincadeira, parecia uma loucura – a gente não tinha nada, absolutamente nada. Mas a gente conseguiu 2 mil reais emprestado e começou a discussão de como era o nome do banco. Tudo era muito participativo, fizemos 96 assembleias; aí para homenagear o bairro, que tinha muitas palmeiras, virou nome de Banco Palmas – e a marca do Palmas era uma palmeira, um pé de palmeira. Com nossa auto-estima elevadíssima, criamos um banco com 2 mil reais – imagina! (Joaquim Melo)



2.3

A (RE)APROPRIAÇÃO DA PRODUÇÃO SIMBÓLICA

Sendo vinculadas a entidades da sociedade civil, do poder público ou da própria comunidade organizada, o acesso ao crédito dentro de um processo de inclusão financeira por organizações não-bancárias tem sido uma estratégia eficaz frente à incapacidade (e desinteresse) do sistema financeiro formal em atender uma população de baixa-renda (RIGO, 2014); organizações do próprio território sendo capazes de se inserir na teia de relações locais e fazer esse cuidado, exatamente por serem da comunidade.

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, houve uma abertura para a participação de organizações populares e de movimentos sociais na construção e efetivação de políticas públicas. Logo em 2003 a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) foi criada no âmbito do Ministério do Trabalho; resultado de um longo esforço de mobilização de diversos atores sociais “na busca por um espaço institucional para as iniciativas que já vinham sendo desenvolvidas desde meados dos anos 90¹². Na mesma época, foi criado também o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que agrega todas as iniciativas do campo”. (BRAZ, p. 51, 2014).

Quase em paralelo, o sucesso da experiência do Palmas fez com que ela fosse reproduzida pela primeira vez em 2004, na região metropolitana de Fortaleza, com a implantação do Banco PAR, na cidade de Paracuru. Um ano depois, o então secretário da Senaes, Paul Singer, convida o Banco Palmas a replicar novamente a metodologia, para a ampliação dessas

12 Desde os anos 90, com a estabilização econômica e monetária trazida pelo Plano Real, o governo brasileiro em parceria com o Banco Central vem desenvolvendo ações no sentido de ampliar o acesso da população pobre ao sistema financeiro formal, em termos de crédito e de serviços bancários. Mas é a partir de 2003 que o governo federal assume como pauta prioritária a inclusão financeira, entendendo como ponto essencial, tanto para a redução das desigualdades sociais, quanto para o próprio desenvolvimento econômico. (BRAZ, 2014). “Com esse objetivo, houve a criação da conta simplificada (Res. CMN 3.211/04), da destinação obrigatória de 2% dos depósitos à vista dos bancos para transações de microcrédito (Res. CMN 3.109/2003) e da consolidação da legislação sobre os correspondentes (Res. CMN 3.156/03, 3.110/03). Essas ações tinham como objetivo incluir as grandes instituições bancárias e financeiras para o desafio da inclusão”. (BRAZ, p. 53, 2014)

iniciativas no país. A partir disso, foi assinado um convênio com a Secretaria¹³ e em dez anos mais de 100 BCDs estavam em funcionamento no Brasil. (BRAZ, 2014).

Ao longo de 13 anos, essas ações locais tornadas política pública, criaram um ambiente fértil para outras ações inclusivas no campo financeiro – um fortalecimento institucional que possibilitou uma abertura para parcerias com bancos públicos, como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o BNDES e o Banco do Nordeste: uma mudança significativa no arranjo local do banco e, também, na relação com o próprio sistema financeiro formal. A pesquisadora Juliana Barros Braz (2014) entende que cada um apoiou as diversas iniciativas locais em sua especificidade, seja a partir de empréstimos, apoio institucional ou apoio a projetos a partir de editais próprios. A parceria feita em 2007, por exemplo, entre o Banco Popular do Brasil e o Banco Palmas, ampliou a oferta de serviços do banco comunitário, que passou a oferecer o serviço de correspondente bancário, com o pagamento de contas, abertura de conta corrente, saques e depósitos. Pouco tempo depois, o Palmas assinou uma outra parceria, agora com o BNDES, garantindo acesso a uma linha de crédito (para instituições de microfinanças) de 3 milhões de reais, e recursos a fundo perdido para o desenvolvimento institucional dos BCDs¹⁴ (BRAZ, 2014).

Assim, de 2003 a 2016,

além das estratégias econômicas, criou-se um novo campo político de disputa na busca pela diminuição das desigualdades, da emancipação dos trabalhadores e da efetivação dos direitos sociais. A economia solidária contribui [nesse período] para dar visibilidade a um contingente enorme de trabalhadores informais que passam a trabalhar coletivamente, além de impor a necessidade de novos arranjos jurídicos e políticos que permitam o reconhecimento legal dessas iniciativas. (BRAZ, p. 52, 2014)

Esses novos arranjos, que se formam principalmente a partir dos bancos comunitários, criam também espaços de participação efetiva. O coordenador do Núcleo de Economia Solidária (NESOL) da USP, Augusto Neiva (2013) apontou que todo processo de desenvolvimento do BCD só é possível se for feito coletivamente e entendido como ferramenta colaborativa. Assim, toda prática cotidiana e todos os projetos de formação definem um

13 A Secretaria Nacional de Economia Solidária foi o interlocutor e apoiador direto de diversas iniciativas entre 2003 e 2016, quando virou subsecretaria do Ministério do Trabalho. Suas principais ações, nos primeiros anos de governo Lula, foram um convênio de replicação da metodologia dos bancos comunitários. Apenas três anos depois, já existiam 37 BCDs no Brasil. Foi criado também o Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS) para o financiamento de produtos de fundos rotativos solidários. (BRAZ, 2014).

14 O Instituto Banco Palmas, juridicamente uma OSCIP de microcrédito, foi a instituição que mais criou bancos comunitários e moedas sociais no Brasil, especialmente no Ceará. (RIGO, 2014).

ambiente de participação; todos participam do sistema de desenvolvimento comunitário. Além dessa participação, que se dá de forma difusa, ocorre “a constituição de espaços de discussão coletiva e pública que são os fóruns de desenvolvimento¹⁵. Esse espaço torna-se importante por garantir um espaço público e aberto de fala onde se constrói não só a articulação entre os diversos atores presentes no território como também o sentido coletivo das ações”. (NEIVA et al., p. 112, 2013).

A questão é que há nesse sentido coletivo a emergência de uma solidariedade de iniciativa cidadã, orientada por uma ideia de bem comum que possibilita – e motiva – a ação da comunidade no espaço. (FRANÇA FILHO, 2002). Ou seja, não são as ferramentas financeiras que produzem sozinhas as transformações, mas a forma de uso dessas ferramentas que rearranja e refaz o sentido da economia como um modo de organização da vida; não sendo mais só um sistema “natural” de competição por recursos, consumidores e lucros. (BRAZ, 2014). Com isso, o crescimento transpõe de algo exclusivamente individual – de um ou de alguns –, para algo que é também coletivo: todos crescem juntos.

A professora e pesquisadora Ariádne Scalfoni Rigo, integrante da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (ITES) da UFBA por cinco anos, aponta que essa via “sustentável-solidária do desenvolvimento” que se estabelece, faz com que “os territórios não se definam pelos seus limites físicos, mas pelas suas próprias interações sociais; e esses valores também estão presentes na concepção de uma ação realizada em rede” (RIGO, p. 36, 2014); e é aí que está a preciosidade da ação. Juliana Barros Braz, pesquisadora do NESOL desde 2005, aponta que

ao conceber de forma conjunta o estímulo à produção e ao consumo no território – rede local de consumidores e produtores –, rompe-se com a lógica de mercado pela qual produtores competem e consumidores são disputados, para a busca por uma economia associada. O conceito de rede, então, afirma uma ação que não tem um único sentido: ela se desdobra em um território ampliado que é a comunidade. (BRAZ, p. 57, 2014)

Ou seja, a intenção da ação é de apenas articular os moradores, as instituições locais e os comerciantes. E, por isso, ela “manifesta, principalmente, a persistência de sistemas de vida que não se seccionam as relações econômicas das relações sociais e não se moldam segundo princípios utilitaristas”. (LAVILLE e GAIGER, p. 163, 2009). “Solidário”, aqui, está ligado a uma negação de uma lógica do lucro e uma busca por uma lógica da confiança e da cooperação. (SINGER, 2003). E a rede é a forma ideal de difundir esses processos, exatamente por entrelaçar um conjunto de forças necessárias para manter, mobilizar e impulsionar essas dinâmicas econômicas que contrariam o sistema oficial. (VERONESE, 2008).

15 Alguns exemplos: no Banco Bem, de Vitória (ES), o fórum de desenvolvimento chama-se Fórum Bem Maior; no Banco Palmas de Fortaleza (CE) é o Fórum Socioeconômico Local (FECOL).

Com isso, são formadas as novas relações que se materializam tanto em projetos coletivos quanto em novas formas de produção, distribuição e consumo.

É nesse sentido que fica claro como o desenvolvimento proposto pelos bancos comunitários significa o “desenvolvimento de todos os membros conjuntamente, unidos pela ajuda mútua e pela posse coletiva de certos meios essenciais de produção ou distribuição”. (SINGER, p. 59, 2007). Seria interessante pensar que isso inclui, também, os meios essenciais que produzem as narrativas daquele território. Há uma posse – ou melhor, uma reapropriação¹⁶ – coletiva aqui, essencialmente sendo a da própria memória do local e de seus moradores. Essas instituições que resultam da organização popular articulam a cultura e história local à produção de seu desenvolvimento. Ao recolocar as comunidades na produção de sua própria história, essas comunidades refutam “o lugar de recebedores silenciosos de políticas governamentais ou de operadores passivos de suas ações”. (NEIVA et al., p. 113, 2013). Esteticamente falando, essa negação é algo que fica evidente quando consideramos os nomes dos bancos comunitários, os nomes das moedas sociais e, especialmente, as imagens impressas nelas.

Do ponto de vista econômico, a moeda social é considerada uma moeda complementar, por não ser cumulativa e não concorrer com a moeda oficial brasileira, o real. Nos territórios em que circula, sua função é de dinamizar a economia local,

tentando dar maior liquidez a um território com escassez de moeda. Ao injetar um determinado número de moedas sociais, aumenta-se a possibilidade de realização de trocas de bens e produtos nesse território. Além disso, por seu uso restrito (...) estimula que os recursos monetários produzidos na comunidade fiquem circulando internamente e não sejam utilizados para compras fora do bairro. (BRAZ, p. 61, 2014)

Por envolver a comunidade como um todo, a moeda social também simboliza o processo de construção da identidade local em torno de uma proposta comum – de um desenvolvimento conduzido pela população, nos moldes e necessidades daquele lugar. Por isso, talvez mais importante do que seu aspecto econômico, a moeda social possui também um caráter educativo, “pois seu uso permite repensar o papel do dinheiro e da moeda e, por ser aceita apenas no comércio local, ela perde o sentido de acumulação e retoma o seu sentido de facilitadora de trocas de produtos e serviços” (idem); o que resgata um sentido mais solidário e menos mercantilista da vida.

16 Ariádne Scalfoni Rigo (2014) coloca que os BCDs e as moedas sociais podem ser vistos como resultados de um movimento de “reimbricação” da sociedade, frente a um movimento de desimbricação da dimensão social dos sistemas financeiros típicos do mercado. “Especificamente, podemos partir da ideia de que os usos das moedas sociais são uma tentativa de reapropriação do dinheiro que se tornou mercadoria e passou a orientar uma nova sociedade a partir de uma lógica de mercado dominante. Nesse contramovimento, reapropriar-se da moeda pode significar a tentativa de tomar em mão o mecanismo da orientação”. (RIGO, p. 117, 2014).

Em geral, o processo de elaboração e constituição de uma moeda social se dá em duas etapas fundamentais: a de concepção da moeda e a de mobilização da população local para uso e adesão ao novo sistema. Normalmente, todo o trabalho de criação se dá por meio de assembleias e oficinas¹⁷ com a população, que, após discutir a iconografia local, elege as formas mais representativas daquele território; as imagens criadas sendo, portanto, fortes signos identitários, oriundos de uma memória e cultura específica daquele lugar. O nome da moeda – e do banco comunitário – segue essa mesma lógica.

E há aqui um aspecto importante a ser considerado: o *olhar* para o território – um olhar de contestação, sendo social e política –, que mostra literalmente que aqueles territórios locais produzem história, possuem cultura e também identidade; da qual a moeda social é vitrine. Assim, independente das variações nas dinâmicas aplicadas nos respectivos territórios, há um modelo comum de construção, criação e responsabilidade conjunta. Sendo uma prática dissidente não-hegemônica, a moeda social estabelece importantes rearranjos naquele lugar: um trabalho visual de reconfiguração ativa que busca reverter espacialmente a lógica de uma condição histórica marcada pela impotência. E essas ações de criação resultam em qualidades significativas como a inclusão pluralista, uma representação multicultural e a construção de um consenso comunitário, fundamentais para a concepção e instituição de processos democráticos horizontais e não-coercivos; o entendimento proposto sendo que todo processo é *para* o povo, e *pelo* povo.

O interessante aqui é ressaltar que o conhecimento estético sobre o mundo sempre implica também um poder de *agir* sobre o mundo. O método de fabricação de um modelo reduzido da complexidade do mundo real, como é o processo criativo das moedas sociais, é ao mesmo tempo um modo de ganhar poder de ação sobre este mundo – mesmo que inicialmente seja puramente visual. As imagens contidas nas moedas sociais agem mais do que representam, produzem um corpo em relação construtiva com os fluxos políticos, econômicos e estéticos que as atravessam. A dinâmica visual, aqui, transcende a mera função simbólica denotativa, em que a imagem e seu agenciamento de sensibilidades comunitárias precipitam um novo paradigma: a possibilidade de uma subversão de sentidos ao converter um símbolo cultural de *poder* em uma concepção popular de *povo*.

17 Em alguns casos, há uma intervenção direta das Entidades de Apoio e Fomento (EAFs), que auxiliam tanto na implantação do banco quanto na criação da moeda social a partir de uma metodologia específica de criação dos BCDs; daí são realizadas oficinas de criação junto à comunidade local. Atualmente, cinco EAFs detêm a metodologia e atuam de forma interdependente na consolidação da Rede de BCDs, até 2016 com o aporte dos recursos do Ministério do Trabalho: o Instituto Banco Palmas, que possui o papel de coordenador nacional e criador de novos bancos no estado do Ceará; a Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (ITES) da UFBA, responsável pela criação de BCDs no Nordeste do país; o Núcleo de Economia Solidária (Nesol) da USP, que, junto com a ONG Ateliê de Ideias de Vitória, dividem os trabalhos de apoio a BCDs das regiões Sudeste e Centro-Oeste; e o Instituto Capital Social, hoje Instituto Tupinambá, de Belém, que se encarrega da região Norte.

Historicamente, as identidades se constituem em contextos institucionais de ação, os conflitos se processando através de uma ordem sujeita a interações estabelecidas por um discurso oficial, que trabalha minuciosamente questões de representação. (CANCLINI, 2005). Não é irrelevante, portanto, a variedade visual das moedas sociais, talhadas em suas próprias individualidades, por fazer circular um bem cultural (quase sempre) restrito à classe dominante. Além disso, a diversidade visual das moedas sociais por si só possibilitam um questionamento do sistema cultural hegemônico; e

uma indagação quanto à sua forma resultante é também uma indagação quanto ao discurso de poder subjacente que ele incorpora. Uma vez que o sistema convencional é indagado, torna-se possível pensar outros sistemas de tradução, representação e criação; sistemas passíveis de serem aplicados na prática cotidiana. (...) Como vemos o mundo? Quais conceitos que utilizamos para nele operar? Em que medida os conceitos utilizados para operar a realidade são efeitos ou causas dessa realidade?” (MARQUEZ, p. 200, 2009)

Incitar novas perguntas acerca do que tomamos como realidade e fazer pensar em ações para sua transformação faz surgir assim a possibilidade da construção de outras lógicas sensíveis, construídas a partir da moeda social e sua imagem. Quando territórios que não se apresentam nas “vitrines” – e nas políticas – oficiais ocupam esses espaços em papel, ocorre uma inversão da ordem vigente. Com isso, é no processo de criação coletivo e na circulação do resultado desse processo – das diversas imagens, ilustrações, cores e composições –, onde o caráter territorial das ações dos bancos comunitários é reafirmado.

A questão é que, nesse cenário inverso que os BCDs e a economia solidária cria – disparado pela estética –, novos processos de subjetivação são gerados, em paralelo às dinâmicas do novo sistema econômico; são essas novas subjetividades criadas que potencializam a ação coletiva, “através das relações entre sujeitos individualmente propensos ao enfrentamento” (VERONESE, p. 158, 2009) da ordem neoliberal. Tornam-se “sujeitos capazes da operação crítico-reflexiva de pensar na própria existência, tomando decisões e compartilhando dificuldades” (idem); E nisso há um enorme potencial de ruptura com a crônica passividade condicionada da sociedade capitalista¹⁸.

Pensando nesse aspecto, é possível perceber como a economia solidária é um terreno fértil para possíveis produções de subjetividades singularizantes, ou, como é colocado por Marília Veríssimo Veronese (2009), de individualidades ativadas pelo coletivo. A psicóloga e pes-

18 Alinhado essa ideia de Marília Veronese à de Ladislau Dowbor, que apontou como a “simples” mudança do ciclo econômico possibilita uma quebra subjetiva com velhas dinâmicas consolidadas, fica mais claro como a economia solidária pode implicar em novos processos de subjetivação ou no simples exercício de novas formas de ser sujeito. Em geral, os diversos processos que envolvem a economia solidária possuem esse caráter de recriação subjetivas.

quisadora gaúcha relaciona diretamente dinâmicas econômicas associativas e de autogestão – ou seja, de participação e autoridade coletiva – com a produção de uma subjetividade diferenciada. A pesquisadora argumenta que a maneira como cada indivíduo atribui sentido à sua relação com o trabalho ocorre de modo singular, mas parte de um registro coletivo, o que faz com que processos de subjetivação sejam também processos de socialização; sempre relacionais e geradores de formas de sociabilidade, ou formas de “conformação de modos de ser”, onde o sujeito se constitui – sendo essas “conformações” as geradoras de sentimentos e comportamentos¹⁹.

Ao alterar o tipo de conformação, fica claro como a prática cotidiana da economia solidária, de ações pautadas na cooperação e na solidariedade, potencializam modos e formas de vida menos individualistas e competitivas, configurando-a “como possível forma de resistência no processo de reestruturação capitalista do trabalho e tudo o que ele representa”. (VERONESE, p. 45, 2008). Veronese (2008), entende que nessa contra-tendência da dinâmica capitalista, forma-se uma racionalidade própria, firmada pela e na comunidade. De fato, dentro dos empreendimentos solidários, é possível entender como processos de subjetivação não são processos exclusivamente individuais, mas coletivos – sempre relacionais, geradores de formas de sociabilidade diversas, das quais o sujeito se constitui. É interessante, nisso, partir do princípio que existe um potencial emancipatório nessas experiências, exatamente por proporcionarem e mesmo demandarem maior participação na gestão, criando uma cultura de participação e empoderamento do coletivo (VERONESE, 2009); e, assim, produzindo novos aprendizados, novos ordenamentos.

+

Fica evidente, portanto, como a existência dessas moedas sociais têm mostrado outras interpretação – e outras possíveis interpretações que entendem a moeda não como algo estritamente econômico, mas como elemento múltiplo, socialmente construído e produto de um sistema político que é, acima de tudo, estético. Assim como qualquer tipo de dinheiro, as moedas sociais são dispositivos que incorporam ideias, veiculam significados e, em contraponto ao seu lastro oficial, fortalecem práticas coletivas e dinâmicas que visam a garantia da produção solidária por trabalhar no campo da produção simbólica; um campo que, nas palavras de Pierre Bourdieu, é sobretudo um microcosmo da luta simbólica entre as classes.

Também fica claro como o poder simbólico é algo que se assenta essencialmente no capital econômico, pelo qual impõe e justifica a “legitimidade” da sua dominação. Pierre Bourdieu (2002) explica que “o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de man-

19 Anteriormente discutimos que os indivíduos são constituídos numa conformação: numa organização racional condicionada a acreditar que as formas de organização do cotidiano pertencem – e são naturalmente definidas – por terceiros, pertencentes a uma esfera superior. (DOWBOR, 2016).

ter a ordem ou de subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras” (BOURDIEU, p. 15). O interessante, nisso, é se atentar para a palavra *crença*. Por ser um

poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos ‘sistemas simbólicos’ em forma de uma ‘illocutionary force’, mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. (idem)

Basicamente, trata-se de um consenso, um acordo de cumplicidade²⁰. A questão é entender que se o poder simbólico só funciona com crença e cumplicidade, em comunidades onde ele é desconstruído e parcialmente negado, abre-se uma brecha para que essa cumplicidade seja enfraquecida – mesmo que minimamente –, quando outras enunciações, outras formas de ver, confirmar, transformar e agir sobre o mundo contestam as “crenças” e narrativas já constituídas e condicionadas. Bourdieu (2002) compreende que a destruição desse tipo de poder de imposição simbólica está justamente numa tomada de consciência a partir dessas contestações. É nessa “medida em que o discurso heterodoxo destrói as falsas evidências da ortodoxia (...) e lhe neutraliza o poder de desmobilização, que ele encerra um poder simbólico de mobilização e de subversão, poder de tornar atual o poder potencial das classes dominadas” (BOURDIEU, p. 15).

Se considerarmos essas colocações sobre o poder simbólico, fica perceptível como o agir coletivo da economia solidária possibilita a neutralização das “falsas evidências”, ao instituir novos protagonistas no mundo social. Pelas finanças solidárias serem associadas a novos modos de organização econômica (e política), ocorre um processo de educação financeira que se torna, via seus sistemas de reciprocidade e suas redes de interação participativa, um potente processo de transformação de mentalidade cultural (NEIVA et al., 2013); aquilo que Marília Veríssimo Veronese apontou anteriormente como uma racionalidade própria. Ou seja, uma tomada de consciência (de uma imposição simbólica) que é invariavelmente resultado de uma interrupção no campo do sensível, em disputa por um outro projeto de sociedade.

20 Um exemplo disso seria o próprio dinheiro, que nunca existe em um vácuo cultural ou social: trata-se de uma instituição social. “Para funcionar como dinheiro, um material não pode existir simplesmente como objeto. É preciso um sistema sociocultural específico. Assim que o sistema passar a existir, muitos objetos diferentes podem servir como dinheiro”. (WEATHERFORD, p. 27, 1999). Com isso, essa construção cultural abstrata – estável apenas por um acordo de convenção –, depende historicamente não da imposição de um governo, mas do consentimento de um povo; que aceita aquele papel batizado como algo de valor.

(■ BANCO ATIVO)

3. SUDESTES

ESPÍRITO SANTO
MINAS GERAIS
RIO DE JANEIRO
SÃO PAULO



■
Terra (2007)
Banco Terra
Vila Velha, ES





Puã (2012)
Banco Puã
Vitória, ES





■
Rosa (2012)
Banco Esperança
Cariacica, ES



0001


A CERTEZA DE UMA VIDA MELHOR

0,50 centavos de COLAR



CINQUENTA CENTAVOS DE COLAR

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços com comércio e pessoas conveniadas com o Banco VIVER com o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento territorial a partir dos princípios da economia solidária.



0001


A CERTEZA DE UMA VIDA MELHOR

1 COLAR



UM COLAR

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços com comércio e pessoas conveniadas com o Banco VIVER com o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento territorial a partir dos princípios da economia solidária.



0001


A CERTEZA DE UMA VIDA MELHOR

5 COLARES



CINCO COLARES

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços com comércio e pessoas conveniadas com o Banco VIVER com o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento territorial a partir dos princípios da economia solidária.





DOIS COLARES

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços com comércio e pessoas conveniadas com o Banco VIVER com o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento territorial a partir dos princípios da economia solidária.

REDE DE BANCOS COMUNITÁRIOS



DEZ COLARES

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços com comércio e pessoas conveniadas com o Banco VIVER com o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento territorial a partir dos princípios da economia solidária.

REDE DE BANCOS COMUNITÁRIOS

■
 Colar (2014)
 Banco Viver
 Serra, ES
 *Não foi impressa



Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços com comércios e pessoas conveniadas com o Banco Mar com o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento territorial a partir dos princípios da economia solidária.



Maré (2013)
Banco Mar
Serra, ES
**Não foi impressa*



■
Kiri (2017)
Banco Kiri
Nova Venância, ES
**Não foi impressa*



■
Girassol (2008)
Banco Sol
Cariacica, ES




■
Bem (2006)
Banco Bem
Vitória, ES

Abraço (2012)
Banco Abraço
Serra, ES
*Não foi impressa

1

Caranguejola

O *Caranguejola* é um crustáceo, da família do caranguejo, que já foi encontrado nas águas do **Mestre Álvaro** a 600m acima do nível do mar. Hoje encontra-se em risco de extinção; pois no passado foi capturado por moradores antigos de Serra-sede e região. Essa espécie ainda está sendo estudada para encontrar caminhos para sua conservação junto as águas que nascem no Patrimônio Cultural, Histórico e Ambiental do município. Esta moeda é uma iniciativa de Agentes Ambientais Comunitários para preservar o **Córrego Dr. Rôbson; Lagoa Juara** e toda a bacia do **Rio Jacaraípe**.

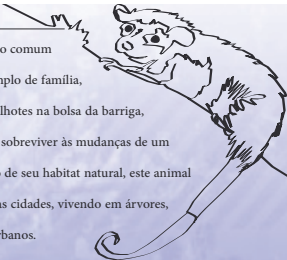


BANCO COMUNITÁRIO
ABRAÇO
SERRA • ES • BRASIL

2

Gambá ou Saruê

Este mamífero é um marsupial muito comum no município da Serra-ES. Um exemplo de família, pois a mãe Gambá guarda seus filhotes na bolsa da barriga, o que lhes dá muita resistência para sobreviver às mudanças de um ecossistema. Associado a eliminação de seu habitat natural, este animal tem se aproximado cada vez mais das cidades, vivendo em árvores, sótão de casas e outros ambientes urbanos.



BANCO COMUNITÁRIO
ABRAÇO
SERRA • ES • BRASIL

5

Tatu Canastra

Mamífero considerado vulnerável na lista de espécies ameaçadas de extinção do **Ministério do Meio Ambiente**. O Tatu Canastra (*Priodontes Maximus*) é um morador que tem papel importante nas cadeias alimentares do **Morro do Mestre Álvaro**. É conhecido também como Tatu Testa de Ferro por apresentar uma carapaça espessa nesta região da cabeça.




BANCO COMUNITÁRIO
ABRAÇO
SERRA • ES • BRASIL

10

Preguiça de Coleira

A *Preguiça de Coleira* (*Bradypus Torquatus*) é um mamífero considerado vulnerável na lista de espécies ameaçadas de extinção do **Ministério do Meio Ambiente**. Frequentadora do **Morro do Mestre Álvaro** patrimônio histórico cultural e ambiental da Serra-ES. Foi escolhida pelos **Agentes Ambientais Comunitários** porque é a única "preguiça" que é permitida na hora de falarmos em preservação do meio ambiente.

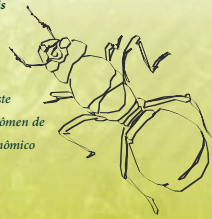


BANCO COMUNITÁRIO
ABRAÇO
SERRA • ES • BRASIL

0,50

Tanajura

A *Tanajura* é o nome popular da rainha da formiga Saúva (*Atta Robusta*). Este inseto foi escolhido pelos **Agentes Ambientais Comunitários**, por ser um exemplo de sociedade organizada. Outro importante motivo é que na época do acasalamento, para formações de novas colônias, as tanajuras saem em voos nupciais. Neste momento são colhidas para fazer a farofa de abdômen de tanajura, iguaria associada ao calendário gastronômico histórico do povo serrano.





BANCO COMUNITÁRIO
ABRAÇO
SERRA • ES • BRASIL

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços com comércios e pessoas conveniadas com o **Banco Comunitário ABraço** com o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento territorial a partir dos princípios da economia solidaria

1



Um ABRAÇO



Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços com comércios e pessoas conveniadas com o **Banco Comunitário ABraço** com o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento territorial a partir dos princípios da economia solidaria

2



Dois ABRAÇOS



Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços com comércios e pessoas conveniadas com o **Banco Comunitário ABraço** com o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento territorial a partir dos princípios da economia solidaria

5

Cinco ABRAÇOS



Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços com comércios e pessoas conveniadas com o **Banco Comunitário ABraço** com o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento territorial a partir dos princípios da economia solidaria

10

Dez ABRAÇOS



Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços com comércios e pessoas conveniadas com o **Banco Comunitário ABraço** com o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento territorial a partir dos princípios da economia solidaria

0,50

Cinquenta Centavos de ABRAÇO



1,00

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços com comércios e pessoas conveniadas com o BANCO PASSARELA com o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento territorial a partir dos princípios da economia solidária.

REDE DE BANCOS COMUNITÁRIOS

 BANCO PASSARELA



1,00 um passo

■
Passos (2014)
Banco Passarela
Serra, ES
*Não foi impressa



■
Verde (2008)
Banco Verde Vida
Vila Velha, ES




Vereda (2009)
Banco Chapadense
Chapada Gaúcha, MG

Banco Comunitário da Chapada Gaúcha

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação nas aquisições de mercadorias e serviços em comércio e empreendimentos solidários conveniados com a Agência de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável da Chapada Gaúcha (ADISC), com o valor de um bônus por um real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.


Vr\$ 0,50 (Cinquenta Centavos de Veredas)

 **Banco Chapadense** **01364**

Banco Comunitário da Chapada Gaúcha

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação nas aquisições de mercadorias e serviços em comércio e empreendimentos solidários conveniados com a Agência de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável da Chapada Gaúcha (ADISC), com o valor de um bônus por um real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.


Vr\$ 1 (Um Vereda)

 **Banco Chapadense** **01460**

Banco Comunitário da Chapada Gaúcha

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação nas aquisições de mercadorias e serviços em comércio e empreendimentos solidários conveniados com a Agência de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável da Chapada Gaúcha (ADISC), com o valor de um bônus por um real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.


Vr\$ 2 (Dois Veredas)

 **Banco Chapadense** **01367**

Banco Comunitário da Chapada Gaúcha

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação nas aquisições de mercadorias e serviços em comércio e empreendimentos solidários conveniados com a Agência de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável da Chapada Gaúcha (ADISC), com o valor de um bônus por um real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.


Vr\$ 5 (Cinco Veredas)

 **Banco Chapadense** **00994**

Banco Comunitário da Chapada Gaúcha

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação nas aquisições de mercadorias e serviços em comércio e empreendimentos solidários conveniados com a Agência de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável da Chapada Gaúcha (ADISC), com o valor de um bônus por um real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

Vr\$ 10 (Dez Veredas)

 **Banco Chapadense** **00990**



Lisa (2012)
Banclisa
Teófilo Otoni, MG

BANCLISA

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços com comércio e pessoas conveniadas com o Banco Comunitário de Liberdade e Inclusão Solidária Articulada - BANCLISA com o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento territorial a partir dos princípios da economia solidária.



João XXIII

0,50 CINQUENTA CENTAVOS DE LISA

BRUNO DE MOURA COMERCIALIZAÇÃO

BANCLISA

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços com comércio e pessoas conveniadas com o Banco Comunitário de Liberdade e Inclusão Solidária Articulada - BANCLISA com o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento territorial a partir dos princípios da economia solidária.



Funclanários

1 UM LISA

BRUNO DE MOURA COMERCIALIZAÇÃO

BANCLISA

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços com comércio e pessoas conveniadas com o Banco Comunitário de Liberdade e Inclusão Solidária Articulada - BANCLISA com o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento territorial a partir dos princípios da economia solidária.




Eucalipto

2 DOIS LISAS

BRUNO DE MOURA COMERCIALIZAÇÃO

BANCLISA

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços com comércio e pessoas conveniadas com o Banco Comunitário de Liberdade e Inclusão Solidária Articulada - BANCLISA com o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento territorial a partir dos princípios da economia solidária.



João XXIII

5 CINCO LISAS

BRUNO DE MOURA COMERCIALIZAÇÃO

BANCLISA

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços com comércio e pessoas conveniadas com o Banco Comunitário de Liberdade e Inclusão Solidária Articulada - BANCLISA com o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento territorial a partir dos princípios da economia solidária.

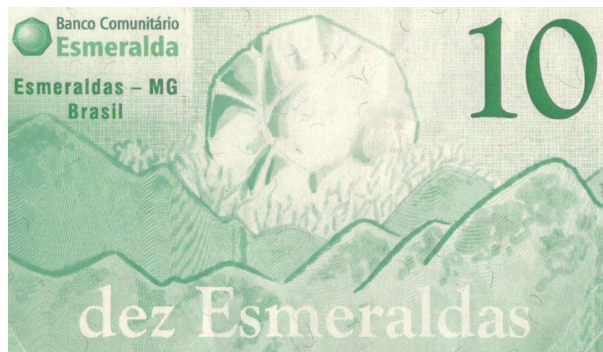
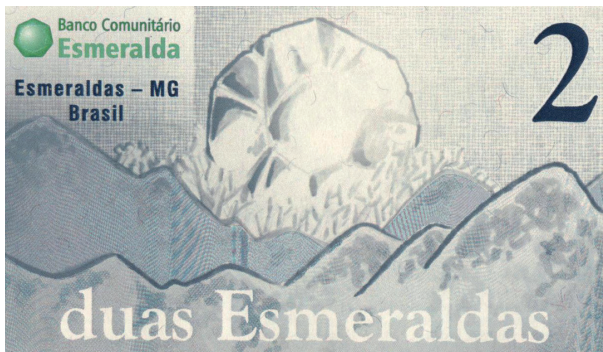
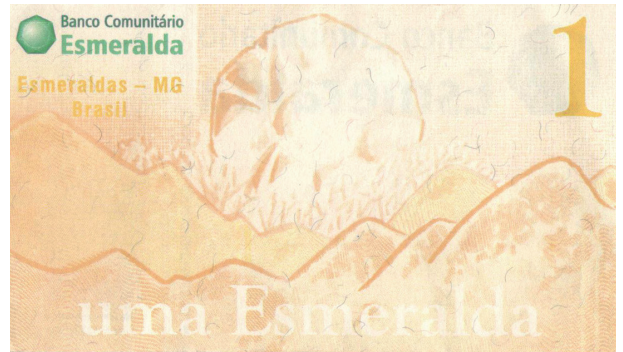


Frei João

10 DEZ LISAS

BRUNO DE MOURA COMERCIALIZAÇÃO

Esmeralda (2012)
Banco Esmeralda
Esmeraldas, MG





**Banco Comunitário
Esmeralda**

0,50

cinquenta centavos de
Esmeralda

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços com comércio e pessoas conveniadas com o Banco Comunitário Esmeralda, com o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento territorial a partir dos princípios da economia solidária.




**Banco Comunitário
Esmeralda**

1

uma
Esmeralda

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços com comércio e pessoas conveniadas com o Banco Comunitário Esmeralda, com o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento territorial a partir dos princípios da economia solidária.




**Banco Comunitário
Esmeralda**

2

duas
Esmeraldas

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços com comércio e pessoas conveniadas com o Banco Comunitário Esmeralda, com o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento territorial a partir dos princípios da economia solidária.




**Banco Comunitário
Esmeralda**

5

cinco
Esmeraldas

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços com comércio e pessoas conveniadas com o Banco Comunitário Esmeralda, com o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento territorial a partir dos princípios da economia solidária.




**Banco Comunitário
Esmeralda**

10

dez
Esmeraldas

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços com comércio e pessoas conveniadas com o Banco Comunitário Esmeralda, com o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento territorial a partir dos princípios da economia solidária.

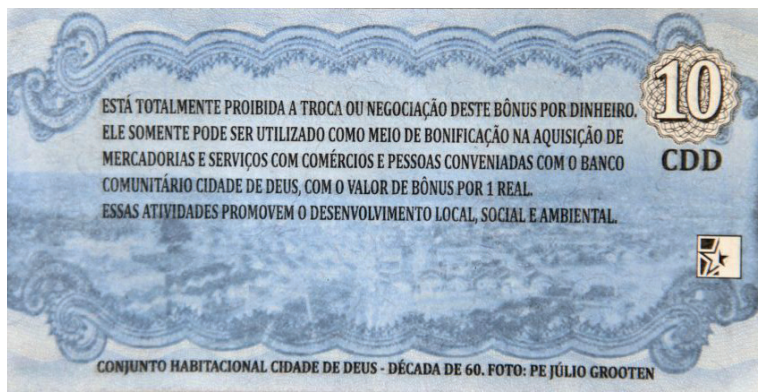




Uruana (2009)
Banco Sussuarana
Uruana de Minas, MG

■
CDD (2011)
Banco Cidade de Deus
Rio de Janeiro, RJ







BANCO PREVENTÓRIO

0,25

CENTAVOS DE PREVÊS

Banco Comunitário do Preventório

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços em comércios e profissionais conveniados com a Associação para o Desenvolvimento Solidário do Preventório - *Prevenção Solidária*, com o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

0299

BANCO PREVENTÓRIO

1

PREVÊS

Banco Comunitário do Preventório

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços em comércios e profissionais conveniados com a Associação para o Desenvolvimento Solidário do Preventório - *Prevenção Solidária*, com o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

0136

BANCO PREVENTÓRIO

5

PREVÊS

Banco Comunitário do Preventório

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços em comércios e profissionais conveniados com a Associação para o Desenvolvimento Solidário do Preventório - *Prevenção Solidária*, com o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

0252

BANCO PREVENTÓRIO

0,50

CENTAVOS DE PREVÊS

Banco Comunitário do Preventório

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços em comércios e profissionais conveniados com a Associação para o Desenvolvimento Solidário do Preventório - *Prevenção Solidária*, com o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

0195

BANCO PREVENTÓRIO

2

PREVÊS

Banco Comunitário do Preventório

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços em comércios e profissionais conveniados com a Associação para o Desenvolvimento Solidário do Preventório - *Prevenção Solidária*, com o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

0027

BANCO PREVENTÓRIO

10

PREVÊS

Banco Comunitário do Preventório

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços em comércios e profissionais conveniados com a Associação para o Desenvolvimento Solidário do Preventório - *Prevenção Solidária*, com o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

0030

■
Prevê (2011)
 Banco Preventório
 Niterói, RJ

Capivari (2010)
Banco Capivari
Silva Jardim, RJ



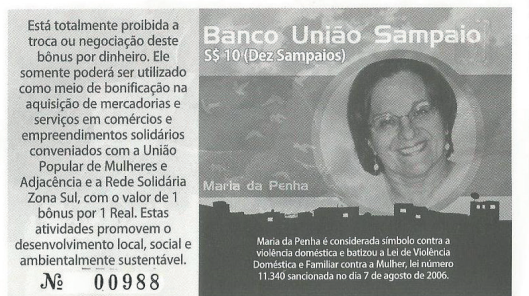
Saracura (2011)
Banco Saracuruna
Duque de Caxias, RJ



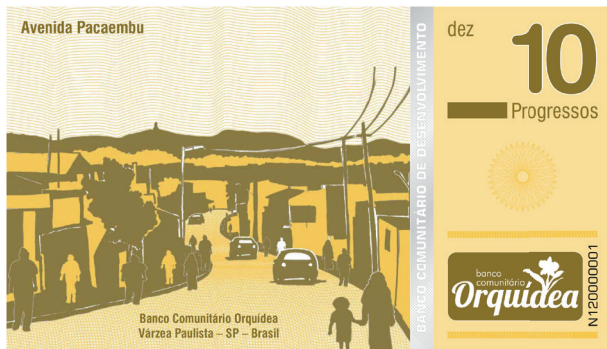




Mumbuca (2013)
Banco Mumbuca
Maricá, RJ
**Não foi impressa*



■
Sampaio (2009)
 Banco União Sampaio
 São Paulo, SP



Progresso (2012)
Banco Orquídea
Várzea Paulista, SP

Banco Comunitário Santa Eudóxia

0,50

Cinquenta centavos de Quilombos

Banco Comunitário Santa Eudóxia

Banco Comunitário Santa Eudóxia

1

Um Quilombo

Banco Comunitário Santa Eudóxia

Banco Comunitário Santa Eudóxia

2

Dois Quilombos

Banco Comunitário Santa Eudóxia

Banco Comunitário Santa Eudóxia

5

Cinco Quilombos

Banco Comunitário Santa Eudóxia

Banco Comunitário Santa Eudóxia

10

Dez Quilombos

Banco Comunitário Santa Eudóxia

Banco Comunitário Santa Eudóxia

20

Vinte Quilombos

Banco Comunitário Santa Eudóxia

Banco Comunitário de Santa Eudóxia

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação nas aquisições de mercadorias e serviços em comércio e empreendimentos salariais conveniados com a Associação de Moradores de Santa Eudóxia e Região, com o valor de um bônus por um real.



Imagem modificada a partir de quadro de José Augusto Pereira



5 Quilombos

nº XXXX

Quilombo (2012)
Banco Santa Eudóxia
São Carlos, SP



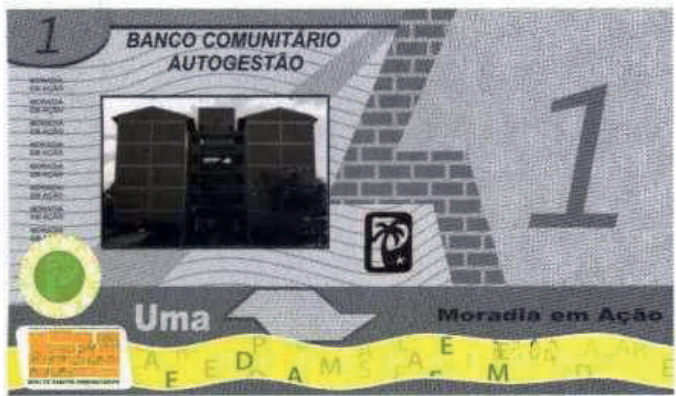
Apuanã (2009)
Banco Apuanã
São Paulo, SP

Freire (2009)
Banco Paulo Freire
São Paulo, SP





Vista Linda (2009)
Banco Vista Linda
São Paulo, SP



Moradia em Ação (2009)

Banco Autogestão

São Paulo, SP



Commissari (2012)
Banco Padre Leo Commissari
São Bernardo do Campo, SP



Estela (2012)
Banco Tonato
Carapicuíba, SP





■
Vida (2012)
Banco Nascente
São Paulo, SP

■ **Tico-tico** (2016)
Banco Caparaó
Caparaó, ES

■ **União** (2013)
Banco União
Pedro Canário, ES

Igarapé (2016)
Banco Igarapés
Igarapé, MG

■ **Cultura** (2016)
Banco Cultura
Rio de Janeiro, RJ

*Imagens não encontradas
(REGIÃO: SUDESTE)

4. DESIDENTIFICAÇÕES

4.1

DA GUERRA ESTÉTICA À MISÉRIA SIMBÓLICA

Em *Por uma nova crítica da Economia Política*, Bernard Stiegler (2010) aponta como o foco do sistema capitalista em criar uma ideia de um poder de aquisição “disponível” altera o pensamento sobre a proletarianização, especificamente ao considerar sua forma atualizada: a do consumidor. O pensador francês teoriza que, ao transformar tudo em necessidade, o consumismo acaba por liquidar o desejo; esta sendo uma forma de destruição conectada a um sistema de frustrações. Isso faz com que o que é entendido e vivido como ‘necessidade’ seja controlado pelo sistema capitalista, especialmente por seu esforço de destruir qualquer desejo por algo além da consumação. A base disso, como Bernard Stiegler entende – e como foi elaborado no capítulo anterior –, é uma força motriz por trás da expansão do capitalismo, que é, em sua essência, a industrialização de atividades e habilidades mentais. Isto é, do controle dos ritmos conscientes e inconscientes – da modulação dos ritmos da consciência e da vida, nos termos do autor.

É a partir disso que Stiegler baseia seu pensamento: num entendimento de como, na vida contemporânea, esse tipo subjetivo de industrialização fermenta uma exclusão massiva da produção cultural e estética; algo que talha uma forma generalizada de empobrecimento – aquilo que o filósofo denomina de *miséria simbólica*. No primeiro volume da série sobre esse “mal”, no qual o autor trata da época hiperindustrial, Stiegler (2014) introduz o termo aristotélico de stasis, conceito utilizado para teorizar uma forma de conflito permanente, e o adapta a uma versão atual, firmada na deterioração do campo estético. Aqui, o estético é considerado como o terreno de uma guerra contínua; uma guerra não de violência direta física, mas de uma violência *simbólica* resultante de um domínio total do mercado sobre a vida e a consciência humana. (TUTT, 2016).

Nisso, o pensador francês considera que a stasis da contemporaneidade está ligada a um deslocamento histórico na relação entre o capital e os aparatos de retenção desenvolvidos, algo que impede as pessoas de formarem laços afetivos e significativos a elementos simbólicos. Baseado na noção da sociedade de controle de Gilles Deleuze – no qual a consciência não é algo singular –, Stiegler aponta que a fonte da miséria simbólica está justamente nessa incapacidade de formar o que ele chama de uma “consciência distintiva”. Um problema que retorna à relação do capital com os aparatos de retenção: que ao produzir “atenção”, “prenderem” os indivíduos e os condicionam esteticamente; nesse processo que consiste em substituir possíveis experiências participativas por uma ordem definida e apenas “comunicada”.

“Excluído da oportunidade de participar na ocorrência estética, o indivíduo perde sua sensibilidade. Ele afunda em anestesia, indiferença e apatia” (STIEGLER, p. 23, 2015). Ou seja, a exclusão da participação na experiência estética abre brechas para que essa própria experiência – que não ocorreu e agora é “impossível” – seja substituída por um tipo de *condicionamento* que dita comportamentos e sentimentos específicos, como os três citados por Stiegler. Em síntese, há aqui um tipo de conformação passiva que é implantado, fundado numa lógica de não-participação. Basicamente, esse condicionamento conformatório pode ser entendido como parte de um discurso que transforma o sujeito exclusivamente em *consumidor*: não só no sentido econômico e financeiro, mas no sentido de um indivíduo que consome símbolos e narrativas prontas, criadas por uma classe dominante, obviamente, sem sua participação¹.

Dessa maneira, é possível entender como esse consumir, além de gerar “alienação estética”, torna “impossível viver e amar a si próprio” (STIEGLER, p. 4, 2014); e talvez mais importante, ao intencionalmente alimentar a impossibilidade de um si próprio “capaz”, essas narrativas eliminam também possíveis *percepções* desses mesmos sujeitos como atores aptos a produzir transformação. Seguindo esse entendimento, Bernard Stiegler (2007a) estipula uma diferenciação entre a estética e o sensível: a estética sendo um condicionamento que dessingulariza e hipersincroniza o comportamento daqueles que habitam suas “zonas afligidas”; e o sensível como uma experiência contrária, que efetivamente *dilata* as capacidades dos indivíduos, por singularizá-los.

No entanto, para isso ser considerado, a ideia de estética deve ser ampliada e entendida como *sensação* em geral – não apenas como perceptibilidade, mas como uma espécie de sentir. O ponto aqui é que percepção, sensação, gosto e sentimento não são apenas fenômenos individuais, mas imediatamente sociais; por exemplo, ao considerar a questão de viver juntos, de viver em comum com o outro, há um entendimento de que isso é “algo que

¹ Alinhado a esse entendimento, Jacques Rancière (2011) aponta esse condicionamento como um tipo de consenso – uma grande narrativa que prescreve a ordem dos possíveis –, que faz parte de um “arsenal teórico destinado a afirmar que a ordem existente é o único mundo possível” (RANCIÈRE, p. 75, 2001). Ou seja, há um esforço constante para construir e manter uma ordem de dominação pautada pela exclusão de outras formas de existência; algo feito essencialmente a partir da produção de narrativas moldadas para a “massa”.

só pode ocorrer através da compreensão e do sentimento um pelo outro, e que, por si só, só pode ocorrer através de um meio que torna isso possível, isto é, um meio estético” (ROSS, p. 1, 2009); um meio sensível.

A estética – que inclui sensibilidades e sentimentos –, acaba então se tornando a esfera pela qual todos os aspectos da vida são calculados e controlados. Stiegler coloca que isso ocorre através da invenção de tecnologias estéticas e afetivas, configuradas com o propósito de sincronizar experiências – e comportamentos – a ponto de tornar-se “contraproducente”²: isto é, a ponto de ameaçar a destruição do próprio desejo. (STIEGLER, 2007b).

Apesar de apresentar um cenário pessimista, Stiegler (2014) aponta que é possível “curar” a miséria simbólica valendo-se de um conjunto de experiências que ampliam as possibilidades da sensibilidade humana se, junto a elas, for aplicado o mesmo elemento inicialmente confiscado pelo condicionamento capitalista: a participação. A chave, no entanto, é que essa participação seja de um tipo capaz de ativar um *reengajamento* do sujeito com o simbólico. E isso seria algo que poderia acontecer se a participação ocorresse, por exemplo, a partir de uma experiência estética coletiva.

+

Para pensar esse reengajamento e como a participação é uma passagem do potencial até o *agir* (‘potencial’ sendo apenas um movimento potencial e o ‘agir’ sendo o movimento em si), Stiegler (2014; 2015) se volta para André Leroi-Gourhan, cuja observação sobre a perda de participação estética e simbólica em decorrência do aparecimento de tecnologias cognitivas e culturais, explicita como na perda da individuação ocorre também uma perda do sensível. O interessante é como os dois autores percebem que essa sensibilidade perdida é também um conhecimento perdido; este sendo um conhecimento “vivo”, de vivências e experiências. Nisso, ambos entendem que para “sair” de algo, é preciso participar no nível do sentimento e da emoção; é preciso ter um envolvimento emocional engajado. Em outras palavras, para sentir, é preciso participar; e é a partir disso que Stiegler aponta como a deprivação estética é incompatível com qualquer possibilidade de percepção.

2 Stiegler entende que o desejo é ao mesmo tempo psíquico e coletivo, isto é, uma questão do meu desejo, na medida em que é diferente do seu; e uma questão do nosso desejo, na medida em que habitamos um processo incompleto de “tornar-se” juntos (*becoming together*); nosso desejo na medida em que como somos um processo de *socialização* do desejo, e onde o desejo é sempre um processo adotivo, artificial e performativo de separação das “pulsões” (já que somos sempre, ao mesmo tempo, animais). Dado esse entendimento, quando Stiegler afirma que o cálculo e o controle do desejo ameaçam tornar-se contraproducentes, ele está dizendo que, em tal situação, o desejo tende a “regredir” para um estado mais baseado em pulsões. Essa regressão do desejo ao “impulso” gera o que ele chama de “miséria simbólica” (ou imiserção), e essa liberação dos impulsos possibilita todo tipo de comportamento sócio-patológico que a sociedade é cada vez mais incapaz de enfrentar, a não ser através de mecanismos repressivos – mecanismos que são eles próprios destinados a contribuir para essa contraproduzibilidade. (ROSS, 2009).

Isso porque, ao retomar Aristóteles, Stiegler (2015) resgata sua teoria clássica das três almas – a vegetativa, a sensitiva e a noética. A primeira questão é que a alma aristotélica não é um espírito, mas um conjunto de atividades próprias à vida, como o pensamento, a afetividade e a sensibilidade. E nisso, o ponto mais importante é que essa alma é alusiva a uma potência. É a partir desse entendimento que Stiegler aborda com suscetibilidade o postulado de Aristóteles, especificamente tratando o caráter intermitente da alma e sua relação entre a sensibilidade e a noeticidade da psique humana. A questão a se focar portanto é que o termo *noesis*, que significa “compreensão imediata” – ou a habilidade de sentir e perceber algo imediatamente –, pode ser tratado também como o ato de tomada de consciência³; uma espécie de *despertar*. É nisso que Stiegler está interessado.

A alma noética é então caracterizada pela *percepção no agir* de um sentido formado dessa maneira (que, como sensível, é também simbólico). Por isso, esse tipo de percepção nunca é uma simples recepção: é sempre uma produção que *retornou*. Stiegler (2015) enfatiza que quando está em ação, a sensibilidade está também num estado de “aprender-a-perceber” (*learning-to-sense*). Isto é, ela descobre continuamente o novo no visível, e é somente dessa maneira que pode agir de forma noética. É também dessa maneira que ela pode “habilitar” que o novo seja visto, possibilitando uma nova forma de ver e reativando a própria visão no processo.

Assim, essa questão originária do sensível significa que a sensação da alma sensível se torna a *percepção* da alma noética, algo que abre o que Stiegler chama de circuito social dos sentidos, algo que indica como a mobilidade pertencente à alma noética procede da exteriorização da memória pela qual ela é constituída, social e organicamente. Assim, o interessante aqui é como a alma noética herda⁴ uma memória que não viveu, mas pela qual é constituída, que forma o ambiente psíquico e coletivo que é *noesis*. Em outras palavras, por ser basicamente um movimento de suspeita e questionamento, a *noesis* é um processo de transformação do sentido e daquele que o sente — ou seja, do sujeito em si. (STIEGLER, 2015) (ROSS, 2009).

3 O filósofo alemão Edmund Husserl define como *noesis* (ou *noese*) o aspecto subjetivo da vivência, isto é, de como cada um de nós entende e percebe o que está vivendo. A *noesis* é logo constituída por todos os atos de compreensão que visam a apreender o objeto, tais como perceber, lembrar, imaginar.

4 Essa é uma questão intrigante se pensarmos nos bancos comunitários de mais de dez anos de funcionamento. O interessante é considerar como mesmo os indivíduos que não participaram do processo de criação da moeda e do banco comunitário podem herdar uma habilidade de sentir; herdam um potencial para compreensão e um potencial para tomar consciência. O ato se imbrica no território, “formando horizontes de expectativas, mas onde o que é esperado é o próprio inesperado” (STIEGLER, p. 32, 2015), considerando que o limite do que é considerado possível já foi ampliado (mesmo que a experiência já tenha expirado). Essas questões serão retomadas mais a fundo no próximo capítulo.

Considerando esses aspectos da noesis como a possível chave do reengajamento com o simbólico, é interessante pensar em processos de economia solidária e como a noesis pode ser atingida ao não tratar o sujeito apenas como consumidor, mas como produtor, prosumidor e sempre como um ator efetivo dentro da comunidade; descartando assim um discurso “tradicional”. Como o banco comunitário parte de uma lógica de desenvolvimento endógeno – pensando basta “nós produzirmos” e “nós consumirmos” –, um poder local acaba germinando, e germinando visivelmente no e a partir do campo da estética. Assim, a questão aqui é perceber o significado duplo dos bancos comunitários, tanto de produção quanto de produto. A psicóloga Juliana Braz (2014) indica que, como ‘produção’, o banco exerce a função de uma “instituição mediadora de novas referências e produtora de novos sentidos para o fazer econômico, social e político” (BRAZ, p. 126, 2014); e, na mesma lógica, como ‘produto’, aparece “como representação concreta de um conjunto de práticas, valores e modos de vida presentes no bairro” (idem).

Além disso, por articular processos de desigualdade pela aproximação do indivíduo com sua produção – numa outra relação que “o aproxima de sua humanidade” (BRAZ, p. 128, 2014) –, as iniciativas dos bancos comunitários ultrapassam o campo econômico justamente por serem práticas que agem a partir de uma lógica cotidiana: mas especificamente uma prática cotidiana transformadora que opera no entendimento de que “não há compreensão das condições materiais para a superação do capitalismo sem que essa esteja intrinsecamente ligada às práticas e aos sentidos que medeiam a existência desses processos” (idem).

Assim, são nas práticas desse sentido duplo que uma forma renovada de pedagogia política é estimulada. O simples ato de consumir naquele território reforça um tipo de consumo que não só dinamiza a economia local, mas reforça vínculos e relações comunitárias; algo que se dá claramente “pela apropriação e uso de um instrumento de fortalecimento da identidade local” (FRANÇA FILHO, RIGO e LEAL, p. 46, 2011), que é a moeda social. Por concentrar essas representações, a moeda social resgata e afirma um sentido de pertencimento das pessoas àquele local, mas também a um sistema econômico, a uma esfera política e a uma ordem social. É nesse sentido que ela é um objeto que dispara, por si só, possíveis rupturas: pela afirmação, contrastando com sentimentos “naturalizados” de baixa auto-estima, comum às comunidades e sujeitos historicamente excluídos. (RIGO, 2014). Ou seja, uma velha narrativa é ativamente substituída por uma nova, coletivamente construída⁵.

⁵ É nesse sentido que essas experiências são uma das chaves para a quebra da miséria simbólica: porque o remédio para essa miséria é essencialmente a participação; e uma participação que carrega uma capacidade de ativar um re-engajamento com o simbólico.

4.2 INTERRUPÇÕES DO ÚNICO MUNDO POSSÍVEL

Joaquim Melo, presidente da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, da Rede de Bancos Digitais Solidários e do Instituto Palmas, deixa claro que a moeda social é nada mais que um conceito, um ativo financeiro com duas características: propriedade comunitária e circulação restrita num determinado território, criada para alimentar o consumo local. É, no entanto, um conceito carregado de narrativas, mas de narrativas impressas que precisam contaminar e tensionar outros espaços, para além da cédula física. Uma dessas contaminações está no imaginário. Nas palavras do líder comunitário, é preciso criar essa narrativa da identidade do local, do “amor pelo local”, através de ações integradas no território: com assembleias, eventos e muitas festas.

Quando Joaquim fala sobre um fomento do afeto e do amor pelo local, é interessante lembrar como Bernard Stiegler (2010) aponta que a reinvenção da economia pressupõe a reconstituição de uma economia “libidinal”, o que isso significa que novos aparatos de produção devem ser concebidos e instituídos – um renascimento que seria atingido na implementação de uma economia da contribuição, uma economia na qual “economizar” significa “cuidar”, e uma economia em que cuidar cultiva um ambiente social associado. A economia da contribuição, de acordo com o pensador francês, é basicamente a simulação do desejo pela reconstituição de sistemas de cuidado e, nisso, constituindo um novo comércio de subsistência a serviço de uma nova forma de existir.

Ao considerar essas questões, fica perceptível como o termo ‘pobre’ não é simplesmente uma categoria econômica, mas também uma categoria simbólica, relacionada a uma posição no mundo daquilo que se vê e se considera. (RANCIÈRE, 2006). Daí a importância em trabalhar intensivamente o imaginário dentro destas comunidades. Trabalhar o imaginário é recriar “um outro universo ou campo” (RIGO, p. 33, 2014) fundamentado em outras relações mais justas e solidárias e em outras possibilidades de desfecho; promovem tanto objetivamente quanto subjetivamente o desenvolvimento local ao destacar e trabalhar as capacidades locais daquele lugar. Rancière aponta que a base disso seria a base de todo movimento social democrático, que coloca em seu centro a questão política fundamental: “a competência dos ‘incompetentes’, da capacidade de qualquer um julgar relações entre indivíduos e coletividade, presente e futuro” (RANCIÈRE, p. 106, 2014).

Assim, ao reconstruir essas condições a partir de outros valores baseados em solidarieda-

de e no bem comum, o banco comunitário de desenvolvimento afirma um novo arranjo que, por partir de dinâmicas existentes da economia capitalista, cria-se possibilidades de conscientização e crítica à lógica atual. Somente “a defesa da existência de um banco da comunidade já coloca luz às irracionalidades do sistema econômico atual.” (BRAZ, p. 129, 2014). Nisso, fica claro como “a imaginação é o poder de criar formas, e a política é um assunto de imaginação. (...) A imaginação entra em ação para construir, delimitar, organizar um espaço, dar outro ritmo ao tempo. É uma faculdade estética, o que não quer dizer que só cria poemas ou imagens, ao contrário, é necessária para encontrar novas organizações políticas”. (RANCIÈRE, s/p, 2018b)

Mais importante, é uma faculdade estética que resulta na denúncia de um sistema político e econômico; e denunciar um sistema, segundo Rancière (2014), é o primeiro passo para exigir que ele seja transformado: uma transformação que nem sempre ocorre pelas vias institucionais, já que o imaginário trabalhado é um de *capacitação*. Nisso Joaquim e Rancière estão alinhados, no entendimento de como o conteúdo produzido das ficções incidem fortemente nos modos de vida dos sujeitos. Basicamente, se são produzidas ficções – isto é, configurações temporais e espaciais – negativas, os indivíduos serão afetados negativamente. E, da mesma maneira, se essas ficções são positivas, o impacto no sujeito será positivo. Ou seja, há uma relação direta do modo como o tempo é organizado, daquilo que é narrativa perceptível, em como o “mundo real” é vivido. O essencial é entender que quem cria essas organizações são sujeitos políticos. (RANCIÈRE, 2014).

Isso porque quando Rancière lida com o termo “ficção”, ele está dizendo que a percepção das coisas – do modo como os sujeitos habitam o espaço-tempo – passa muito fortemente pelo que é pensável e pelo que é perceptível. As ficções são aqui pensadas como condições de *possibilidade*: elas oferecem condições de possibilidade de existência para esses “pensáveis” e “perceptíveis”. E são ficções justamente porque essas organizações sensíveis podem mudar, sendo possível criar outras ficções que, por si só, tornem possível outras ações e outros sujeitos. Portanto, trata-se de ficção no sentido de ser efetivamente uma organização sensível de uma cena – seja a cena do consenso ou a segunda cena que emerge nessa primeira, como um *desentendimento*.

As experiências dos BCDs são mostras claras desse desentendimento e de como a política, que repousa sobre um único princípio de igualdade, só tem efeito pelo dissenso; ou seja, pela ruptura das formas sensíveis da comunidade ao interromper uma lógica de dominação naturalizada. Um efeito, que, parafraseando Rancière, é a instituição de uma divisão ou de uma distorção inicial. A política, assim, está no conjunto de atividades que perturbam a ordem dominante e, pelo dissenso, cria uma modificação singular do que é visível, dizível e contável. Ou seja, a política é, antes de mais nada, um conflito sobre a configuração do mundo sensível, e sobre a constituição deste mundo comum.

Aqui entra um ponto importante no pensamento de Rancière, que fica mais claro quando pensamos as moedas sociais: o modo como determinados grupos aparecem nas imagens, o modo como as ficções e as imagens dão a ver esses sujeitos pode ser tanto exploratório, quanto emancipatório, mas, acima de tudo, são de uma ordem do dissenso. Este exemplo fica ainda mais evidente se compararmos as moedas sociais à dinâmica visual da economia formada por moedas oficiais brasileiras, que trazem majoritariamente em sua composição os ditos “vultos” da historiografia nacional, com poucas exceções desde as primeiras cédulas de réis impressas em 1833⁶.

O antropólogo Jack Weatherford, em seu livro *A História do Dinheiro* (1999), por exemplo, explica como a efígie do monarca nas moedas e cédulas de dinheiro detêm uma força simbólica da figura do controle supremo sobre a moeda e todas as instituições ligadas a ela. Entende-se, dessa forma, que este é um dos pontos mais cruciais da representatividade nas cédulas monetárias. A imagem ali é uma forma de poder, pois ilustra claramente quem controla a emissão e distribuição daquele dinheiro – que abrange não só a riqueza da nação, mas o poder das corporações e o “êxito” do indivíduo.

Neste ponto, podemos considerar que dinheiro não é só parte de um sistema que fixa valores e facilita o comércio. Dinheiro é *poder* – independente de diferentes valores e formas centrais de expressão em torno dos quais a vida política, econômica e social é regida –, o dinheiro constitui o ponto de convergência da cultura mundial moderna. Ou seja, a moeda é essencialmente uma instituição social⁷ sustentado por um sistema sociocultural específico à ela. (WEATHERFORD, 1999). Por isso, os usos do papel-moeda surgem mais frequentemente “da esfera política ou de prestígio da vida social, não das esferas comercial ou de subsistência”. (WEATHERFORD, p. 27, 1999). Ou seja, a moeda pode ser considerada como

6 Essa forma de uma “identidade oficial” é um traço tradicional que reflete os contrapontos teóricos entre uma cultura de minoria e uma cultura em comum, conforme apontado por Raymond Williams. De acordo com o sociólogo inglês, a cultura de minoria parece justificar os preceitos de memória nacional, pois aqui prevalece a visão de que um processo de democratização sócio-cultural “destruiria” a ideia de “Cultura com C maiúsculo”. Portanto, entender as culturas retratadas no dinheiro é entender que, em todas as sociedades – em um determinado momento histórico –, três formas de estruturação de significados e valores coexistem: a dominante, a emergente e a residual. Mais importante: a forma dominante nunca é estática, pois prevê mecanismos constantes de incorporação e reprodução de formas. (WILLIAMS, 1958).

7 Ao tratar o dinheiro como instituição social, podemos nos apoiar na concepção de discurso social de Michel Foucault (1997), no sentido desse discurso ser construído a partir de objetivos políticos de uma classe dominante. Parafraseando Foucault, proibições e regulações – emitidas por “autoridades oficiais” – não reprimem subjetividades, mas as produzem a partir de relações sociais. Dessa forma, é pertinente perceber como a cultura, considerada historicamente um discurso oficial implementado, produz a sociedade; e o dinheiro, sendo um produto dessa oficialidade, fortifica a tradição dessa problemática.

um fato social “total”⁸, abrangendo simultaneamente as dimensões do econômico, do político e do simbólico (THÉRET, 2008); nisso, é “uma representação ativa da sociedade como um todo, pois participa desde o início da sua construção” (THÉRET, 2008, p. 3), e nisso, a comunica.

Aloísio Magalhães, designer pernambucano responsável pelo desenho das cédulas emitidas pelo Banco Central de 1970 a 1986, tinha um entendimento do papel-moeda como o maior objeto de comunicação do país. Amaury Silva Júnior (2008), ex-projetista da Casa da Moeda, comenta que Aloísio acreditava na função modernizante do design e em suas ações potentes dentro da esfera cultural – especificamente como elemento transformador. Nesse momento, a modificação dos aspectos visuais dos produtos de massa seria o caminho pelo qual se daria a formação de uma identidade nacional; a cédula, seria assim, um espaço privilegiado para uma construção concreta de referências simbólicas⁹. (MAGALHÃES, 1997).

No entendimento de como a moeda é um potente objeto de comunicação, voltemos à fala de Jacques Rancière (2014), quando o filósofo francês coloca como o conteúdo das ficções projetadas impactam subjetivamente os sujeitos. Por ser um meio circulante por excelência, o dinheiro penetra no tecido social e pode ser tratado como mobilidade pura. Considerando sua base de poder simbólico, concentrado em imagens cuidadosamente construídas, “o dinheiro assume perversamente não apenas a função de realizar as trocas comerciais, mas surge como possibilidade de socialização” (RIVITTI, p. 59, 2007); mais especificamente, de tipos de socialização diferentes, dependendo do tipo de narrativa que circula ali.

Nessa linha, podemos também considerar o papel-moeda (sendo fiduciário ou social), como uma potencial arma estética, nos termos de Bernard Stiegler. Na busca de “tratamentos” para a miséria simbólica, Stiegler (2014) aponta o cinema como ocupante de uma posição privilegiada na guerra estética-temporal contemporânea, já que, por ser ao mesmo tempo tecnologia industrial e arte, o cinema seria a experiência estética que poderia efetivamente combater o condicionamento estético em seu “próprio terreno”.

8 Nos campos da Sociologia e da Antropologia, especificamente tratando das obras de Georg Simmel, François Simiand e Bronislaw Malinowski, a moeda foi considerada uma “instituição fundamental”. Foi no século XX que as discussões sobre a moeda se voltaram à economia, que passou a ser considerada como objeto neutro. Ou seja, na perspectiva da economia clássica, a moeda é entendida apenas como um instrumento de troca, incapaz de afetar relações que resultam das práticas econômicas. (ZELIZER, 2005).

9 Esse entendimento fica evidenciado especialmente na nota comemorativa de quinhentos cruzeiros, lançada em 1972. Nela Aloísio tenta lançar a pergunta base de seu trabalho: por que é que o produto brasileiro não tem uma cara brasileira e não se relaciona com as suas referências? Na cédula especial, por exemplo, “não há mais um panteão de heróis, mas sim o enaltecimento da mestiçagem que conforma o povo brasileiro. Não há mais uma exaltação da cultura brasileira, mas sim uma confirmação das fronteiras e do território de uma nação” (SILVA JÚNIOR, p. 148, 2008); uma peça de comunicação de massa que reafirma uma leitura específica da brasilidade.

Seguindo esta linha de raciocínio, podemos ampliar essa lógica e pensar que outras experiências estéticas, que se propõem a contestar e ocupar espaços simbólicos historicamente condicionados, como o dinheiro, também carregam uma mesma capacidade de tensionar aquele condicionamento estético específico – e emancipar-se dele.

+

O verbo emancipar é proveniente do termo latino *emancipare*, de *ex* (fora de, não mais) e de *mancipium* (escravo, indivíduo dependente). O conceito de emancipação social, portanto, trata de todo um processo de liberação de grupos sociais “dependentes” e “dominados” nas esferas econômica, social e cultural. Antonio David Cattani (2009) coloca que emancipar-se significa “livrar-se” de um poder imposto; e ao livrar-se, conquistar uma capacidade plena de cidadania. Assim, emancipar-se é “aceder à maioria de consciência, entendendo-se por isso, a capacidade de conhecer e reconhecer as normas sociais e morais independentemente de critérios externos impostos ou equivocadamente apresentados como naturais. (CATTANI, p. 175, 2009).

Logo, o vínculo à ideia de emancipação social ao conceito de autonomia é inevitável.

Uma comunidade política é emancipada, é livre, quando suas leis não são impostas por processos repressivos, tutelares ou paternalísticos; é autônoma quando não obedece a regramentos subjetivos, adventícios ou arbitrários; é, verdadeiramente, emancipada, quando a lei maior é o bem comum, objetivo e universalizador. Na sociedade emancipada, os indivíduos possuem o máximo de liberdade, mas esta é pautada pela igualdade, pela reciprocidade de direitos e obrigações, enfim, pelo processo civilizador que garante a livre expressão respeitosa da diferença e da liberdade do outro. (idem)

Jacques Rancière especificamente coloca o processo de emancipação como uma ruptura com a lógica de reprodução¹⁰, da criação de certa continuidade: trata-se de uma fundação da ideia do universal político como um processo de desidentificação, isto é, “de saída por quebra de certo estatuto sensível, de lugar certo na ordem do visível e do dizível, na distribuição dos lugares e dos tempos” (RANCIÈRE, p. 527, 2012). A partir disso, Rancière define

10 No banco comunitário, essa ruptura com uma lógica de reprodução pode ser identificada, num primeiro momento, a partir do processo de nomeação do próprio banco e da moeda. Marília Veríssimo Veronese (2008) argumenta que, como o sujeito se produz através da ação e da linguagem, os elementos que constroem a realidade são efetivamente elementos discursivos. Sendo assim, são os discursos que moldam e constituem em cima do material simbólico que os sujeitos produzem, acessam, transformam e trocam entre si interpretações de mundo. “Na linguagem, o sujeito humano se apreende, pois necessita de elementos linguísticos para se representar, para se constituir enquanto identidade, ocupando lugares e construindo saberes que lhe dão certa fixidez em um mundo viável, real para ele ou ela, e vivido no cotidiano” (VERONESE, p. 50, 2008); assim pode narrar e tornar a sua experiência vivida plena e “legitimada”.

a democracia como o poder dos sem-parte, ou seja: permite repensar a política nos termos de uma intervenção sobre o visível e o enunciável, de uma modificação nas condições da experiência por meio de uma reconfiguração das categorias que a regulam junto ao comum.

Neste contexto, o filósofo francês apresenta o conceito de partilha, que traz a ideia de uma ação política – uma ação do sujeito no mundo – e, conjuntamente, uma ação estética, por dizer respeito aos modos de configuração e organização do espaço e do tempo. Essencialmente, essa ação estética – o partilhar – é ser visto. Em outras palavras, a estética é uma forma de aparecer; e aparecer de uma maneira interessante, por ser um partilhamento de sensibilidades e subjetividades contraditórias, mas que ocorre para garantir justamente a possibilidade dessas existências distintas (o que é, sobretudo, uma forma de garantia da política e da democracia). (RANCIÈRE, 2000).

Em outras palavras, a partilha numa primeira acepção, diz respeito àquilo que é comum, que permite compartilhar um comum; formas compartilhadas de habitar o espaço e o tempo. A contradição está na segunda interpretação, aquela de que o que define o comum é justamente o que o divide, o que o torna desigual. Assim, essa dupla acepção do tempo dentro do conceito de partilha do sensível, é, basicamente, um entendimento de que junto à uma pressuposição de igualdade, há de modo indissociável, a desigualdade. Compreender a partilha, portanto, é compreender que se a política é uma ordenação de lugares, ela também determina uma divisão dos modos de visibilidade e invisibilidade (e ocultamento) de sujeitos.

A questão aqui é compreender como a moeda social, em sua condição de tecnologia social apropriada pela comunidade, detém um enorme potencial em efetivamente reorganizar as economias locais.

Tal “reorganização” consiste na utilização das “poupanças” dos moradores nas próprias atividades da comunidade. Ou seja, o consumo e a produção acabam por ser financiados por meio do uso da moeda social, gerando um ciclo de dinamização da economia local. O consumidor que, por diversos motivos, antes ia buscar seus bens e serviços fora da comunidade, é estimulado por uma relação de proximidade a realizar o seu consumo no comércio local. A ideia é que este processo possa potencializar o surgimento de novos postos de trabalho, bem como a criação de novos empreendimentos locais, notadamente familiares e Empreendimentos de Economia Solidária (EES). (RIGO, p. 45, 2014)

Somada a esta questão, no processo de constituição de um banco comunitário, há uma base metodológica que envolve um longo período de formação dos moradores, assim como líderes comunitários, representantes de entidades e organizações locais, e agentes públicos que participam do movimento de mobilização em torno das ideias de cidadania e economia solidária. Nesse momento, a comunidade (re)organiza também relações de poder, ao deci-

dir quem serão os agentes de crédito, coordenadores e outros representantes da iniciativa.

Estes representantes escolhidos por todos participam de um segundo momento de formação, centrado em questões mais técnicas da gestão do BCD, das suas linhas de crédito e da gestão da moeda social. Sendo assim, o trabalho dos agentes de crédito tem início já durante o processo de constituição do BCD, pois são eles (apoiados pela equipe técnica da instituição de apoio e fomento) que coordenam e realizam as atividades de criação da moeda social e sua sensibilização para o uso no território. É neste processo também que se formam estruturas de gestão particulares que assumem papéis desde o início dos processos de mobilização nos territórios, como a própria entidade gestora, o conselho gestor e o Comitê de Análise de Crédito (CAC). (RIGO, p. 134, 2014)

São justamente nesses pequenos deslocamento de poder de decisão em que uma política de emancipação se mostra presente nos bancos comunitários. Ao tratar desse tipo de política, Rancière (2011) coloca como a expansão desses momentos de construção de ações coletivas capazes de ampliar o poder da igualdade é extremamente emancipatório. Isso porque esses momentos operatórios e aparentemente simples são também construções de um “tempo autônomo em relação às agendas das instituições do Estado, que são agendas da desigualdade, mas também em relação às agendas estratégicas que, ao pretenderem acompanhar a dinâmica da história, acabam por se moldar ao tempo da dominação.” (RANCIÈRE, p. 93, 2011)

Assim, “as formas de subjetivação através das quais indivíduos e coletivos se distanciam dos constrangimentos da sua condição são, ao mesmo tempo, rupturas do tecido sensível da dominação e das maneiras de viver no seio desse tecido. É por isso que é simultaneamente tão fácil e tão fútil denunciar essas formas”. (RANCIÈRE, p. 94, 2011). O dissenso, portanto, surge justamente em cenas de *acusação* desse duplo lugar com a entrada desses sujeitos políticos na pólis – que pode se dar desde por um ato de palavra até por uma imagem –, sendo uma incursão de subjetivação política, já que esse grupo se subjetiva politicamente e começa a acusar esse duplo lugar. A política está, portanto, nesse intervalo, nessa defasagem, nessas duas ficções. E é nesse lugar que é possível perceber a centralidade da estética, do imaginário e da imagem na disputa política.

Essencialmente, para Rancière (2011), a ideia desse desentendimento é criar no interior desse estado de coisas uma outra cena: havendo uma convivência de *duas* cenas, no qual essa segunda – que intervém na primeira cena, esta sendo a partilha – é capaz de produzir desentendimento; e um desentendimento porque o grupo, agora sujeito, entra como um grupo que reivindica ser contado na cena da pólis, e acusa o fato de que essa igualdade é na verdade desigual. Do lado da escuta, daqueles que já fazem parte da pólis, a cena é de desentendimento porque esse grupo que adentra ainda não é cotado como grupo político. É nesse momento que surge o dissenso, já que muitas vezes a segunda cena aparece sobre a

forma de ruído, da não-linguagem, da irracionalidade, da improbabilidade – sobrepondo-se à primeira. Assim, em resumo, a prática do dissenso “é uma invenção que faz com que se vejam dois mundos num só (...) Ela [a racionalidade da ação política] é a ação que constrói esses mundos litigiosos, esses mundos paradoxais em que se revelam juntos dois recortes do mundo sensível” (RANCIÈRE, p. 375, 2006); um correlato do outro.

Isso posto, quando olhamos para as imagens criadas nas moedas sociais, independente das especificidades de como cada uma foi desenhada, a imagem é a de um sujeito político que está se subjetivando. Os bancos comunitários criam literalmente uma segunda cena: inauguram uma dupla cena em que convive¹¹ a cena da desigualdade com a da reivindicação da igualdade. Criam imagens que acabam medindo “o ser e o não ser” e interrogando “o visível a respeito de sua divisão” (RANCIÈRE, p. 38, 2018a). Essas quase 150¹² imagens reivindicam claramente o seu pertencimento à política, à economia e à vida social. Ao nomearem outro dinheiro, ao darem valor a elementos de uma cultura visual própria, essas comunidades tornam-se sujeitos; adentram e tensionam a pólis.

São imagens, portanto, que são não só um testemunho de algo que aconteceu, mas de algo que acontece; numa reivindicação de reconhecimento, de que aquilo retratado pertence a uma história e, também, a uma nova história que

simplesmente permite que eles compartilhem a mesma imagem, uma imagem de igual teor ontológico. Porque, para que ela mesma exista, é preciso que elas tenham algo em comum: o pertencimento a um mesmo tempo, justamente aquele que denominamos história – um tempo que não é mais o simples receptáculo indiferente das ações memoráveis, destinadas aos que devem ser memoráveis por sua vez, mas o tecido mesmo do agir humano em geral; um tempo qualificado e engajado, que traz promessas e ameaças; um tempo que iguala todos que lhe pertencem: os que pertencem e os que não pertencem à ordem da memória. A história sempre foi história apenas daqueles que “fazem história”. O que muda é a identidade dos “fazedores de história”. E a era da história é aquela em que qualquer um pode fazê-la, porque todos já a fazem, porque todos já são feitos por ela. A história é o tempo em que aqueles que não têm o direito de ocupar o mesmo lugar podem ocupar a mesma imagem. (RANCIÈRE, p. 19, 2018a)

11 O interessante é que essa convivência se dá num tempo que parece único, mas é múltiplo – essas duas cenas já colocam uma certa divisão do tempo, ao colocar aquilo que era visto como uma impossibilidade de ser percebido e de ser pensado, está efetivamente em curso – emergindo, acontecendo; daí o desentendimento como cisão do tempo: o tempo da contingência se abre como possibilidade, não mais como impossibilidade.

12 Inclui moedas cuja circulação foi interrompida com a desativação dos seus respectivos bancos (vide anexo 1).

Portanto, quando os membros de uma comunidade escolhem imagens para comporem as cédulas sociais, como a foto de um morador por exemplo, ele é colocado numa rara posição de poder. Mais importante: as inclusões de figuras historicamente à margem da memória nacional, potencializa a possibilidade de um deslocamento – e abertura – do discurso social que, gradual e posteriormente, ocupa a esfera pública. Aqui ocorre um realinhamento de símbolos e valores nacionais, a partir de uma simples mudança “estética”. E o essencial do processo da partilha é que ele se dá a partir de uma experiência estética.

Rancière denomina partilha de sensível “o sistema de evidências que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes exclusivas”. (RANCIÈRE, p. 15, 2000). A questão das práticas estéticas aqui, tratam tanto de uma redistribuição das imagens que formam o mundo “já dado”, quanto da criação de situações adequadas para modificar olhares e atitudes em relação a um ambiente coletivo. Assim, são essas “microsituações pouco diferentes da vida ordinária que visam criar ou a recriar ligações entre os indivíduos, suscitar novos modos de confrontação e de participação”. (RANCIÈRE, p. 18, 2010).

Nisso, é preciso compreender que o acesso à partilha ocorre apenas a partir de um reordenamento desses mesmos lugares previsíveis. Quando pensamos essa ação sob a ótica da memória, a potência da partilha de Rancière é evidenciada. Se a memória é um instrumento de poder político; o esquecimento e o arquivamento são atos políticos, e são questões que incluem a própria constituição do “eu” – algo muito caro quando abordamos a memória e a identidade de comunidades e povos historicamente marginalizados. Quando Rancière coloca que a política começa quando o sujeito se separa de toda coletividade formada por um processo econômico e social, a formação de bancos comunitários por associações de moradores de comunidades periféricas, remete exatamente a isso: uma política que começa e, mais importante, uma partilha que se realiza – com um reordenamento econômico feito pela ação de sujeitos que nomeiam e criam seu próprio dinheiro. No caso, uma outra economia, que tem ideais e práticas que se apresentam como uma alternativa material e humana, superior à economia capitalista.

Ao lidar com este reordenamento numa perspectiva de narrativa, percebe-se como as moedas sociais são, além de instrumentos de incentivo ao consumo (os quais se tornam legítimos no território e entre os atores locais), estimulantes de um novo tipo de organização de *vida*, de um novo tipo de sensibilidade. (RIGO; FRANÇA FILHO; LEAL, 2015). Algo que é sempre bom repetir, é que, quando consideramos processos de interrupção no campo do sensível na economia solidária, esse é o primeiro deslocamento que acontece: uma negação e desidentificação com o discurso ‘impotente’ do neoliberalismo. O que segue é a criação do BCD e da moeda social, resultado dessa subjetivação.

A subjetivação política, em si, um processo de sempre desidentificar de uma certa fixidez que se impõe aos sujeitos, tem a ver justamente com esse possível que habita aquilo que se

diz impossível, que é a fixidez das identidades. É sempre um processo de identificação pela desidentificação – uma desidentificação com um certo consenso. Por isso, é justamente esse processo de desidentificação do lugar naturalizado em que o sujeito está inserido; uma desnaturalização que possibilita uma emancipação, pois desfaz divisões históricas. Assim como a imagem da moeda social e o ato de criação da mesma, é uma interrupção breve. O gesto de parar, interrogar ações no campo do sensível, é uma desidentificação que faz coabitar dois mundos: o da dominação e um outro, de uma ficção vivida, experimentada que coexiste com o primeiro, e que começa com um “e se”. Esse “e se” de um imaginário possível, que Joaquim Melo aponta como aspecto crucial para garantir o êxito do banco comunitário.

Além disso, é preciso lembrar que as moedas sociais concebem uma questão central, que é a do controle democrático do dinheiro; uma função de natureza eminentemente política e emancipatória, justamente por interrogar a fixidez da condição econômica a partir de um processo pedagógico no qual os moradores da comunidade são levados a compreender que podem criar mecanismos para transformação no lugar onde moram – e que este mecanismo criado pode ser uma moeda local. (RIGO, 2014).

O misticismo em torno do dinheiro e da moeda (...) de certa forma reforça a importância do mecanismo criado e evidencia o simbolismo em torno da moeda. Não é como criar uma regra ou fazer uma obra na comunidade; é criar, imprimir, usar e gerenciar sua própria moeda. O fato de haver um banco da comunidade que usa seu próprio dinheiro representa a possibilidade concreta de tomar pelas mãos os rumos do território. (RIGO, p. 246, 2014)

Assim, nas possibilidades de exercício do controle social do dinheiro, as dinâmicas de criação das moedas sociais podem ser pensadas como um instrumento físico que permite a reconsideração das relações espaço-sujeito e, também, como uma prática espacial viabilizada por um meio simbólico de redesenho do espaço e vice-versa; todos exercícios que entendem como a disputa simbólica é absolutamente central na e para a política. O valor estratégico dessas narrativas visuais e suas dinâmicas criativas na formação social de cidadãos, ressalta como conteúdos gráficos podem ser ao mesmo tempo invenção e descoberta; invenção no processo de construção coletiva da imagem e descoberta entendida aqui como identificação e abertura.

Sob a aparência de um “mesmo” objeto – que é o dinheiro –, na moeda social é a própria estrutura de produção e distribuição que é subvertida. Isso proporciona uma base mais concreta e polêmica para repensar tanto o nosso relacionamento com o sistema como nossa relação um com o outro a partir da imagem¹³. A engenhosidade desse conhecimento estético implica também um poder de efetivamente agir, de transitar pelo sistema, de maneira quase imperceptível – numa ação híbrida e paradoxal de ruptura e continuidade. As imagens construídas das moedas sociais agem mais do que representam, produzem um corpo em relação construtiva aos fluxos políticos, econômicos e estéticos que as atravessam.

São, portanto, estes processos disparados pela economia solidária que abrem e quebram antigas esferas culturais e produzem novos agenciamentos que trabalham para uma sensibilização estética: pelas transformações sociais numa escala local, mas ainda visando e contestando os grandes conjuntos econômicos e sociais. A questão controversa, no entanto, é que essas ações, embora potentes, são, em sua maioria, raras – e essa raridade pode ser o início de seu fim.

13 Um dos aspectos mais interessantes das observações sobre moedas sociais (e complementares, em geral), é, como elas permitem refletir sobre a suposta “exclusividade monetária nacional”. Esta exclusividade monetária nacional reside realmente em três princípios: o de que a moeda é “única”, “pois ela é substituída apenas por uma única autoridade monetária e o conjunto dos instrumentos monetários derivam desta autoridade; o de que a ela confia-se o poder de compra generalizado e ela é a única a possuir este papel, cobrindo também a totalidade do campo de práticas monetárias internas ao território (nacional) considerado; o de que ela é própria do Estado onde ela circula no sentido onde o Estado, ele mesmo, é o proprietário”. (BLANC, 1998, p. 87) (RIGO, 2014).

5. CENTROS E SULLS

DISTRITO FEDERAL

GOIÁS

MATO GROSSO

MATO GROSSO DO SUL

PARANÁ

RIO GRANDE DO SUL

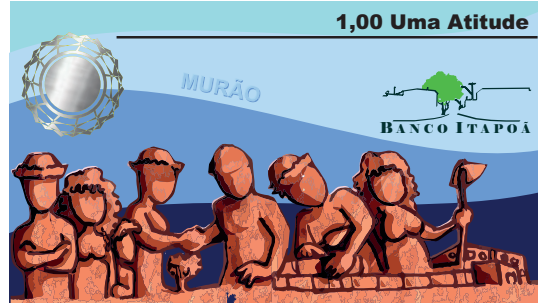


Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser trocado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços em comércios e profissionais conveniados ao Banco Itaopã, com o valor de 1 bônus por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.

0,50

Atitude

REDE DE BANCOS COMUNITÁRIOS



Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser trocado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços em comércios e profissionais conveniados ao Banco Itaopã, com o valor de 1 bônus por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.

1,00

Atitude

REDE DE BANCOS COMUNITÁRIOS



Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser trocado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços em comércios e profissionais conveniados ao Banco Itaopã, com o valor de 1 bônus por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.

5,00

Atitude

REDE DE BANCOS COMUNITÁRIOS



Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser trocado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços em comércios e profissionais conveniados ao Banco Itaopã, com o valor de 1 bônus por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.

10,00

Atitude

REDE DE BANCOS COMUNITÁRIOS

2,00 - Duas Atitudes




Esta totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser trocado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços em comércios e profissionais conveniados ao Banco Itapoã, com o valor de 1 bônus por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

Atitude



<http://www.bancoitapoa.com.br>

Atitude (2012)
Banco Itapoã
Itapoã, DF

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro.

0,50

Ele só poderá ser trocado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços em comércios e profissionais conveniados ao Banco Estrutural, com o valor de 1 bônus por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.



0,50 - Cinquenta Centavos de Conquista

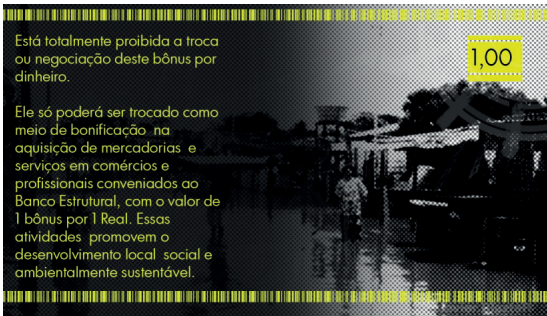
Passarela



Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro.

1,00

Ele só poderá ser trocado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços em comércios e profissionais conveniados ao Banco Estrutural, com o valor de 1 bônus por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.



1,00 - Um Conquista


Rua Asfaltada



Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro.

2,00

Ele só poderá ser trocado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços em comércios e profissionais conveniados ao Banco Estrutural, com o valor de 1 bônus por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.



2,00 - Dois Conquistas

Centro de Saúde



Conquista (2012)
Banco Estrutural
Cidade Estrutural, DF

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro.

5,00

Ele só poderá ser trocado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços em comércios e profissionais conveniados ao Banco Estrutural, com o valor de 1 bônus por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.



5,00 - Cinco Conquistas

Centro de Ensino Fundamental - Vila Estrutural



Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro.

10,00

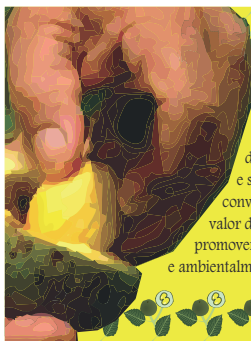
Ele só poderá ser trocado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços em comércios e profissionais conveniados ao Banco Estrutural, com o valor de 1 bônus por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.



10,00 - Dez Conquistas

Quadra 01





0,50

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser trocado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços em comércios e profissionais conveniados ao Banco Pequi, com o valor de 1 bônus por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.

Banco Pequi

REDE DE BANCOS COMUNITÁRIOS



0,50

Cinquenta Centavos de Pequis



1,00

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser trocado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços em comércios e profissionais conveniados ao Banco Pequi, com o valor de 1 bônus por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.

Banco Pequi

REDE DE BANCOS COMUNITÁRIOS



1,00

Um Pequi



2,00

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser trocado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços em comércios e profissionais conveniados ao Banco Pequi, com o valor de 1 bônus por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.

Banco Pequi

REDE DE BANCOS COMUNITÁRIOS



2,00

Dois Pequis

Pequi (2012)
Banco Pequi
Iporá, GO

5,00

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser trocado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços em comércios e profissionais conveniados ao Banco Pequi, com o valor de 1 bônus por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.

Banco Pequi

REDE DE BANCOS COMUNITÁRIOS

5,00

Cinco Pequis

10,00

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser trocado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços em comércios e profissionais conveniados ao Banco Pequi, com o valor de 1 bônus por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.

Banco Pequi

REDE DE BANCOS COMUNITÁRIOS

10,00

Dez Pequis



2

DOIS ITAS

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser trocado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços em comércios e profissionais conveniados ao **Banco ITA**, com o valor de 1 bônus por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.



2

REDE DE BANCOS COMUNITÁRIOS

BANCO ITA



1

UM ITA

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser trocado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços em comércios e profissionais conveniados ao **Banco ITA**, com o valor de 1 bônus por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.



1

REDE DE BANCOS COMUNITÁRIOS

BANCO ITA



10

DEZ ITAS

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser trocado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços em comércios e profissionais conveniados ao **Banco ITA**, com o valor de 1 bônus por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.



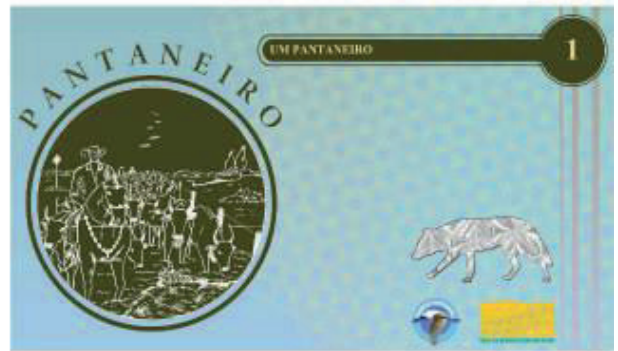
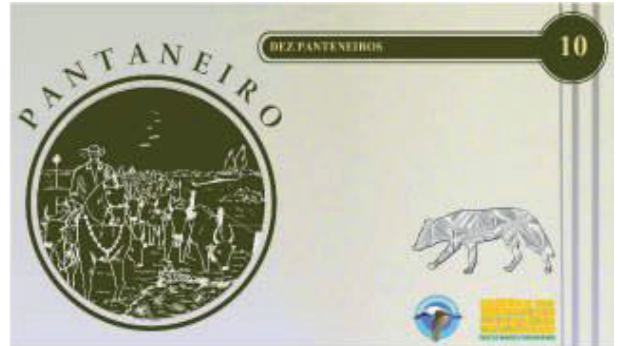
10

REDE DE BANCOS COMUNITÁRIOS

BANCO ITA

■
Ita (2012)
Banco ITA
Ponta Porã, MS



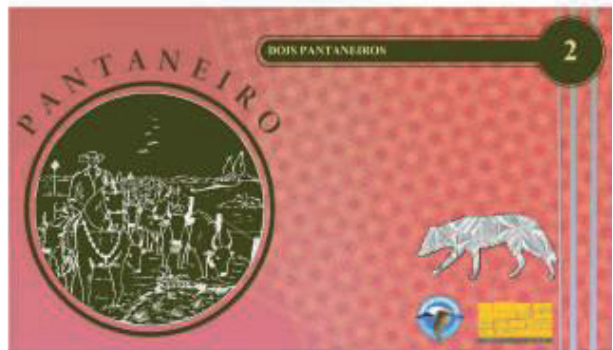


Pantaneiro (2012)
 Banco Pantanal
 Anastácio, MS



Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser trocado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços em comércio e profissionais conveniados ao Banco PANTANAL, com o valor de 1 bônus por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.

2



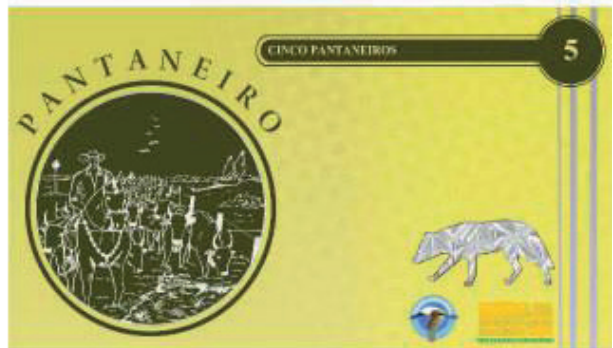
DOIS PANTANEIROS

2



Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser trocado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços em comércio e profissionais conveniados ao Banco PANTANAL, com o valor de 1 bônus por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.

5



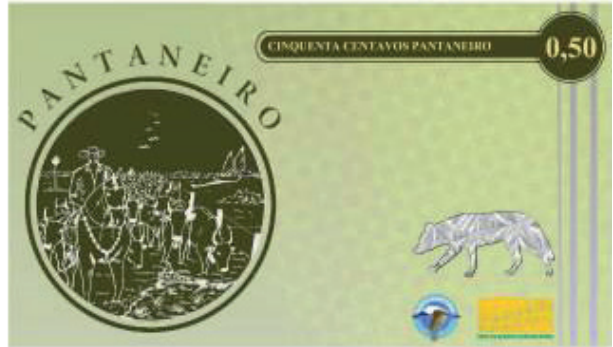
CINCO PANTANEIROS

5



Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser trocado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços em comércio e profissionais conveniados ao Banco PANTANAL, com o valor de 1 bônus por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.

0,50



CINQUENTA CENTAVOS PANTANEIRO

0,50



■
Pirapirê (2007)
Banco Pirê
Dourados, MS





Está **totalmente proibida** a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser trocado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços em comércios e profissionais conveniados do **Banco Raiz**, com o valor de 1 bônus por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambiental sustentável.

0,50

moeda SEMENTE

BANCO RAIZ

REDE DE BANCOS COMUNITÁRIOS

0,50 - Cinquenta Centavos de Semente

moeda SEMENTE

Está **totalmente proibida** a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser trocado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços em comércios e profissionais conveniados do **Banco Raiz**, com o valor de 1 bônus por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambiental sustentável.

1

moeda SEMENTE

BANCO RAIZ

REDE DE BANCOS COMUNITÁRIOS

1 - Uma Semente

moeda SEMENTE

Está **totalmente proibida** a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser trocado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços em comércios e profissionais conveniados do **Banco Raiz**, com o valor de 1 bônus por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambiental sustentável.

2

moeda SEMENTE

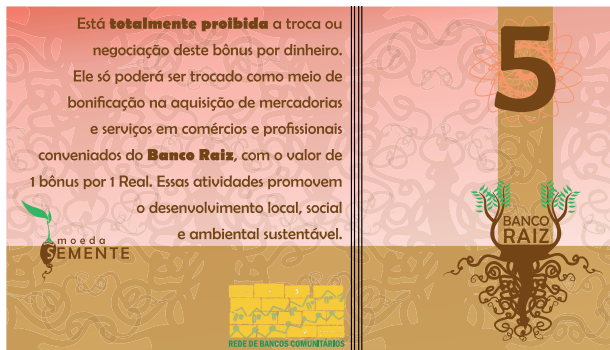
BANCO RAIZ

REDE DE BANCOS COMUNITÁRIOS

2 - Duas Sementes

moeda SEMENTE

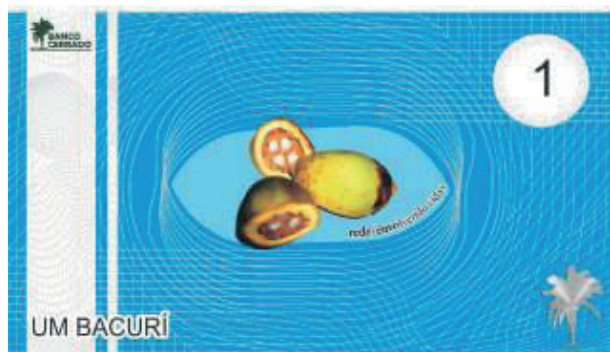

Semente (2013)
Banco Raiz
Alta Floresta, MT





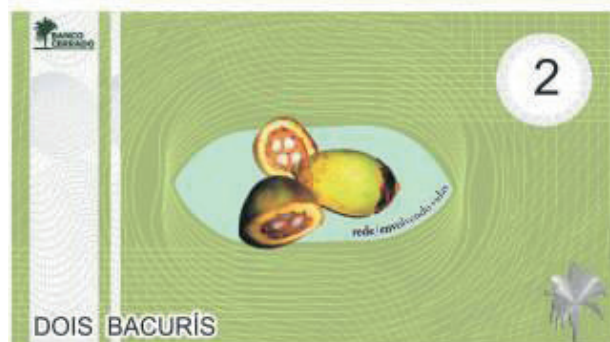

0,50

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser trocado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços em comércios e profissionais conveniados ao **Banco Cerrado**, com o valor de 1 bônus por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.




1

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser trocado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços em comércios e profissionais conveniados ao **Banco Cerrado**, com o valor de 1 bônus por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.

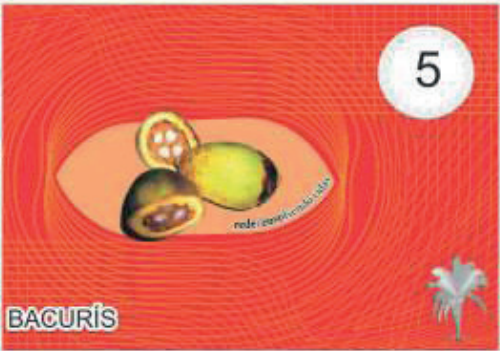
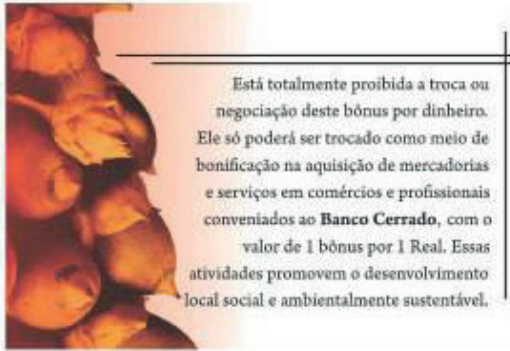


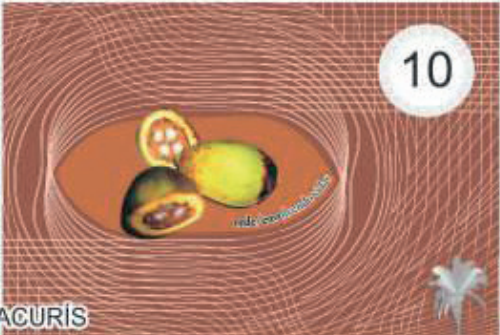



2

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser trocado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços em comércios e profissionais conveniados ao **Banco Cerrado**, com o valor de 1 bônus por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.



Bacuri (2012)
Banco Cerrado
Rondonópolis, MT

  <p>CINCO BACURÍS</p>	 <p>5</p>	
  <p>DEZ BACURÍS</p>	 <p>10</p>	

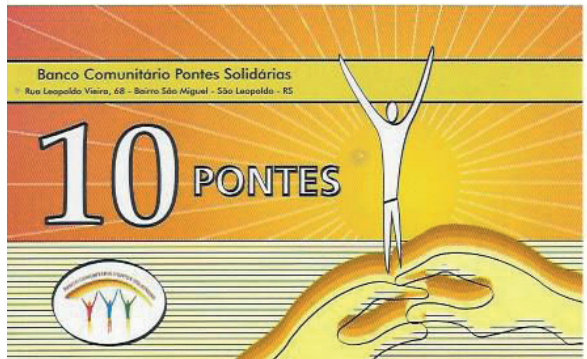


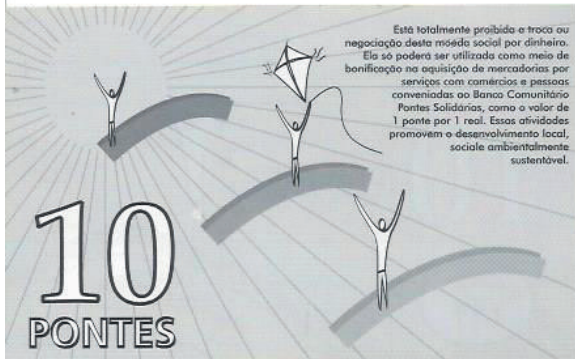
Lasca (2012)
Banco Aroeira
Cuiabá, MT



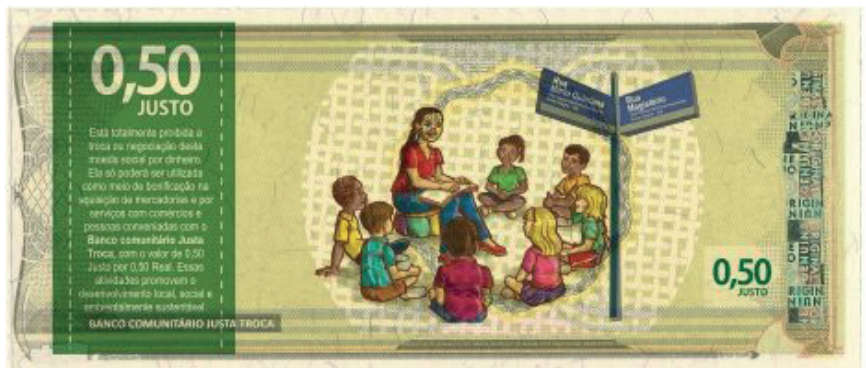


■
Neuro (2015)
Banco Neuro
Curitiba, PR

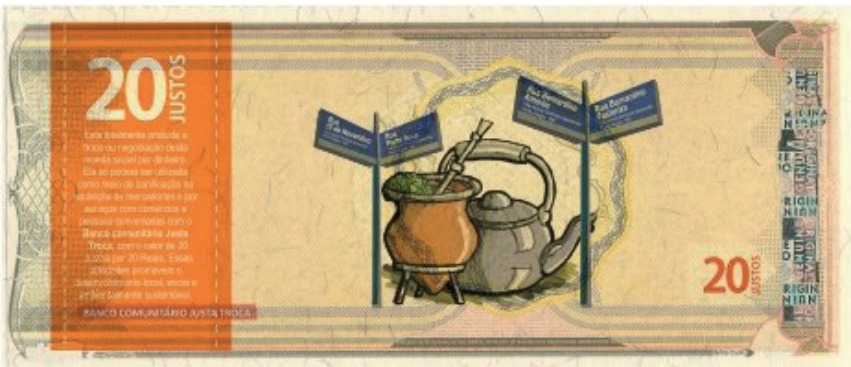




Ponte
Banco Pontes Solidários
São Leopoldo, RS



■
Justos (2018)
 Banco Justa Troca
 Porto Alegre, RS



Araponga (2012)
Banco Arapoanga
Arapoanga, DF

■ **Correria (2016)**
Banco Ceilândia
Ceilândia, DF

Planaltina (S.I.)
Banco Planaltina
Planaltina, DF

■ **Antena (2017)**
Banco Cascata
Porto Alegre, RS

■ **Grão (2018)**
Banco Grão
Porto Alegre, RS

*Imagens não encontradas
(REGIÕES: CENTRO-OESTE E SUL)

6. MULTIPLICIDADES

6.1

RECAPTURANDO O CÓDIGO, (RE)PERCEBENDO O RASTRO

Henri Lefebvre (1991), em seu livro *A Produção do Espaço*, aponta como as relações sociais podem ser reproduzidas e, inclusive, *transformadas* por meio do controle do espaço social. O espaço social, no entanto, não seria apenas um campo de atuação das relações que ele influencia, mas a realização dessas relações em si. Exercer poder sobre o espaço é, portanto, uma questão estratégica; e controlar o espaço significa controlar essas mesmas configurações. (BOMFIM, 2019). Por seu papel cada vez menos neutro e passivo, o espaço é visto por Lefebvre como a manifestação das disputas de poder e dos conflitos de interesse de seus habitantes; entendendo que é “somente no espaço que tais conflitos efetivamente entram em jogo” (LEFEBVRE, p. 365, 1991).

Por essas relações serem relações de conflito de interesses, o filósofo e sociólogo francês vê a produção do espaço essencialmente como uma *disputa de poder*, sempre existindo nele uma estratégia por trás de sua determinação, que pode ter como objetivo tanto a “manutenção das relações de produção existentes quanto a sua transformação” (BOMFIM, p. 66, 2019), algo que depende do grupo que está, naquele momento, exercendo o poder. Como esperado, “as operações de produção do espaço e as estratégias e relações envolvidas nesse processo não são deixadas às claras” (idem), algo que dificulta sua identificação, já que muitas atividades relacionadas à produção do espaço são atividades de *encobrimento* dessas dinâmicas coercitivas e exploratórias.

A forma como Lefebvre encontra de revelar essas relações sociais como práticas espaciais, desmistificando a neutralidade do espaço, é analisando sua produção. Lefebvre entende que o espaço social possui *traços* das técnicas e dos tempos usados na sua criação e, por isso, seria possível perceber as formas como o espaço social foi produzido, incluindo os interesses por trás de sua produção – e as condições nas quais ela ocorreu –, a partir de um exercício analítico de *desconstrução*. (BOMFIM, 2019). A dificuldade desse exercício, no entanto, está em duas modalidades de ilusão que operam no espaço: a da transparência e a realista. A primeira apresenta o espaço como “inocente”, livre de “armadilhas” ou “lugares secretos”; “tudo nele seria exatamente o que se vê, nada estaria escondido. Já a segunda supõe o espaço como substância em si mesma, razão pela qual ele não seria produzido socialmente, mas consequência natural da existência do espaço na sociedade” (BOMFIM, p. 66, 2019).

O ponto é que ele não é um, nem outro: o espaço é *próprio* da sociedade que o produziu. Tal-

vez uma das questões mais interessantes que Lefebvre expõe é como o espaço *define* lugares de produção e reprodução; e por esse poder de definição, cria-se um estado de permanente disputa. Além disso, por ser um espaço sempre “presente, dado como um todo imediato, completo com suas associações e conexões em sua atualidade (...) o processo de produção e o produto apresentam a si mesmos como aspectos inseparáveis” (LEFEBVRE, p. 37, 1991).

Essa ideia a que Lefebvre se refere diz respeito a uma ideia de *reprodução*, isto é, “um produto pode ser reproduzido com exatidão, e, de fato, é o resultado de atos e gestos repetitivos” (LEFEBVRE, p. 75, 1991). É nesse sentido que o sociólogo francês elabora sua concepção de uma “produção” do espaço; uma produção que só é possível por uma repetição de “gestos” que invariavelmente apaga a singularidade dos indivíduos em prol do processo produtivo. Em outras palavras, ocorre uma alienação subjetiva, algo alinhado com que Bernard Stiegler (2016) associa à “sociedade automática”¹ que é a contemporaneidade e seu consequente condicionamento estético, visto no capítulo anterior.

Olhando para essa questão, e para a tentativa de desconstruir para perceber as camadas de constituição do espaço, é interessante trazer uma colocação do pesquisador Jaime Ginzburg. Ginzburg (2012) aponta como a constituição da linguagem estaria ligada a condições de percepção que podem observar cada objeto como uma potência de diversos significados. Isso fica compreensível, por exemplo, ao pensar o processo de nomear o banco comunitário e a moeda social, que ocorre essencialmente a partir de um processo de re percepção do território; isto é, na localização de elementos característicos e representativos daquele lugar e de seus moradores.

Nisso, Ginzburg aponta que entender aquilo ao que a linguagem pode se referir, condiciona o entendimento e o alcance daquele ato. O linguista explica então como cada ser humano, ao lidar com o passado, seja ele individual ou coletivo, requer recursos linguísticos para

¹ Bernard Stiegler (2016) descreve essas características da sociedade contemporânea como um desajuste entre os sistemas técnico e social, levando a um processo de proletarização generalizada. Ele sugere que eles possam ser superados através da experimentação do que ele chama de uma economia contributiva e de tecnologias contributivas; dinâmicas de compartilhamento alinhadas com as bases da economia solidária.

conseguir operar aquela memória de modo articulado. Nesse aspecto, essa compreensão se articula com o que Ginzburg chama de uma percepção de polissemia na linguagem; em outras palavras, uma percepção do *rastro*.

No seu texto em que analisa a interpretação do rastro² em Walter Benjamin³, Ginzburg avalia esse elemento como algo fragmentário, como um tipo de detalhe ou resto – um resíduo de uma trajetória que é, em si, um componente histórico. Por essa razão, “para interpretar um rastro, é necessário compreendê-lo em sua ambiguidade temporal, entre passado e presente. Nessa ambiguidade pode ser observado o componente histórico. Aquilo que restou é significativo para interpretar o que ocorreu” (GINZBURG, p. 114, 2012), algo que o pesquisador chama de *chave do conhecimento*. Nessa lógica, “tratar um objeto como rastro implica admitir que ele tem mais de um significado possível. Além de sua presença imediata, nele se encontra uma cifra, que pode ser tomada como condição para entender o que houve ou supor o que haverá” (idem).

No entanto, Ginzburg diz que “para que um rastro tenha essa potencialidade, é necessário um observador capaz de discernir entendimentos da linguagem” (GINZBURG, p. 108, 2012), de forma que ele consiga diferenciar distintas interpretações e leituras narrativas. Não basta, dessa maneira, apenas olhar, é preciso realmente ver para perceber o potencial desses fragmentos no espaço. “É necessário, em uma situação contemplativa, agir como observador capaz de perceber a realidade imediata e, ao mesmo tempo, entender cada objeto como uma potência latente do que não foi dito, por ter sido silenciado ou por ter havido esquecimento” (GINZBURG, p. 110, 2012).

2 Ginzburg aponta como Benjamin analisa a melancolia como uma condição para produzir conhecimento. O pensador alemão colocava como o olhar atento ao que foi perdido pode lidar com esse desafio, “de modo que a percepção daquilo que foi destruído se articule com a concepção do que é preciso construir” (GINZBURG, p. 109, 2012). Desse modo, observar um rastro, seja numa fotografia ou desenho, envolve um esforço de pensar na existência à partir do que foi perdido e privado: “são situações em que um fragmento, um resto do que existiu, pode ajudar a entender o passado de modo mais amplo e, mais do que isso, entender o tempo como processo, em que o resto é também imagem ambígua do que será o futuro. A politização da interpretação do conceito de rastro sugere seu entendimento como um termo de mediação” (idem). Uma perspectiva que também pode ser alinhada ao processo de criação das moedas sociais.

3 Numa articulação com Lefebvre, é interessante como a teoria do rastro de Benjamin aparece em *Passagens* associada a reflexões sobre a vida administrativa e em seus comentários sobre a diminuição do espaço habitável, isto é ao aumento de espaços restritivos. Assim, “é na crítica à configuração dos espaços, em que a modernidade e a desumanização convergem, que emerge a construção de uma teoria do rastro. (...) O rastro ocupa um ponto intermediário entre conceito e imagem, proposição e metáfora, essa posição acentua a sua pertinência”. (GINZBURG, p. 125, 2012)

Um ponto a ser ressaltado aqui é esse “observador capaz”. Esse sujeito é, essencialmente, um sujeito apto a pensar de forma dissociativa, ou seja, não-linear; uma não-linearidade capacitada, podemos dizer, ao coabitar dois mundos distintos, duas narrativas. Ginzburg explica como Walter Benjamin, em seu texto *Secreto Signo*, elabora essa proposição ao dizer que todo conhecimento deve conter um contrassenso e que o “decisivo” não seria a perseguição de um a outro, mas sim um salto⁴ entre cada um deles. Assim, Benjamin diz que não é a continuidade que atribui relevância ao conhecimento, mas a ruptura. “O salto desfaz a linearidade e, em seu movimento de corte abrupto, produz conhecimento renovador” (GINZBURG, p. 111, 2012).

O ponto aqui é entender que essa ruptura possui um papel de atribuir – produtivamente – sentido tanto ao pensamento quanto à existência. Que, como o perceber desses fragmentos esquecidos de espaço e tempo pode ser constitutivo de movimentos propositivos, por esse fragmento do passado ter uma função bastante importante na configuração de processos de reconstrução social; pois é a partir dele que é possível elaborar uma perspectiva ampla de compreensão daquela história. Entender a linguagem – que é essencialmente entender o discurso ou a narrativa –, pode envolver tanto a *concepção* de como ela traz em si o objeto sobre o qual se refere, funcionando imediatamente numa produção de significado; quanto na *percepção* da necessidade de um constante trabalho de decifração e interpretação, já que na linguagem, nada é direto ou imediato. (GINZBURG, 2012). Este duplo pertencimento da linguagem é algo que aparece, por exemplo, na figura da moeda social, ao ser pensada como elemento estético, conceptivo e perceptivo de uma cultura visual específica.

O interessante é uma colocação que Henri Lefebvre faz, sobre essas tentativas de “decifrar” o espaço social: para fazê-lo, “o espaço deve ser reduzido ao status de uma mensagem e o habitá-lo ao status de uma leitura” (LEFEBVRE, p. 7, 1991). Ao “ler” essa mensagem, seria possível perceber as camadas que a constituem o espaço, isto é, uma multitude indefinida de espaços e temporalidades, “empilhadas ou talvez contidas entre si: geográfico, econômico, demográfico, sociológico, ecológico, político, comercial, nacional, continental, global” (LEFEBVRE, p. 8, 1991). O ponto que Lefebvre coloca nisso é como, ao aprender a ler essas camadas, reescrevê-las – isto é, *construí-las* –, aparece como o próximo passo.

Por isso, ser capaz de ler o espaço pode muito bem ser o primeiro passo para uma subjetivação política; ao desidentificar-se com o que foi lido e propor, a partir disso, uma outra construção narrativa. Chegar a esse estado de “capacidade” pode ser, então, um resultado direto de reordenações estéticas que criam intervalos, que alteram a condição de percepção ao utilizar os mesmos dispositivos do sistema dominante, mas levemente deslocados e alterados em seus componentes simbólicos. Assim, quando esse processo é tomado por um grupo marginalizado, à margem da cena política, há um salto. E talvez nele, a faísca de um processo emancipatório.

⁴ Uma ideia muito abordada por Benjamin, como o “salto dialético da Revolução”, onde o tempo se apresenta como abertura para a potencialidade e também seria o campo em que a política libertária se realiza.

Por isso, Henri Lefebvre defende que a real apropriação do espaço envolve uma invenção morfológica, isto é, uma nova forma ligada à novas funções e à novas estruturas subjetivas. O autor argumenta que ideias e representações novas precisam, assim, vir inscritas de um processo criativo total, proveniente de outras estéticas. Se pensarmos em como há uma tendência à produção de dinâmicas que buscam se afirmar, de outros modos de existência frente a dinâmicas heterônomas que engendram situações repressoras – como o sistema econômico formal –, os BCDs e suas moedas são ótimos arquétipos de um lugar contrário à essas dinâmicas⁵.

Os dispositivos de poder que são apropriados, alterados e colocados em jogo, mobilizando campos de saber, modos de subjetivação e, sobretudo, inscrevendo-se como momento singular na história de luta por acesso, são elementos catalisadores para um processo de tomada de consciência, de iniciativa e participação e de uma efetiva construção e politização do cotidiano; a partir de cotidianos de *partilha*. (BASTOS; MAGALHAES; MIRANDA; SILVA; TONUCCI; CRUZ; VELLOSO, 2017).

Para Lefebvre, a revolução está no cotidiano que se alastra por toda a vida moderna. A alienação deflagrada pelas relações capitalistas de produção pode, assim, ser vencida na própria vida cotidiana. É nesse sentido que o autor mais se aproxima do que se afasta de estudos posteriores, como a obra de Michel de Certeau, para quem, é no cotidiano que os sujeitos têm a capacidade de se apropriarem dos espaços e fugirem da dominação da razão técnica. É a vida cotidiana, portanto, um espaço de gestação de processos alternativos à dominação moderna, sobretudo no que diz respeito aos sujeitos oprimidos. É na invenção de um cotidiano, onde estão as

5 Nos bancos comunitários a gestão coletiva dos recursos e das atividades é um dos pontos que marca seu papel enquanto tecnologia social apropriada pelos membros de uma comunidade. A “marca” é importante em dois principais momentos: durante a implantação do banco e da moeda social e, talvez mais importante, durante o seu desenvolvimento, quando já estiver em funcionamento. No início do processo, assim, é importante que haja uma manifestação coletiva do interesse pela constituição de espaços institucionalizados; isto é, espaços abertos de fala e escuta onde decisões são tomadas. Ariádne Rigo (2014) explica que tipicamente são constituídos dois espaços apropriados à gestão coletiva: o Conselho Gestor e o Comitê de Análise de Crédito (CAC). “As composições e representações nesses dois espaços são definidas pelos membros da comunidade envolvidos no processo de constituição do BCD. O Conselho Gestor diz respeito às assembleias de ordem mais geral, nas quais participam lideranças comunitárias e representantes de organizações locais, públicas e outras parceiras do BCD. Nessas assembleias, são traçadas diretrizes e tomadas decisões vinculadas às ações do BCD, como novas parcerias, captação de recurso, etc. Por fim, o CAC se constitui de um grupo de gestores do BCD (denominados agentes de crédito), mas que também conta com lideranças e representantes do território. Sua tarefa é se reunir para discutir e decidir sobre as solicitações de crédito demandadas. Além destes, os BCDs podem criar outros espaços e comportam sua gestão como julgarem mais adequado”. (RIGO, p. 39, 2014).

recepções anônimas e as culturas ordinárias, que estes são capazes de se fazerem protagonistas do jogo social. (SUDRÉ, p. 41, 2010).

É nesse sentido que o cotidiano surge como um espaço de possibilidades, como um espaço vivido. Por isso, é no cotidiano que está a alienação da vida moderna, mas é também a partir dele que a “consciência” e, logo, a participação, pode surgir. Fica claro nisso a concepção de que uma transformação social passa, primeiro, por uma transformação no dia-a-dia. A política do cotidiano em lugares que possuem um BCD é essencialmente uma política do cotidiano feito de encontros e assembleias – e festas, como Joaquim Melo aponta –, sendo momentos de ação conjunta que se somam à moeda social; um outro valor, localmente contra-hegemônico, que circula no espaço⁶, potencializando e potencializado por outros mecanismos do banco comunitário (já que a moeda não é um elemento isolado).

A importância dessas ações sensíveis no espaço fica mais clara ao entender que, ao integrar uma multitude de interseções, o espaço integra conseqüentemente relações de poder que ocorrem espacialmente; isto é, na forma de prédios, monumentos e obras de arte. Ainda na ideia de ler o espaço, estas formas são assim integrantes daquilo que Lefebvre chama de um “código espacial”, isto é, de uma linguagem comum tanto para a teoria quanto para a “prática”: algo compreendido por todos. Considerando esses aspectos, seria seguro dizer que o código espacial é, em essência um código estético; essas formas espacializadas sendo materializações estéticas, espelhos de uma narrativa dominante.

Esse entendimento se dá pelo conceito de Lefebvre estar baseado no pressuposto de que toda sociedade produz seu espaço específico; ou seja, toda sociedade entendida em termos de modos de produção e “regimes sociais”, é espacializada de forma única. O interessante é como esta espacialização está conectada ao indivíduo através de práticas e representações espaciais. O espaço de uma sociedade e, portanto, tomado como um instrumento para o grupo dominante. (STRÜVER; BEST, 2000). E seu código espacial – e estético –, é o que isola e separa os fragmentos e rastros da vida cotidiana.

O que Lefebvre procura, nisso, é um código espacial que se difere do código dominante. Ele especifica que

a primeira coisa que esse código faria é recapturar a união de elementos dissociados, derrubando barreiras como a que existe entre o privado e o público e identificando tanto as confluências quanto as oposições no espaço que atualmente são indiscerníveis. Assim, esse código reuniria níveis e termos isoladas pela existente prática

⁶ Deve-se ressaltar que o que é necessário não é um substituto para a tendência dominante, mas sim uma *reversão* dessa tendência capitalista; de certa forma, é a proposta da economia solidária, mas utilizando de mecanismos próprios do sistema, o que é, em si, bastante engenhoso e corrosivo para uma lógica de dominação oficial, por ser essencialmente uma reversão de tendências e significados.

espacial e pelas ideologias que a sustentam: (...) o domínio cotidiano e o urbano; dentro e fora; trabalho e não-trabalho; o durável e o efêmero; e assim por diante. O código, portanto, compreenderia oposições significativas (elementos paradigmáticos) a serem encontrados em termos aparentemente díspares e links (elementos sintagmáticos) recuperados da massa aparentemente homogênea do espaço politicamente controlado. (LEFEBVRE, p. 64, 1991)

À vista disso, é possível entender como um outro código poderia efetivamente reverter tendências dominantes. Nisso, Lefebvre almeja um código que permite pensar o espaço de forma diferente, isto é, de uma forma que não seja simplesmente o oposto do pensamento dominante, mas de um pensar quase “impossível” (STRÜVER; BEST, 2000): de um pensar que reconfigura e reordena as configurações do sensível, algo que, a partir disso, permitiria a instauração de uma prática espacial distinta. “Em suma, seria o sinal de uma sociedade diferente, de um código revolucionário” (STRÜVER; BEST, p. 4, 2000).

Por isso, quando Lefebvre fala de um código espacial – que este não é simplesmente um meio de ler e interpretar o espaço, mas um modo de viver naquele espaço, de compreendê-lo e produzi-lo –, ele aponta para um entendimento que de alterar esse código, ou melhor, *reordenar* esse código, é o caminho para efetivas transformações. Se pensarmos em como a moeda social se manifesta como “uma capacidade criativa que afeta o cotidiano, a linguagem e o espaço” (LEFEBVRE, p. 54, 1991), isso fica ainda mais evidente: ver, usar, comprar com um dinheiro criado ali, falar “vereda”, “lisa” ou “palma” e incorporar essa linguagem dissensual a um cotidiano constituído de valor próprio é um passo para uma insurgência, para a revolução no cotidiano que Lefebvre tanto desejou.

Isso é também fortalecido pelos dois tipos de espaço construídos pelos bancos: os espaços de proximidade, como eventos locais, assembleias e fóruns; e os espaços de que Ariádne Rigo (2014) chama de “segundo nível”, como as redes estaduais e nacionais de BCDs. “No primeiro, os BCDs constroem formas de democracia local em direção ao desenvolvimento de seus territórios. No segundo, eles se inscrevem no movimento de economia solidária em direção à defesa de outro agir econômico” (RIGO, p. 138, 2014). Assim, as estruturas de gestão coletiva e os espaços de discussão criados e utilizados pelos bancos evidenciam a capacidade de constituição de relações simétricas e da dominância de uma ideia pautada na reciprocidade. E eles mobilizam reciprocidade porque “os espaços criados contribuem para a formação de laços, a manutenção de compromissos mútuos e na definição de papéis e responsabilidades dos atores envolvidos” (idem).

Somado ao aspecto de como as imagens, sendo ilustrações ou fotografias, são um caso de concretização desses reordenamentos, a moeda social emitida pelo BCD acaba sendo um objeto carregado de historicidade local. As imagens escolhidas possuem uma função de ruptura que, a partir de sua produção, altera a imagem do passado “e sua percepção condiciona as expectativas quanto às hipóteses do futuro” (GINZBURG, p. 115, 2012). Além

do aspecto de fazer refletir sobre o sistema econômico e financeiro em geral, a reflexão sobre esse ‘lastro estético’ representa um confronto qualificado com as políticas de esquecimento. “A partir de elementos residuais, é possível construir uma história voltada contra os agentes de destruição. Aquilo que (...) eliminam pode encontrar voz em um movimento irruptivo, que fratura a linearidade do tempo, em favor da evocação de um tempo libertário” (idem). Assim, instaura-se um processo de reconstrução constante de uma *desidentificação* com a narrativa da incapacidade, da exclusão do processo de partilha; conferindo ao detalhe, àquilo considerado “resto”⁷, um papel constitutivo do passado e do presente.

Isso sendo dito, é possível entender como entre memória e esquecimento há um embate – um claro jogo de poder. E o esquecimento, de uma *impressão*⁸ sobre uma determinada ordem social para dar lugar a outra é, sem dúvida, um ato radicalmente político. Ao traçar um outro desenho e um outro nome para um outro dinheiro, os territórios dos BCDs realizam esse ato: um ato de um não-acordo frente não só a uma lógica capitalista, mas frente a uma representação específica de um passado histórico, e aquilo que é considerado “a” cultura e identidade nacional. E é justamente ao assumir o não-acordo estético, visual, que possibilita uma abertura que coloca em questão a ideia desses lugares.

Assim, entende-se aqui o esquecimento como potencial de criação, partindo do princípio que é preciso esquecer para que outras possibilidades surjam, para o que o outro possa aparecer. No caso da moeda social, seria um exercício de esquecimento como possibilidade de *recriação*; um esquecimento como capacidade de produzir uma situação inaugural, de utilizar a capacidade de apagamento como uma positividade, que é feito no reconhecimento

7 “Em um país como o Brasil, em que a memória social se caracteriza por imensas lacunas, a política do conhecimento precisa desafiar o apagamento de rastros. A teorização sobre a imagem contribui para elaborar um programa de construção de memória. Cada rastro, cada ruína, cada fragmento pode trazer em si um potencial de conhecimento do passado”. (GINZBURG, p. 115, 2012).

8 Em *As formas do esquecimento*, Marc Augé (2001) trata o esquecer como ‘a perda da recordação’. O pensador francês argumenta que aquilo que se esquece não é a coisa em si – os acontecimentos puros e simples –, mas a recordação. Para Augé, a recordação é uma impressão: a impressão que permanece na memória, um efeito que os objetos exteriores provocam nos órgãos dos sentidos. Voltando na ideia em como a moeda não é neutra e influencia quem a manipula diariamente, lidar com imagens como a efígie de uma República de valores eurocêntricos, é passar uma mensagem: uma ordem específica de exclusão de um espaço de poder e cidadania. É preciso, portanto, libertar-se da recordação, dessa narrativa oficial impressa no objeto que é o real. “Mais do que recordar é preciso poder associar livremente (...) dissociar as ligações instituídas, bem instaladas, para fazer outras, que são muitas vezes ligações perigosas” (AUGÉ, p. 30, 2001), como um entendimento de que dinheiro não precisa ser necessariamente criado só pelo Estado. É esse o tipo de esquecimento positivo que Augé propõe e o mesmo que também é subjetivamente trabalhado nas comunidades, de não só esquecer a impossibilidade, mas de assumir a impossibilidade como potência criadora.

de algo até então oculto. O próprio ato de renomear o dinheiro, de redesenhar o dinheiro – traz claramente uma nova narrativa proposta, inaugurada pelo descarte de uma identidade induzida, dando lugar a uma outra possibilidade e ao sujeito local se apropriarem de um espaço simbólico, que historicamente não lhe pertencia.

Com isso, a questão do espaço está, sem dúvida, colocada em termos da relação de forças sócio-políticas, na qual as identidades individuais deixam de fazer sentido e assomam o comum constituído pela falta. Mas o interessante é que quando se esquece uma ordem e uma ideia de impossibilidade, que está ligada a subjetividades específicas, há uma potência libertadora. Ao buscar um possível caminho a um espaço diferente, ao espaço de uma vida social diferente e de um modo diferente de produção, o projeto do BCD une a brecha entre realidade e “idealidade” – entre o concebido e o vivido. Mais interessante, a implantação da moeda social supera essa dualidade justamente por explorar em sua metodologia a relação dialética entre o possível e o impossível, tanto de forma objetiva quanto subjetiva.

Há nisso, inevitavelmente, um deslocamento do foco na vivência do cotidiano. Um deslocamento subjetivo que envolve uma mudança do valor de troca, para um valor de uso. Essa oposição de caráter dialético – uma contradição essencial para compreender o cotidiano – implica não “propriedade”, mas *apropriação*⁹, que é essencialmente tempo (ou tempos), símbolos e práticas. Retomando Lefebvre, a “chave” para restabelecer o valor de uso é o uso político do espaço; que o faz em termos de recursos, situações espaciais e estratégias. Nos bancos comunitários, e nas moedas sociais especificamente, há uma clara ação de restabelecimento de um valor de uso, a partir de uma óbvia apropriação – e reordenamento estratégico – de um sistema econômico unifuncional, como já foi apontado.

Quando Lefebvre fala, por exemplo, de como a apropriação supera a propriedade, é aqui que está o potencial de uma cidadania (revolucionária) pautada nos costumes. E se é gerada a partir de um reordenamento de um código espacial, essencialmente estético – o que se cria é uma forma de cidadania também estética, que ocupa espaços previsíveis, simbólicos e cotidianos de poder. Uma cidadania que parte de um princípio de se ver e ser visto, de uma produção consciente do espaço. E a primeira etapa da apropriação é *renomear o Real*, que passa a um segundo plano: é rearranjado esteticamente, linguisticamente, cotidianamente num desenho e planejamento coletivo, em claro desacordo com ordenamentos “oficiais”;

⁹ “A propriedade e as relações de produção existentes apagam possibilidades; em outras palavras, elas estilhaçam concepções do espaço que tendem a se formar em sonhos, em devaneios e utopias ou em ficção científica” (LEFEBVRE, p. 357, 1991), as possibilidades são sistematicamente reduzidas à banalidade do que já existe. Fica claro que essa é uma consequência do enraizamento da economia em esferas subjetivas da vida cotidiana, uma absoluta mercantilização da vida que reduz o imaginário de possibilidades além do capitalismo. Obviamente a economia solidária é um sistema aplicado dentro de um panorama neoliberal maior, mas ainda assim suas tentativas de fissurar a economia formal não devem ser invalidados.

criando, como resultado, uma extraordinária dualidade espacial¹⁰: dois mundos evidenciados coexistindo – e fraturados.

Essa dualidade no espaço cria a forte impressão que existe uma dualidade de poder político; o que é muito interessante, ainda mais considerando como a política, em Rancière, é feita de relações entre dois mundos distintos, como vimos no capítulo anterior. O que Lefebvre aponta, no entanto, é que essa impressão é equivocada – uma medida, precisamente, da capacidade repressiva e assimilativa do espaço dominante. O sociólogo francês diz que a dualidade vai persistir, certamente, e, fracassando em qualquer tentativa de reversão da situação, o espaço dominado vai simplesmente enfraquecer. Henri Lefebvre entende, assim, ‘dualidade’, como contradição e conflito; mas de um conflito que resulta na emergência de diferenças não-previstas.

Este é um dos pontos-chave das moedas sociais. É aqui que reside sua potência escondida, ou melhor: não-prevista. É aqui que reside seu ‘mal’: uma dualidade conflituosa do tipo, que é essencialmente um estado de transição entre oposição (diferença induzida) e contradição ou transcendência (diferença produzida), algo que, de acordo com Lefebvre, não pode durar para sempre; ele pode se manter, entretanto, por meio de um “equilíbrio” considerado ideal por uma ideologia específica; algo que, entre 2003 a 2018 já aconteceu, pelos BCDs e suas moedas serem consideradas políticas públicas. O que vale ressaltar, no entanto, é que esse equilíbrio só se mantém se houver uma constância na circulação da moeda no território e na repetição das dinâmicas de sensibilização da comunidade; isto é, uma constante reiteração das novas narrativas.

10 Lefebvre faz um paralelo parecido quando ele comenta sobre as favelas e periferias latino-americanas. Quando falamos numa dualidade espacial, podemos pensar inicialmente do ponto de vista local mesmo, na comunidade onde uma moeda social circula e coexiste com o real; a circulação das duas naquele território, criaria, assim, uma dualidade espacial. Contudo, é interessante manter em mente que os Bancos Comunitários de Desenvolvimento funcionam em redes – estaduais e nacionais –, estando conectados; não se trata, portanto, tanto de uma dualidade mas de uma pluralidade espacial que se cria. Porque uma moeda representa também outras 48 (por isso a moeda social vai além da escala local, apesar de parecer presa à ela).

6.2

FIXAR A PLURALIDADE DE DURAÇÕES

Talvez o mais importante é entender que, ao circular, essas narrativas circulam efetivamente num espaço – e é no espaço que elas encontram uma consolidação da própria existência. Alinhada com Lefebvre, Doreen Massey (2008) aborda o espaço em três frentes: o espaço como produtor de inter-relações, ou seja, de práticas encaixadas que enfatizam uma construtividade relacional numa integração de identidades e subjetividades políticas; o espaço como esfera de possibilidade da existência da multiplicidade; e o espaço como processo aberto, sempre em construção. Isso num entendimento de que é no espaço que a multiplicidade – por vezes abafada por temporalidades oficiais – se estabelece. O papel do espaço pode ser então caracterizado como algo que fornece “a condição para a existência dessas relações que geram o tempo” (MASSEY, p. 90, 2008); ou seja, há uma interpenetração entre espaço e tempo. Aqui,

o espaço se revela como interação. Nesse sentido, o espaço é a dimensão social não só no sentido da sociabilidade exclusivamente humana, mas no sentido do envolvimento dentro de uma multiplicidade. Trata-se da esfera da produção contínua e da reconfiguração da heterogeneidade sob todas as suas formas – diversidade, subordinação, interesses conflitantes. (MASSEY, p. 98, 2008)

É o que a geógrafa inglesa chama de espaço como a dimensão de trajetórias múltiplas, em outras palavras, de uma simultaneidade de *estórias-até-agora*. O espaço, assim, é entendido como a dimensão de uma multiplicidade e pluralidade de durações, cujas conexões são sempre nuances conjunturais, o que faz com que o próprio lugar se forme como um “feixe” dessas articulações, um aqui-agora em que se encontram diversas trajetórias. O lugar seria, assim, também uma eventualidade, sempre aberto a novas conexões e, conseqüentemente, desconexões. (TURRA NETO, 2008). Ou seja, algo criado pode ser desmontado, esquecido, isso valendo, especialmente, para narrativas contra-hegemônicas.

Por esse ângulo, as moedas são dispositivos que recontam histórias, que integram tempo e espaço, por serem representações de ambos. Não é apenas o espacial que está fixando o temporal, mas é a moeda social – a representação – que está estabilizando o tempo-espaço, que estabiliza uma narrativa contestatória. Massey entende a estabilização como algo que possibilita “pelo menos conseguir (ou dar) nossa própria posição em um universo e, em muitos casos, reclamar a sua posse” (MASSEY, p. 162, 2008); é isso que essas moedas proporcionam. Aqui é interessante pensar a estabilização sob um aspecto positivo: trata-se de uma estabilização como um “reclamar a posse” de uma camada de memória que é tênue.

Isso considerando que para Jacques Rancière, o político tem uma certa raridade: são os momentos em que um acontecimento é capaz de atuar numa ordem sensível e transformar, ainda que pontualmente, essa ordem. Há uma questão, portanto, de que essas cenas do dissenso seriam quase efêmeras, raras. A questão, portanto, é como prolongar a duração, o tempo de vida da imagem/cena dissensual? A moeda social, por si só, teoricamente resolveria esse problema. Por estar em circulação no espaço, a cédula consegue prolongar o dissenso e renová-lo diariamente; considerando que a permanência de algo está relacionado à sua capacidade de se inserir em sistemas de circulação e, nisso, continuar demandando uma produção de memória.

A ideia de um tempo linear, com um sentido único, claramente se alinha à ideia da construção de um espaço de pensamento consensual que, como coloca Jacques Rancière, separa efetivamente “aqueles que se deixam levar pelo movimento da superfície daqueles que sabem ler a realidade do movimento profundo.” (RANCIÈRE, p. 82, 2011). Manter a cena dissensual em circulação, é portanto, aumentar a possibilidade de uma ruptura efetiva com esta temporalidade única. Assim, ela deve romper com uma visão da história como processo global que a associa a uma ideia de impossível, ideia esta que coincide com a de uma incapacidade das pluralidades.

Quando falamos de uma resiliência da estrutura narrativa dominante, é exatamente uma tendência – e um esforço – desta estrutura de homogeneizar as formas de temporalidade e, assim como colocado por Rancière, criar um tempo único que determina ritmos sociais e futuros políticos possíveis. Felizmente, “há outras formas de temporalidade que criam distensões e rupturas deste tempo dominante. Podemos distinguir duas grandes formas a que chamaremos intervalos e interrupções” (RANCIÈRE, p. 90, 2011); e que são, e produzem efetivamente, cenas de dissenso, como as das moedas sociais.

O essencial aqui, é compreender que para poder fazer uma experiência do sensível, é preciso ter práticas de repetição. As sociedades humanas desenvolvem práticas diversas de ensaio (*répétition*), tais que aí se produz uma participação ativa de todos na vida estética e, através disso, da diferença, uma participação ativa das singularidades. Ao lidar com a consolidação de uma narrativa, a questão da repetição coloca por Bernard Stiegler (2014) parece óbvia. Pois para que um discurso dure, é preciso que ele se reitere e, para reiteirar-se, é preciso circular. Se pensarmos nessa linha, de que essa duração existe efetivamente no espaço, a narrativa está, de certa forma *fixa* em algum lugar, em algum objeto ou plataforma; usar dessa mesma estratégia de estabilização de uma imagem dissensual num objeto como a moeda pode ser o lugar de potência dela – de nisso atribuir uma estabilidade para que a nova narrativa realmente se implante.

Por isso, quando Bernard Stiegler aponta que “a experiência do sensível nunca está ganha, ela necessita práticas e algumas vezes isso não funciona” (STIEGLER, p. 66, 2007a), ele está tratando efetivamente da duração dessas experiências. E, em termos práticos, a experiência

do sensível nunca está ganha porque ela precisa estar circulando constantemente, e em constante repetição; pois frente a uma grande narrativa, esse sensível, nada mais é que um pequeno fragmento, uma microtemporalidade que perturba, tensiona e deforma a superfície do tempo linear, mas de forma *mínima*, numa dinâmica que pode ser associada à ideia de resiliência na física.

Contudo, acontecendo isoladamente, essas cenas de dissenso são tensões que não rompem e, talvez não rompem justamente por serem tensões breves, caducas e impermanentes. A qualidade desses fragmentos, quando sobem à superfície – e nesse ato deformam sua linearidade – é fraca, quase imperceptível. Logo, é preciso considerar a resiliência da narrativa dominante e de sua capacidade de voltar ao seu estado “original” depois de ter sido tensionada. Por isso, pensá-la como um material resiliente é pensar em experiências que podem prolongar a duração dessa interrupção e que efetivamente “seguram” aquele desvio criado pelo rastro, impedindo que a tensão cesse (e possibilitando que uma ruptura posterior aconteça). Nessa lógica, ao avaliar as estratégias de permanência da grande narrativa, é possível compreender como é essencial que essas micronarrativas contidas na moeda social e nas dinâmicas dos BCDs precisam ocorrer de forma constante para não serem (re) absorvidas pelo tempo linear¹¹.

+

Em suma, a miséria simbólica de Bernard Stiegler, como tratamos no capítulo anterior, só pode ser remediada pela participação. O espaço, como colocado por Doreen Massey, é uma multiplicidade de durações e uma esfera de possibilidade da existência dessa multiplicidade. Se a participação acontece no espaço, por uma cena dissensual, há um acordo em manter aquela cena em coexistência com a “primeira ficção”, que é o discurso dominante que Rancière aponta. Assim, essa participação – essa criação coletiva de um dinheiro local que circula no espaço, seja fisicamente em cédulas ou virtualmente por um aplicativo (mas ainda, é importante ressaltar, fazendo inserções estéticas no espaço, como um cartaz no supermercado dizendo “aceita-se lisas”) –, mantém e prolonga a duração específica de uma camada temporal historicamente marginalizada; num re-engajamento com o simbólico, pela sua própria compreensão adquirida num processo inicial de re percepção, rememoração e desidentificação.

11 Mesmo sendo nas linhas de uma mesma lógica de um sistema de representação, há uma importância e uma força política em ocupar esse lugar que é o dinheiro, mesmo que algo ou alguma camada tenha sido excluída na seleção e no voto; mas, na lógica do enquadramento, o que está fora está imbuído no que está dentro – e pressiona/aparece mesmo que subjetivamente. Aqui, a importância está em como esse ato fixa uma microtemporalidade e contesta a narrativa dominante. Podemos dizer ainda que, ao ser fixada, um catalisador para outros processos de desidentificação também é: o processo é mantido aberto, em curso, possibilitando sua continuidade. Isso pode capturar a estratégia de dominação – e revertê-la –, assim como indicar a possibilidade de ruptura.

Ao pensar que é a participação que gera um re-engajamento com o simbólico, entende-se que re-engajar com algo é necessariamente repercebê-lo, no sentido de apreender uma outra camada desse algo – ou desse simbólico – que não aquela da superfície (a conhecida). Então se pensarmos num Simbólico (com s maiúsculo) que seria referente a uma narrativa dominante, linear e de superfície, se não há um engajamento com essa primeira camada, um reengajamento é um engajamento com uma *outra* camada, de uma ordem simbólica mais profunda; e que podem efetivamente serem entendidas como rastros. Com isso, se o re-engajar é um exercício do rever o simbólico, e de nisso perceber o fragmento, fica mais interessante pensar como esse processo de “cura” para o Stiegler pode ser essencialmente um processo de rememoração e, mais especificamente, um processo de desidentificação, de subjetivação política; feito aqui de forma participativa, coletivamente¹².

Não basta, como já tratamos, apenas lançar essas novas narrativas no espaço aberto, “e depois esperar que ele tenha uma auto-animação espontânea, como se fosse garantir uma prática de liberdade por decreto”. (SILVA, p. 25, 2011). É preciso, na materialidade de um lugar, “o influxo de um gesto de convocação, de uma disposição favorável às aberturas e trocas feitas pelo corpo, olhar e gesto” (idem): isto é, é preciso que nele algo convoque não só à vinda, mas à *constância*; à manutenção daquela nova proposição e prática¹³.

Em relação aos bancos comunitários, a ausência desse exercício pode causar o desuso da moeda social no território. A aceitação e o uso da moeda pela população local é algo que depende profundamente das ações e instrumentos pedagógicos, de sensibilização dos comerciantes e dos moradores. Ariadne Scalfoni Rigo (2014), em sua tese sobre os BCDs, diz como a falta de divulgação prejudica a experiência como um todo. Durante a fase de criação e implementação da moeda, por exemplo, há um investimento considerável em realizar palestras, oficinas, elaborar materiais de comunicação (desde cartazes a carros de som e rádios comunitárias), assim como realizar uma divulgação do banco e da moeda por meio de eventos e feiras locais. Contudo, os bancos nos quais essas atividades específicas não foram vistas como prioridade, “são casos em que a moeda social nunca circulou efetivamente” (RIGO, p. 183, 2014).

12 Materializar-se no espaço, portanto, é prolongar e concretizar a duração da cena do dissenso; sendo participativa (tendo um desejo coletivo de mantê-la) e repetitiva, quebra-se com uma miséria simbólica de uma ordem econômica neoliberal e consensual. De uma desidentificação com ela.

13 Ao lidar com a consolidação de uma narrativa, Stiegler enfatiza a necessidade de repetição, algo que parece óbvio. Para que um discurso dure, é preciso que ele se reitere e, para reiterar-se, é preciso circular. Se pensarmos nessa linha, de que essa duração existe efetivamente no espaço, a narrativa está, de certa forma “fixa” em algum lugar, objeto, plataforma; usar dessa mesma estratégia de estabilização de uma imagem dissensual num objeto como a moeda pode ser o lugar de potência dela – de nisso atribuir uma estabilidade para que a nova narrativa se implante.

Outra questão é que esses esforços dos bancos comunitários para a divulgação do papel da moeda no território tendem a diminuir ou se extinguir ao longo do tempo. Mesmo havendo variáveis relativas ao aumento de renda dos moradores e seu acesso ao sistema financeiro tradicional, a ausência de continuidade de divulgação da moeda social no território e a diminuição das suas ações sensíveis no espaço é um fator que provoca o enfraquecimento do fluxo da moeda social na rede de aceitação construída pelos bancos (RIGO, 2014).

Ao realizar uma pesquisa de campo no Conjunto Palmeiras em Fortaleza para avaliar o circuito da moeda Palmas no bairro, Rigo (2014) expôs que a maioria dos entrevistados responderam não ter interesse em usar a moeda ou não ter sentido necessidade de usá-la. Alguns, no entanto, disseram não ter tido a oportunidade, o que a pesquisadora explica como consequência do próprio enfraquecimento do circuito. “Configura-se, assim, um movimento de duplo sentido: quanto mais o circuito enfraquece em termos de volume e de frequência de uso, menor a chance de outro morador recebê-la, (...) Ao mesmo tempo em que quanto menos o morador usa, mais fraco se configura o circuito” (RIGO, p. 234, 2014), até se dissolver completamente. Como Ginzburg (2012) coloca, a falta de um espaço para circulação, seja dentro de casa ou no “movimento” da cidade e do comércio, é também falta de condições para deixar marcas que permitam uma identificação – e nela uma possibilidade de permanência.

A questão é que, infelizmente, essas moedas estão deixando de circular. Desde 2015, os bancos comunitários têm assumido diferentes estratégias de ação em relação à moeda social, especificamente no que se refere à migração para o digital. Com o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff em agosto de 2016, a Rede Brasileira de Bancos Comunitários se mobilizou para assegurar a continuidade da circulação das moedas sociais frente à nova configuração de Brasília¹⁴: em novembro do mesmo ano, a Rede comprou a plataforma E-dinheiro, um aplicativo que possibilita a criação de circuitos econômicos locais, integrados digitalmente. Assim, em 2018, dois anos após o desmanche da Secretaria Nacional de Economia Solidária, a principal pauta do 1º Encontro Global de Bancos Solidários de Desenvolvimento em Fortaleza foi ‘criptomoedas e tecnologias blockchain como ferramentas alternativas de emancipação’. Em 2019, com a eleição de Jair Bolsonaro e a extinção total da Senaes, a orientação foi de abandonar o papel e passar para o digital – e cerca de 75 bancos já o fizeram.

14 Em 4 de novembro de 2013, o Banco Central lançou a resolução n.º 4.282 para definir regras sobre os meios eletrônicos de pagamento. Inicialmente direcionado ao sistema financeiro formal, o marco regulatório mantém aberto – cinco anos depois –, uma brecha institucional para a regulamentação das moedas sociais circulantes em todo país; ao menos em sua forma digital. No atual governo, a antiga Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) foi “diluída” na atual Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Urbana (Senisp) – pasta do novo Ministério da Cidadania –, mas sem nenhuma indicação na continuidade de políticas de apoio e fomento aos BCDs.

O último capítulo, então, contém os relatos de duas experiências do norte de Minas: a do Banco Chapadense, de Chapada Gaúcha; e a do Banclisa, de Teófilo Otoni, um dos quase 50 BCDs ainda ativos no país.

7. NORDESTES

ALAGOAS

BAHIA

CEARÁ

MARANHÃO

PARAÍBA

PIAUI

RIO GRANDE DO NORTE

SERGIPE



Terra (2016)
 Banco Olhos d'Água
 Igaci, AL



■
Tinhare (2009)
Banco Casa do Sol
Cairú, BA





Licuri (2016)
Banco Amigos do Sertão
Guanambi, BA





■
 Concha (2008)
 Banco Ilhamar
 Matarandiba, BA






Kiriri (2012)
Banco Fonte de Água Fresca
Ouriçangas, BA



Samper (2009)
Banco Guiné
Salvador, BA



0001




Está totalmente probado a troca ou negociação desta moeda social por dinheiro. Ela só poderá ser utilizada como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comercios e pessoas conveniadas ao BANCO GUINE, com o valor de 2 Sempres por 2 reais.

Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambiental sustentável.

2

Dois Sempres



0001



Está totalmente probado a troca ou negociação desta moeda social por dinheiro. Ela só poderá ser utilizada como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comercios e pessoas conveniadas ao BANCO GUINE, com o valor de 5 Sempres por 5 reais.

Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambiental sustentável.

5

Cinco Sempres



0001



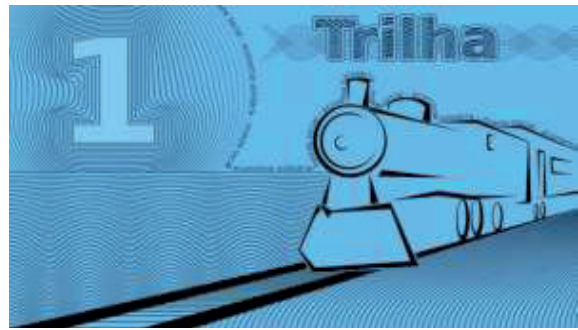
Está totalmente probado a troca ou negociação desta moeda social por dinheiro. Ela só poderá ser utilizada como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comercios e pessoas conveniadas ao BANCO GUINE, com o valor de 10 Sempres por 10 reais.

Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambiental sustentável.

10

Dez Sempres







■
Trilha (2007)
Banco Ecoluzia
Simões Filho, BA



0,50

Uma iniciativa pontual e localizada, organizada desta maneira, acaba por limitar, de modo bastante eficaz, os impactos da violência sobre as populações locais, permitindo-lhes aproveitar as possibilidades de desenvolvimento econômico e social existentes. Assim, a intervenção da Organização de Santa Lúcia, com o valor de 0,50 Umoja de financiamento por 1,00 Umoja de Realização, em projetos governamentais, desenvolve-se de modo bastante sustentável.



Ana Rosa

Centavos de 0,50 UMOJA

1

Esta iniciativa pontual e localizada organiza desta maneira os recursos disponíveis. De tal modo, se atribui um valor de 1 Umoja ao trabalho de desenvolvimento de projetos com conteúdo e potencialmente em áreas de vulnerabilidade, no âmbito do Projeto de Santa Lúcia, com o valor de 1 Umoja por 1 Real. Assim, a iniciativa organizada desenvolve-se de modo bastante sustentável.



Imagem das Colinas da Igreja de Santa Lúcia

1 UMOJA

2

Esta iniciativa pontual e localizada organiza desta maneira os recursos disponíveis. De tal modo, se atribui um valor de 2 Umoja ao trabalho de desenvolvimento de projetos com conteúdo e potencialmente em áreas de vulnerabilidade, no âmbito do Projeto de Santa Lúcia, com o valor de 2 Umoja por 2 Reais. Assim, a iniciativa organizada desenvolve-se de modo bastante sustentável.



Fortaleza Santa Lúcia

2 UMOJA

5

Esta iniciativa pontual e localizada organiza desta maneira os recursos disponíveis. De tal modo, se atribui um valor de 5 Umoja ao trabalho de desenvolvimento de projetos com conteúdo e potencialmente em áreas de vulnerabilidade, no âmbito do Projeto de Santa Lúcia, com o valor de 5 Umoja por 5 Reais. Assim, a iniciativa organizada desenvolve-se de modo bastante sustentável.



5 UMOJA

10

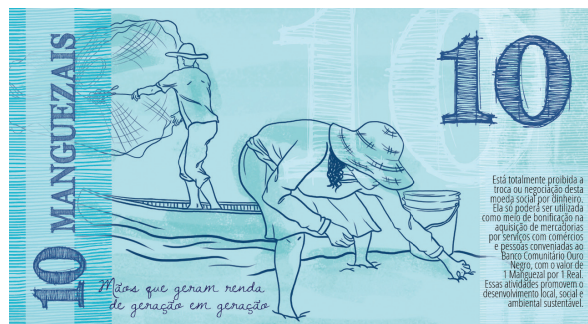
Esta iniciativa pontual e localizada organiza desta maneira os recursos disponíveis. De tal modo, se atribui um valor de 10 Umoja ao trabalho de desenvolvimento de projetos com conteúdo e potencialmente em áreas de vulnerabilidade, no âmbito do Projeto de Santa Lúcia, com o valor de 10 Umoja por 10 Reais. Assim, a iniciativa organizada desenvolve-se de modo bastante sustentável.



10 UMOJA



■
Umoja (2017)
Banco Santa Luzia
Salvador, BA



Manguzeal (2016)
 Banco Ouro Negro
 São Francisco do Conde, BA



Esta modalidade proíbe a troca na negociação desta moeda social por dinheiro. Ela só poderá ser utilizada como moeda de troca na aquisição de produtos e serviços. Não pode ser trocada por dinheiro, nem em espécie, nem em bens e serviços. Ela só pode ser utilizada para a aquisição de produtos e serviços. Não pode ser trocada por dinheiro, nem em espécie, nem em bens e serviços. Ela só pode ser utilizada para a aquisição de produtos e serviços. Não pode ser trocada por dinheiro, nem em espécie, nem em bens e serviços.

Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambiental sustentável.

0,50 CENTAVOS

MOEX

RECURSOS PESQUEIROS DA RESERVA EXTRATIVISTA DE CANAVEIERS - BA

Foto: Enrico Marone

Esta modalidade proíbe a troca na negociação desta moeda social por dinheiro. Ela só poderá ser utilizada como moeda de troca na aquisição de produtos e serviços. Não pode ser trocada por dinheiro, nem em espécie, nem em bens e serviços. Ela só pode ser utilizada para a aquisição de produtos e serviços. Não pode ser trocada por dinheiro, nem em espécie, nem em bens e serviços.

Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambiental sustentável.

1

MOEX

HOMENAGEM A ARTE TRADICIONAL DE PESCA DE CARANGUEJO NA RESERVA EXTRATIVISTA DE CANAVEIERS - BA

Foto: Enrico Marone

Esta modalidade proíbe a troca na negociação desta moeda social por dinheiro. Ela só poderá ser utilizada como moeda de troca na aquisição de produtos e serviços. Não pode ser trocada por dinheiro, nem em espécie, nem em bens e serviços. Ela só pode ser utilizada para a aquisição de produtos e serviços. Não pode ser trocada por dinheiro, nem em espécie, nem em bens e serviços.

Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambiental sustentável.

2

MOEX

HOMENAGEM A PESCA ARTESANAL DE JANGADA NA RESERVA EXTRATIVISTA DE CANAVEIERS - BA

Foto: Enrico Marone

Esta modalidade proíbe a troca na negociação desta moeda social por dinheiro. Ela só poderá ser utilizada como moeda de troca na aquisição de produtos e serviços. Não pode ser trocada por dinheiro, nem em espécie, nem em bens e serviços. Ela só pode ser utilizada para a aquisição de produtos e serviços. Não pode ser trocada por dinheiro, nem em espécie, nem em bens e serviços.

Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambiental sustentável.

5

MOEX

HOMENAGEM A ARTE TRADICIONAL DE MARISCAGEM NA RESERVA EXTRATIVISTA DE CANAVEIERS - BA

Foto: Enrico Marone

Esta modalidade proíbe a troca na negociação desta moeda social por dinheiro. Ela só poderá ser utilizada como moeda de troca na aquisição de produtos e serviços. Não pode ser trocada por dinheiro, nem em espécie, nem em bens e serviços. Ela só pode ser utilizada para a aquisição de produtos e serviços. Não pode ser trocada por dinheiro, nem em espécie, nem em bens e serviços.

Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambiental sustentável.

10

MOEX

HOMENAGEM A ARTE TRADICIONAL DE PESCA COM TARRAFA NA RESERVA EXTRATIVISTA DE CANAVEIERS - BA

Foto: Enrico Marone

Moex (2012)
Banco Resex
Canaveiras, BA

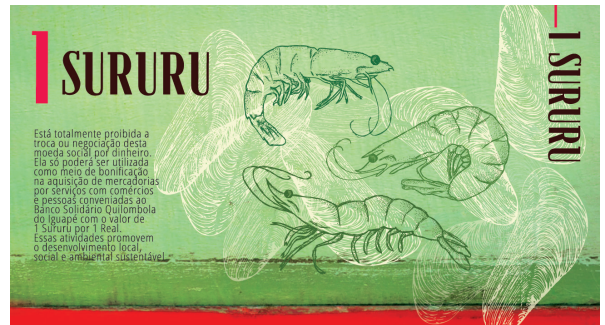


Sururu (2012)
Banco Solidário
Cachoeira, BA



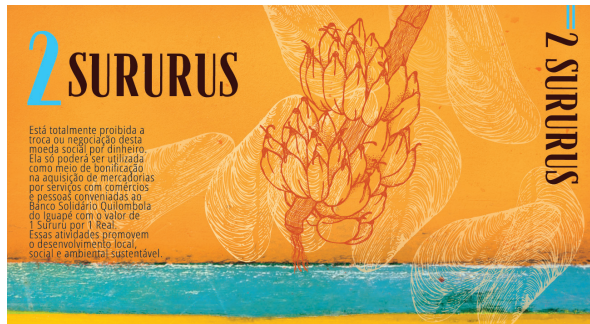
0,50 Cinquenta Centavos de **SURURU** **0,50**

Está totalmente proibida a troca ou negociação desta moeda social por dinheiro. Ela só poderá ser utilizada como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas ao Banco Solidário Quilombola do Iguaçu com o valor de 1 Sururu por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambiental sustentável.



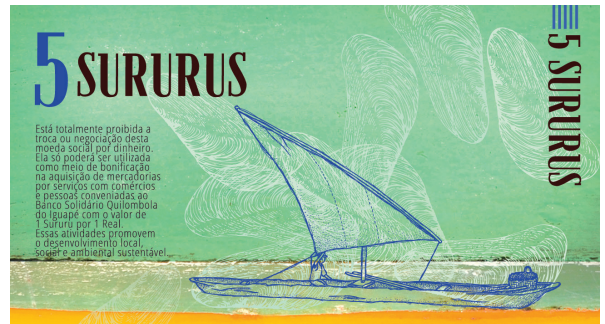
1 **SURURU**

Está totalmente proibida a troca ou negociação desta moeda social por dinheiro. Ela só poderá ser utilizada como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas ao Banco Solidário Quilombola do Iguaçu com o valor de 1 Sururu por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambiental sustentável.



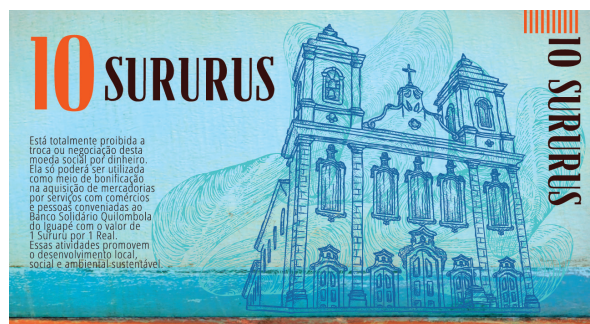
2 **SURURUS** **2** **SURURUS**

Está totalmente proibida a troca ou negociação desta moeda social por dinheiro. Ela só poderá ser utilizada como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas ao Banco Solidário Quilombola do Iguaçu com o valor de 1 Sururu por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambiental sustentável.



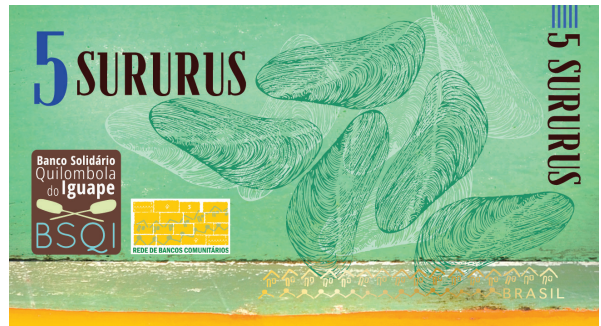
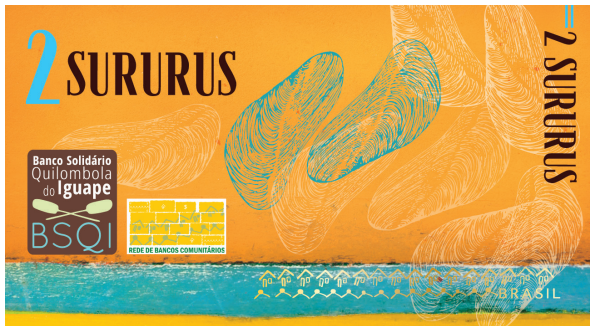
5 **SURURUS** **5** **SURURUS**

Está totalmente proibida a troca ou negociação desta moeda social por dinheiro. Ela só poderá ser utilizada como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas ao Banco Solidário Quilombola do Iguaçu com o valor de 1 Sururu por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambiental sustentável.



10 **SURURUS** **10** **SURURUS**

Está totalmente proibida a troca ou negociação desta moeda social por dinheiro. Ela só poderá ser utilizada como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas ao Banco Solidário Quilombola do Iguaçu com o valor de 1 Sururu por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambiental sustentável.





■
Abrantes (2014)
 Banco Abrantes Solidário
 Camaçari, BA





Vale (2011)
Banco Vale Acaraú
Acaraú, CE



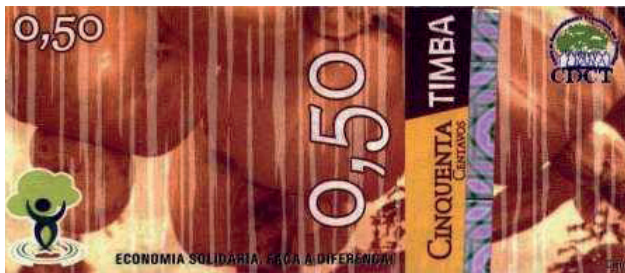
BANCO COMUNITÁRIO DE ACARAÚ

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação nas aquisições de mercadorias e serviços em comércios e empreendimentos solidários conveniados com a ACOBAP, com o valor de um bônus por um real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

T\$ 1,00 (Uma Timbaúba)

Praça da Igreja de Aranaú

Timbaúba (2011)
Banco Dunas de Aranaú
Aranaú, CE



Timba (2011)
Banco Timbaúbas
Juazeiro do Norte, CE



Paca (2011)
Banco Pacatubano
Pacatuba, CE





BANCO SERTÃO CENTRAL

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação nas aquisições de mercadorias e serviços em comércios e empreendimentos solidários conveniados com o CDTIS - Centro de Desenvolvimento do Trabalho Integrado ao Social, com o valor de um bônus por um real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

10 (DEZ MONÓLITOS)



Monólito (2011)
 Banco Quixadá
 Quixadá, CE

Feiticeiro (2008)
Banco Feiticeiro
Tamboril, CE



Potiguara (2011)
Banco Potira
Caucaia, CE





Sabiá (2008)
Banco Sertanejo
Choró, CE



Itabem (S.l.)
Banco Serra Verde
S.l., Ceará





Caribelo (2008)
Banco Padre Quiliano
Caridade, CE

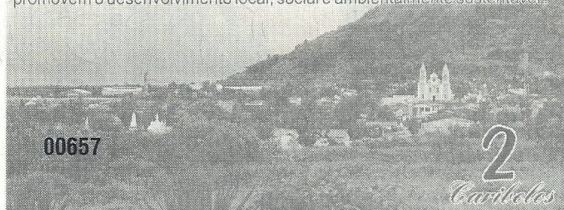
Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação nas aquisições de mercadorias e serviços em comércios e empreendimentos solidários conveniados com a **Associação dos Homens e Mulheres Cristãos de Açudinho**, com o valor de um bônus por um real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.



Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação nas aquisições de mercadorias e serviços em comércios e empreendimentos solidários conveniados com a **Associação dos Homens e Mulheres Cristãos de Açudinho**, com o valor de um bônus por um real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.



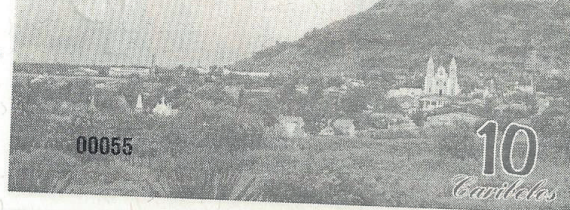
Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação nas aquisições de mercadorias e serviços em comércios e empreendimentos solidários conveniados com a **Associação dos Homens e Mulheres Cristãos de Açudinho**, com o valor de um bônus por um real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.



Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação nas aquisições de mercadorias e serviços em comércios e empreendimentos solidários conveniados com a **Associação dos Homens e Mulheres Cristãos de Açudinho**, com o valor de um bônus por um real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.



Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação nas aquisições de mercadorias e serviços em comércios e empreendimentos solidários conveniados com a **Associação dos Homens e Mulheres Cristãos de Açudinho**, com o valor de um bônus por um real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.





BANDESC - Banco de Desenvolvimento de Cascavel

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação nas aquisições de mercadorias e serviços em comércios e empreendimento solidários conveniados com a Câmara de Dirigentes Lojistas de Cascavel, com o valor de um bônus por um real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

B\$ 1 (Um Bento)

01006

BANDESC - Banco de Desenvolvimento de Cascavel

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação nas aquisições de mercadorias e serviços em comércios e empreendimento solidários conveniados com a Câmara de Dirigentes Lojistas de Cascavel, com o valor de um bônus por um real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

B\$ 0,50 (Cinquenta Centavos de Bento)

01505

BANDESC - Banco de Desenvolvimento de Cascavel

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação nas aquisições de mercadorias e serviços em comércios e empreendimento solidários conveniados com a Câmara de Dirigentes Lojistas de Cascavel, com o valor de um bônus por um real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

B\$ 5 (Cinco Bentos)

00505

BANDESC - Banco de Desenvolvimento de Cascavel

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação nas aquisições de mercadorias e serviços em comércios e empreendimento solidários conveniados com a Câmara de Dirigentes Lojistas de Cascavel, com o valor de um bônus por um real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

B\$ 2 (Dois Bentos)

00502

BANDESC - Banco de Desenvolvimento de Cascavel

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação nas aquisições de mercadorias e serviços em comércios e empreendimento solidários conveniados com a Câmara de Dirigentes Lojistas de Cascavel, com o valor de um bônus por um real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

B\$ 10 (Dez Bentos)

00504

**Bento (2011)
Bandesc
Cascavel, CE**



Pirambú (2008)
Banco Pirambú
Fortaleza, CE

Rio (2008)
Banco Rio Sol
Fortaleza, CE



Banco Comunitário
Riosol
Desenvolvimento Territorial

2 Rios

Banco Comunitário de Fortaleza
BOM JARDIM - CONJUNTO CEARÁ - GENIBAU - GRANJA LISBOA - GRANJA PORTUGAL

2
2
2

Banco Comunitário
Riosol
Desenvolvimento Territorial

5 Rios

Banco Comunitário de Fortaleza
BOM JARDIM - CONJUNTO CEARÁ - GENIBAU - GRANJA LISBOA - GRANJA PORTUGAL

5
5
5

Banco Comunitário
Riosol
Desenvolvimento Territorial

10 Rios

Banco Comunitário de Fortaleza
BOM JARDIM - CONJUNTO CEARÁ - GENIBAU - GRANJA LISBOA - GRANJA PORTUGAL

10
10
10





Palma (1998)
Banco Palmas
Fortaleza, CE



Cristóvão (2010)
Banco São Cristóvão
Fortaleza, CE

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação nas aquisições de mercadorias e serviços em comércios e empreendimento solidários conveniados com o Banco São Cristóvão, com o valor de um bônus por um real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

1

0 007

CRISTÓVÃO

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação nas aquisições de mercadorias e serviços em comércios e empreendimento solidários conveniados com o Banco São Cristóvão, com o valor de um bônus por um real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

0,50
1 CENTAVOS
DE CRISTÓVÃO

0188

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação nas aquisições de mercadorias e serviços em comércios e empreendimento solidários conveniados com o Banco São Cristóvão, com o valor de um bônus por um real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

2

0199

CRISTÓVÃO

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação nas aquisições de mercadorias e serviços em comércios e empreendimento solidários conveniados com o Banco São Cristóvão, com o valor de um bônus por um real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

5

0112

CRISTÓVÃO

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação nas aquisições de mercadorias e serviços em comércios e empreendimento solidários conveniados com o Banco São Cristóvão, com o valor de um bônus por um real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

10

0200

CRISTÓVÃO



Dendê (2010)
Banco Dendê Sol
Fortaleza, CE





Ibaré (2008)
Banco Serra Azul
Ibaretama, CE

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele somente poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas com a Associação Comunitária dos Moradores de Oiticica, com o valor de 1 bônus por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.

Ib\$ 0,50

00643

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele somente poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas com a Associação Comunitária dos Moradores de Oiticica, com o valor de 1 bônus por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.

Ib\$ 1,00

01208

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele somente poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas com a Associação Comunitária dos Moradores de Oiticica, com o valor de 1 bônus por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.

Ib\$ 2,00

01011

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele somente poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas com a Associação Comunitária dos Moradores de Oiticica, com o valor de 1 bônus por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.

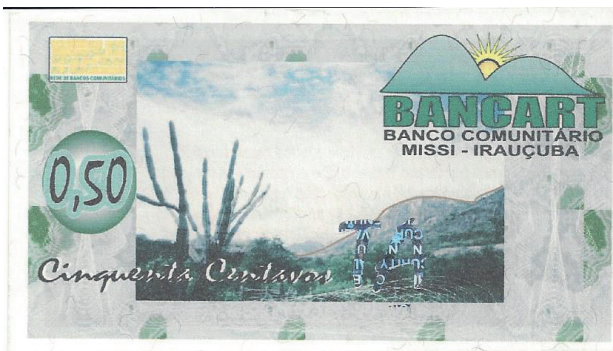
Ib\$ 5,00

00126

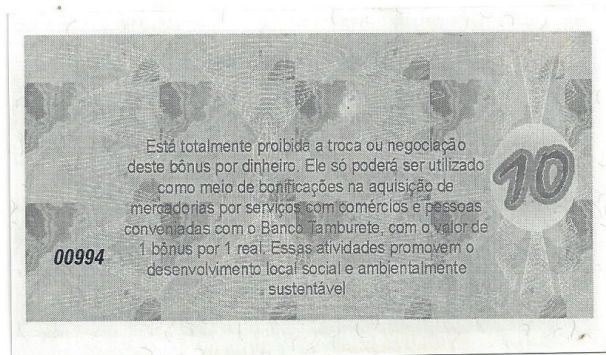
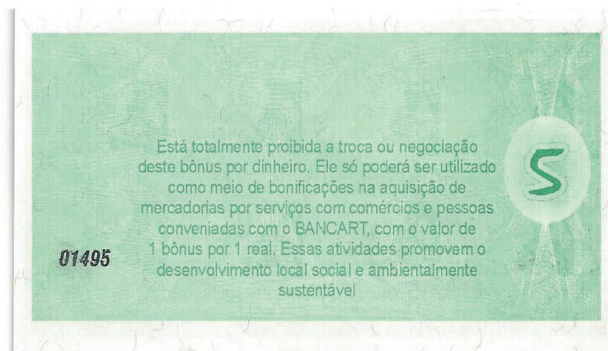
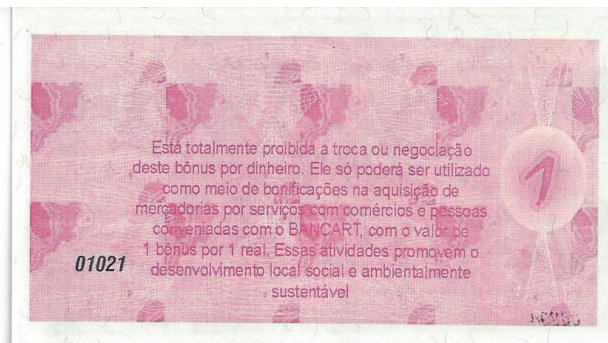
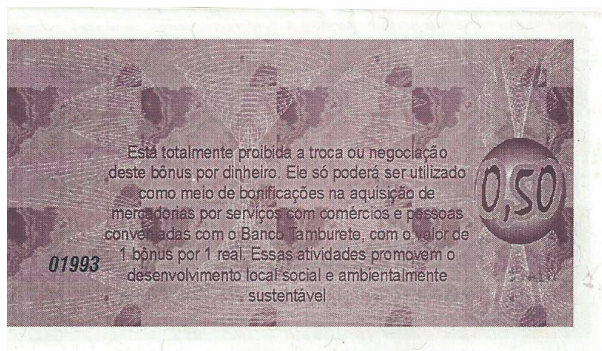
Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele somente poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas com a Associação Comunitária dos Moradores de Oiticica, com o valor de 1 bônus por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.

Ib\$ 10,00

00064



Ta (2006)
Bancart
Irauçuba, CE





Cactos (2008)
Banco Amizade e Banco Juazeiro
Irauçuba, CE

00554

0,50
CACTOS

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificações na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e empreendimentos solidários conveniados com a Associação dos Jovens Empreendedores de Juá, e a Associação Comunitária do Bairro Cruzeiro, com valor de 1 bônus por 1 real. Estas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

01023

1
CACTOS

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificações na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e empreendimentos solidários conveniados com a Associação dos Jovens Empreendedores de Juá, e a Associação Comunitária do Bairro Cruzeiro, com valor de 1 bônus por 1 real. Estas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

01291

2
CACTOS

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificações na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e empreendimentos solidários conveniados com a Associação dos Jovens Empreendedores de Juá, e a Associação Comunitária do Bairro Cruzeiro, com valor de 1 bônus por 1 real. Estas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

00557

5
CACTOS

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificações na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e empreendimentos solidários conveniados com a Associação dos Jovens Empreendedores de Juá, e a Associação Comunitária do Bairro Cruzeiro, com valor de 1 bônus por 1 real. Estas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

00046

10
CACTOS

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificações na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e empreendimentos solidários conveniados com a Associação dos Jovens Empreendedores de Juá, e a Associação Comunitária do Bairro Cruzeiro, com valor de 1 bônus por 1 real. Estas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.



Ita (2008)
Banco Tremembé
Itarema, CE

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação nas aquisições de mercadorias e serviços em comércios e empreendimentos solidários conveniados com a Comunidade Indígena Tremembé de Almofala - CITA, com o valor de um bônus por um real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

0,50

00684

Cinquenta Centavos de **ITA**

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação nas aquisições de mercadorias e serviços em comércios e empreendimentos solidários conveniados com a Comunidade Indígena Tremembé de Almofala - CITA, com o valor de um bônus por um real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

1 **ITA**

01007

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação nas aquisições de mercadorias e serviços em comércios e empreendimentos solidários conveniados com a Comunidade Indígena Tremembé de Almofala - CITA, com o valor de um bônus por um real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

10 **MAS**

00050

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação nas aquisições de mercadorias e serviços em comércios e empreendimentos solidários conveniados com a Comunidade Indígena Tremembé de Almofala - CITA, com o valor de um bônus por um real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

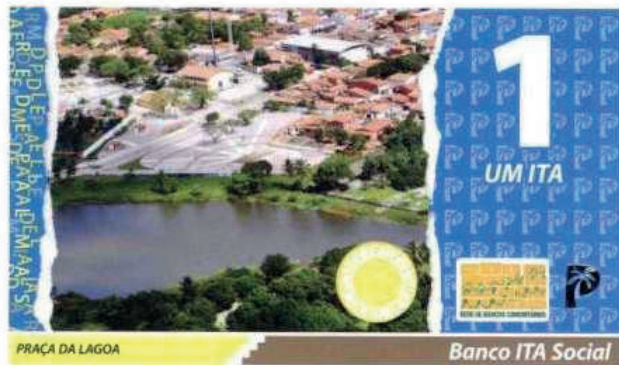
2 **MAS**

00509

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação nas aquisições de mercadorias e serviços em comércios e empreendimentos solidários conveniados com a Comunidade Indígena Tremembé de Almofala - CITA, com o valor de um bônus por um real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

5 **MAS**

00692



Ita (2011)
Banco Ita Social
Itaitinga, CE



Sol (2008)
Bansol
Madalena, CE



- **Maracanã**
Banco Paju (2006)
Banco Jaçana (2008)
Maracanaú, CE

00087

0,50

0,50

UM MARACANÁ

Esta unidade produzida a partir de tecnologia digitalizada por difusão. Ela só poderá ser utilizada para a aquisição de serviços com o AMAPV, com o valor de 0,50 reais por 1 Real. É feita especialmente para o atendimento ao cliente.

00072

UM MARACANÁ

Esta unidade produzida a partir de tecnologia digitalizada por difusão. Ela só poderá ser utilizada para a aquisição de serviços com o AMAPV, com o valor de 0,50 reais por 1 Real. É feita especialmente para o atendimento ao cliente.

00124

2

2

DOIS MARACANÁS

Esta unidade produzida a partir de tecnologia digitalizada por difusão. Ela só poderá ser utilizada para a aquisição de serviços com o AMAPV, com o valor de 1,00 reais por 2 Reais. É feita especialmente para o atendimento ao cliente.

00002

5

5

CINCO MARACANÁS

Esta unidade produzida a partir de tecnologia digitalizada por difusão. Ela só poderá ser utilizada para a aquisição de serviços com o AMAPV, com o valor de 2,50 reais por 5 Reais. É feita especialmente para o atendimento ao cliente.

00084

10

10

DEZ MARACANÁS

Esta unidade produzida a partir de tecnologia digitalizada por difusão. Ela só poderá ser utilizada para a aquisição de serviços com o AMAPV, com o valor de 5,00 reais por 10 Reais. É feita especialmente para o atendimento ao cliente.

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro.
Ele somente poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços no comércio e pessoas associadas com o Banco Empreendedores de Maranguape, com o valor de 1 bônus por 1 real.
Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

Pr\$ 0,50

00849

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro.
Ele somente poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços no comércio e pessoas associadas com o Banco Empreendedores de Maranguape, com o valor de 1 bônus por 1 real.
Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

Pr\$ 1,00

01848

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro.
Ele somente poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços no comércio e pessoas associadas com o Banco Empreendedores de Maranguape, com o valor de 1 bônus por 1 real.
Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

Pr\$ 2,00

00065

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro.
Ele somente poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços no comércio e pessoas associadas com o Banco Empreendedores de Maranguape, com o valor de 1 bônus por 1 real.
Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

Pr\$ 5,00

00385

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro.
Ele somente poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços no comércio e pessoas associadas com o Banco Empreendedores de Maranguape, com o valor de 1 bônus por 1 real.
Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

Pr\$ 10,00

00238

Tupi (2008)
Banco Ocards
Ocara, CE



Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele somente poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e empreendimentos solidários conveniados com a Associação Comunitária Ocarence de Comunicação e Cultura - ACOCC, com o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

T\$ 0,50

00624

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele somente poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e empreendimentos solidários conveniados com a Associação Comunitária Ocarence de Comunicação e Cultura - ACOCC, com o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

T\$ 1,00

01196

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele somente poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e empreendimentos solidários conveniados com a Associação Comunitária Ocarence de Comunicação e Cultura - ACOCC, com o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

T\$ 2,00

00690

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele somente poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e empreendimentos solidários conveniados com a Associação Comunitária Ocarence de Comunicação e Cultura - ACOCC, com o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

T\$ 5,00

00140

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele somente poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e empreendimentos solidários conveniados com a Associação Comunitária Ocarence de Comunicação e Cultura - ACOCC, com o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

T\$ 10,00

00162



Castanha (2008)
Banco Artpalha
Palhano, CE

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de beneficição nas aquisições de mercadorias e serviços em comércio e empreendimentos solidários convencionados com a Associação dos Artistas Palhanenses, com o valor de um fônus por um real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

00578

0,50
CASTANHA

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de beneficição nas aquisições de mercadorias e serviços em comércio e empreendimentos solidários convencionados com a Associação dos Artistas Palhanenses, com o valor de um fônus por um real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

01005

1
CASTANHA

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de beneficição nas aquisições de mercadorias e serviços em comércio e empreendimentos solidários convencionados com a Associação dos Artistas Palhanenses, com o valor de um fônus por um real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

01009

2
CASTANHAS

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de beneficição nas aquisições de mercadorias e serviços em comércio e empreendimentos solidários convencionados com a Associação dos Artistas Palhanenses, com o valor de um fônus por um real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

00692

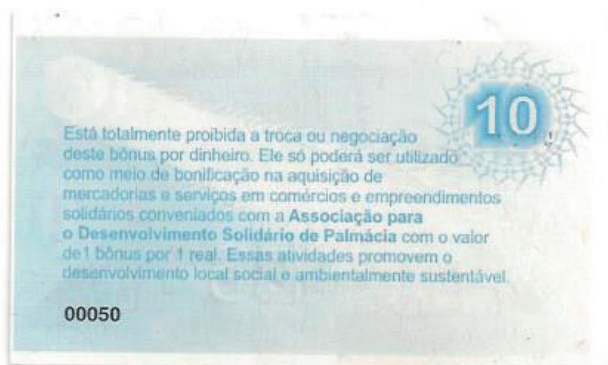
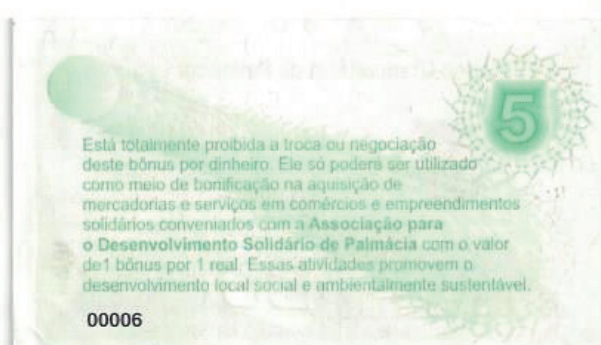
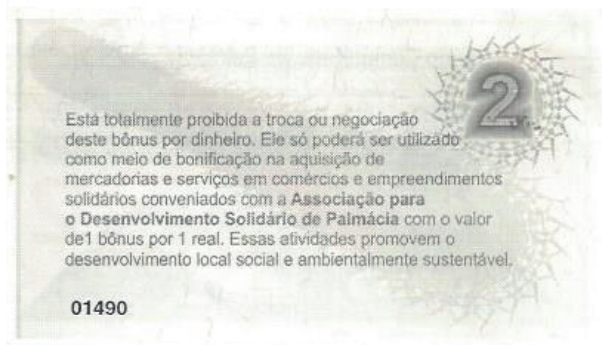
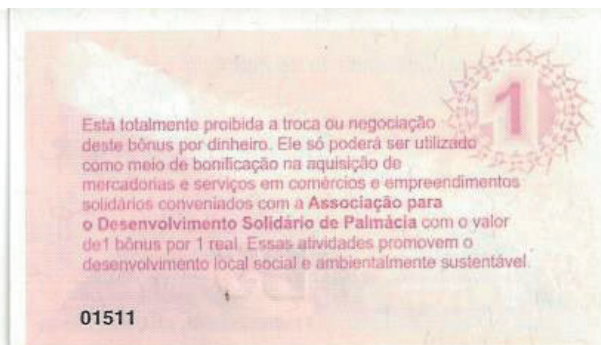
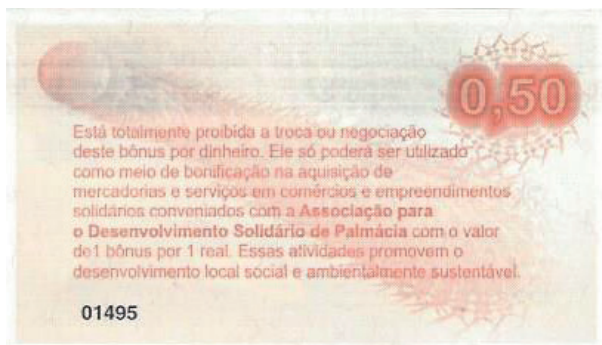
5
CASTANHAS

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de beneficição nas aquisições de mercadorias e serviços em comércio e empreendimentos solidários convencionados com a Associação dos Artistas Palhanenses, com o valor de um fônus por um real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

00292

10
CASTANHAS





Palmeira (2005)
Banco Serrano
Palmácia, CE



Santana (2005)
Banco Bassa
Santana do Aracá, CE

Paz (2007)
Banco Frei Diogo
Paramoti, CE





0,50
Cinquenta
Centavos de
Quinamuius



Algodão Colorido
Agroecológico

Quinamulu
Banco Comunitário de Tauá

Deus seja louvado

1,00
Um
Quinamuiiu



Mel de Abelhas

Quinamulu
Banco Comunitário de Tauá

Deus seja louvado

2,00
Dois
Quinamuius



Queijo de Coalho

Quinamulu
Banco Comunitário de Tauá

Deus seja louvado

5,00
Cinco
Quinamuius



Queijo da Poca
Santa Inês

Quinamulu
Banco Comunitário de Tauá

Deus seja louvado

10,00
Dez
Quinamuius

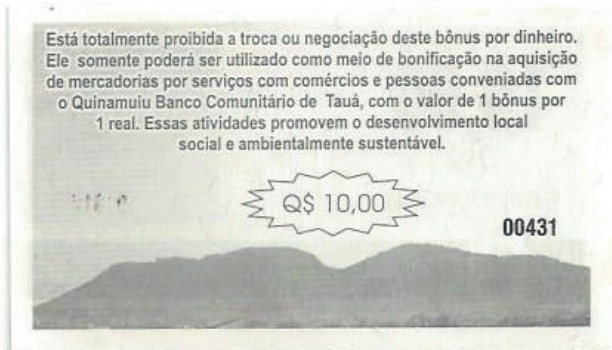
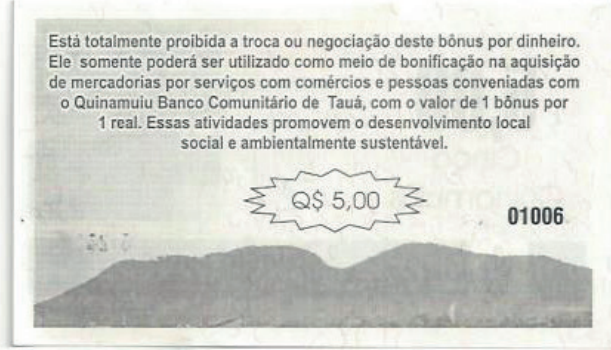
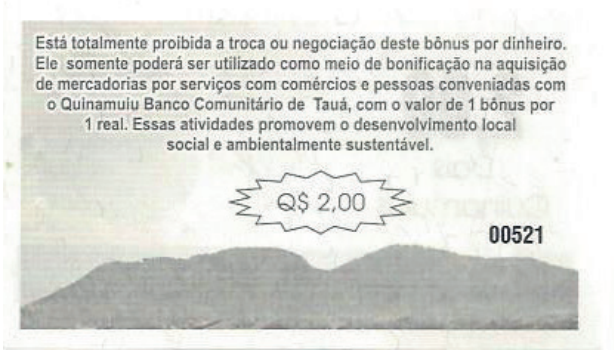
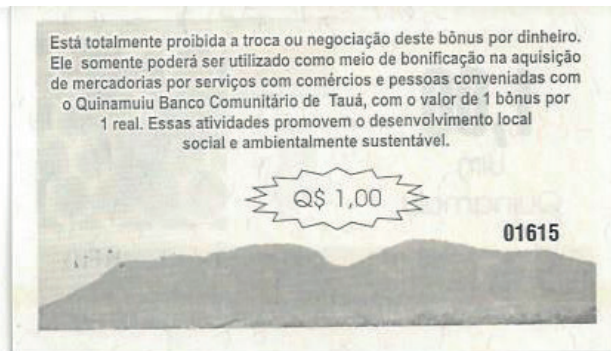
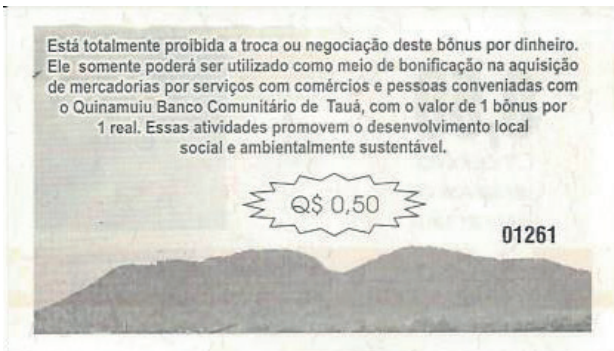


Croche Artesanal

Quinamulu
Banco Comunitário de Tauá

Deus seja louvado

Quinamuiu (2005)
Banco Quinamuiu
Tauá, CE





Par (2004)
Banco Par
Paracuru, CE



Índios Gitos
"Na sua cultura, o índio gito é considerado o mais bonito do Brasil"

Esta atividade propõe a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele somente poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas com o Banco Guaraniara de Desenvolvimento de Cinco Lagoas, com o valor de 1 bônus por 1 Real. Estas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.

BCDC 00019

1,00
 UM REAL

1b \$ 1,00

Capucho de Algodão
"Uma das produções de algodão"

Esta atividade propõe a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele somente poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas com o Banco Guaraniara de Desenvolvimento de Cinco Lagoas, com o valor de 1 bônus por 1 Real. Estas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.

BCDC 00019

0,50
 CINQUENTA CENTAVOS DE REIS

1b \$ 1,00

Lagoa Parque
"Lagoa e 1 Lagoa (Lagoa do Lagoa) no município de Remigio"

Esta atividade propõe a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele somente poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas com o Banco Guaraniara de Desenvolvimento de Cinco Lagoas, com o valor de 1 bônus por 1 Real. Estas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.

BCDC 00019

5,00
 CINCO REIS

1b \$ 1,00

Agricultura Familiar
"A Lagoa de Remigio possui uma das maiores áreas de agricultura familiar do Brasil"

Esta atividade propõe a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele somente poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas com o Banco Guaraniara de Desenvolvimento de Cinco Lagoas, com o valor de 1 bônus por 1 Real. Estas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.

BCDC 00019

2,00
 DOIS REIS

1b \$ 1,00

Coco Catolé
"Prato típico na culinária da cidade de Remigio"

Esta atividade propõe a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele somente poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas com o Banco Guaraniara de Desenvolvimento de Cinco Lagoas, com o valor de 1 bônus por 1 Real. Estas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.

BCDC 00019

20,00
 VINTE REIS

1b \$ 1,00

Maternidade dos Negros
"Primeira maternidade onde os negros tinham seus filhos na cidade de Remigio"

Esta atividade propõe a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele somente poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas com o Banco Guaraniara de Desenvolvimento de Cinco Lagoas, com o valor de 1 bônus por 1 Real. Estas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.

BCDC 00019

10,00
 DEZ REIS

1b \$ 1,00

■
Reis (2019)
 Banco Cinco Lagoas
 Remigio, PB



■
Margarida (2017)
Banco Maringá
Pombal, PB

0,50

Mandacaru

"Planta da família das cactáceas, arbustiva, xarófila, disseminada no semiárido brasileiro. A palavra mandacaru vem do Tupi: mādaka'ru ou iamanaka'ru, que significa "espinhos em grupo que fazem mal". O mandacaru representa a paisagem sertaneja."

Está totalmente proibida a troca ou negociação desta moeda social por dinheiro. Ela só poderá ser utilizada como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas ao Banco Comunitário de Desenvolvimento de Pombal com o valor de 1 Margarida por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambiental sustentável.

1b
\$1,00



1,00

Igreja e Cruzeiro

"É uma construção que data de 1721. Junto com sua Irmandade e Festa do Rosário, a Igreja é um verdadeiro monumento de beleza, riqueza histórica e religiosa no solo do sertão Pombalense."

Está totalmente proibida a troca ou negociação desta moeda social por dinheiro. Ela só poderá ser utilizada como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas ao Banco Comunitário de Desenvolvimento de Pombal com o valor de 1 Margarida por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambiental sustentável.

1b
\$1,00



2,00

Relógio

"É uma referência turística no Centro Histórico da Cidade de Pombal, sentinela das gerações pombalenses. Foi construída no ano de 1940 pelo Prefeito Municipal Francisco de Sá Cavalcanti."

Está totalmente proibida a troca ou negociação desta moeda social por dinheiro. Ela só poderá ser utilizada como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas ao Banco Comunitário de Desenvolvimento de Pombal com o valor de 1 Margarida por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambiental sustentável.

1b
\$1,00



5,00

Pontões, Reizado e Congo

"Pontões, Reizado e Congos foram criados por Manoel de Maria Cachoeira em 1895. Estão ligados a simbologia e aos festejos da Festa do Rosário de Pombal."

Está totalmente proibida a troca ou negociação desta moeda social por dinheiro. Ela só poderá ser utilizada como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas ao Banco Comunitário de Desenvolvimento de Pombal com o valor de 1 Margarida por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambiental sustentável.

1b
\$1,00



10,00

Rio Piranhas

"É a maior riqueza natural do município de Pombal. Resultado da junção do Rio Piancó com o Rio do Peixe, o Rio Piranhas foi perenizado a partir do ano de 1956, através do sistema Açude Estevão Marinho e Mãe D'água de Coremas-PB."

Está totalmente proibida a troca ou negociação desta moeda social por dinheiro. Ela só poderá ser utilizada como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas ao Banco Comunitário de Desenvolvimento de Pombal com o valor de 1 Margarida por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambiental sustentável.

1b
\$1,00





0,50 Cinquenta centavos de Tintim **0,50**



Está totalmente proibida a troca ou negociação desta moeda social por dinheiro. Ela só poderá ser utilizada como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas ao Banco Comunitário de Desenvolvimento de Lagoa de Dentro com o valor de 1 Tintim por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambiental sustentável.

Agricultura Familiar
Na visão de Hianny Vitória, Aluna da Escola Memino Jesus

1b

1,00 Um Tintim **1,00**



Está totalmente proibida a troca ou negociação desta moeda social por dinheiro. Ela só poderá ser utilizada como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas ao Banco Comunitário de Desenvolvimento de Lagoa de Dentro com o valor de 1 Tintim por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambiental sustentável.

Obelisco
Ruínas do Obelisco que serviu de base de observação durante a Segunda Guerra

1b

2,00 Dois Tintins **2,00**




Está totalmente proibida a troca ou negociação desta moeda social por dinheiro. Ela só poderá ser utilizada como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas ao Banco Comunitário de Desenvolvimento de Lagoa de Dentro com o valor de 1 Tintim por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambiental sustentável.

Antônio Mariano Filho (Antônio Pitota)
Um dos mais antigos sanfoneiros de Lagoa de Dentro

1b

5,00 Cinco Tintins **5,00**



Está totalmente proibida a troca ou negociação desta moeda social por dinheiro. Ela só poderá ser utilizada como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas ao Banco Comunitário de Desenvolvimento de Lagoa de Dentro com o valor de 1 Tintim por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambiental sustentável.

Lapinha
Uma homenagem a dona Maria Vicente da Silva (D. Maita), maior incentivadora da cultura da Lapinha em Lagoa de Dentro

1b

10,00 Dez Tintins **10,00**

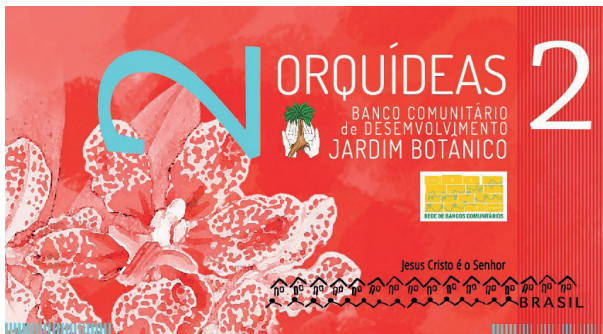


Está totalmente proibida a troca ou negociação desta moeda social por dinheiro. Ela só poderá ser utilizada como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas ao Banco Comunitário de Desenvolvimento de Lagoa de Dentro com o valor de 1 Tintim por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambiental sustentável.

A Lagoa
Lagoa que deu origem a cidade de Lagoa de Dentro

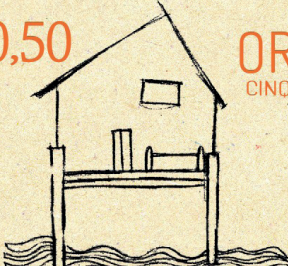
1b
\$1,00

■
Tintim (2016)
Banco Lagoa
Lagoa de Dentro, PB



■
Orquídea (2012)
Banco Jardim Botânico
João Pessoa, PB

0,50



ORQUÍDEA
CINQUENTA CENTAVOS

0,50

Está totalmente proibida a troca ou negociação desta moeda social por dinheiro. Ela só poderá ser utilizada como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas ao Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico com o valor de 1 Orquídea por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambiental sustentável.

CASA DA COMUNIDADE SÃO RAFAEL
Na visão de uma criança da comunidade.

1



ORQUÍDEA

1

Está totalmente proibida a troca ou negociação desta moeda social por dinheiro. Ela só poderá ser utilizada como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas ao Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico com o valor de 1 Orquídea por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambiental sustentável.

ANTÓNIO DOMINGOS
Um dos primeiros moradores da comunidade São Rafael.

2



ORQUÍDEAS

2

Está totalmente proibida a troca ou negociação desta moeda social por dinheiro. Ela só poderá ser utilizada como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas ao Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico com o valor de 1 Orquídea por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambiental sustentável.

5



ORQUÍDEAS

5

Está totalmente proibida a troca ou negociação desta moeda social por dinheiro. Ela só poderá ser utilizada como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas ao Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico com o valor de 1 Orquídea por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambiental sustentável.

COMUNIDADE SÃO RAFAEL
Visão aérea da comunidade situada na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

10



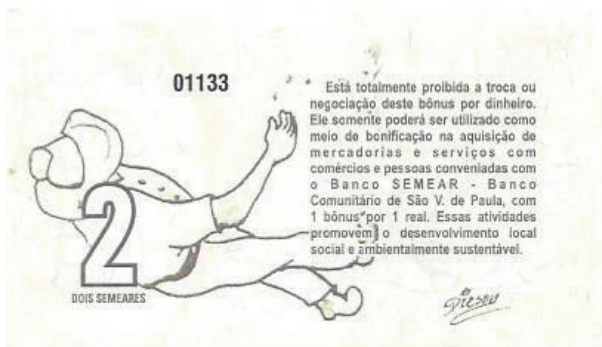
ORQUÍDEAS

10

Está totalmente proibida a troca ou negociação desta moeda social por dinheiro. Ela só poderá ser utilizada como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas ao Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico com o valor de 1 Orquídea por 1 Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambiental sustentável.

JARDIM COMUNITÁRIO
Construído pelos moradores da comunidade São Rafael, premiado o jardim mais bonito da cidade de João Pessoa.





Semear (2008)
Banco Semear
Parnaíba, PI

C\$ 0,50

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele somente poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas com o Banco dos Cocais - Banco Comunitário de São João do Arraial, com o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.

03744

Por favor, não utilize a Moeda Plástica Brasileira

C\$ 1

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele somente poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas com o Banco dos Cocais - Banco Comunitário de São João do Arraial, com o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.

06669

C\$ 2

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele somente poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas com o Banco dos Cocais - Banco Comunitário de São João do Arraial, com o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.

16976

C\$ 5

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele somente poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas com o Banco dos Cocais - Banco Comunitário de São João do Arraial, com o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.

02935

C\$ 10

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele somente poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas com o Banco dos Cocais - Banco Comunitário de São João do Arraial, com o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.

03357



Cajueiros (2010)
Banco Caju da Praia
Cajueiro da Praia, PI

Longá (2017)
Banco Retiro
Esperantina, PI

0,50 Centavos de Longá

Colégio David Caldas

Está totalmente proibida a troca ou negociação desta moeda social por dinheiro. Ela só poderá ser utilizada como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas ao Banco Comunitário de Desenvolvimento Retiro com o valor de 0,50 Centavos de Longá por R\$ 0,50 Centavos de Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambiental sustentável.

2 Longás

Pedra do Tapuio

Está totalmente proibida a troca ou negociação desta moeda social por dinheiro. Ela só poderá ser utilizada como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas ao Banco Comunitário de Desenvolvimento Retiro com o valor de 2,00 Longás por R\$ 2,00 de Reais. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambiental sustentável.

1 Longá

Cachoeira do Urubu

Está totalmente proibida a troca ou negociação desta moeda social por dinheiro. Ela só poderá ser utilizada como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas ao Banco Comunitário de Desenvolvimento Retiro com o valor de 1,00 Longá por R\$ 1,00 de Real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambiental sustentável.

10 Longás

Vaqueiro Centenário

Está totalmente proibida a troca ou negociação desta moeda social por dinheiro. Ela só poderá ser utilizada como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas ao Banco Comunitário de Desenvolvimento Retiro com o valor de 10,00 Longás por R\$ 10,00 de Reais. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambiental sustentável.

5 Longás

Ponte sobre o Rio Longá

Está totalmente proibida a troca ou negociação desta moeda social por dinheiro. Ela só poderá ser utilizada como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércio e pessoas conveniadas ao Banco Comunitário de Desenvolvimento Retiro com o valor de 5,00 Longás por R\$ 5,00 de Reais. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambiental sustentável.



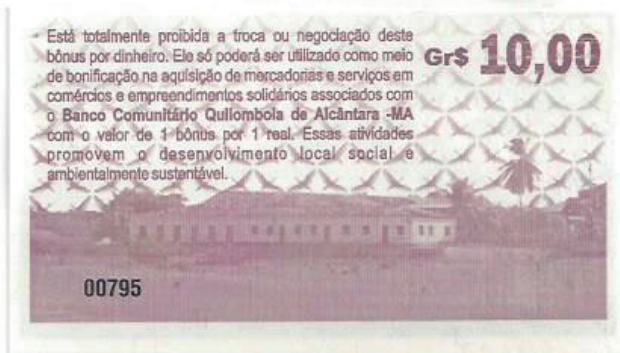
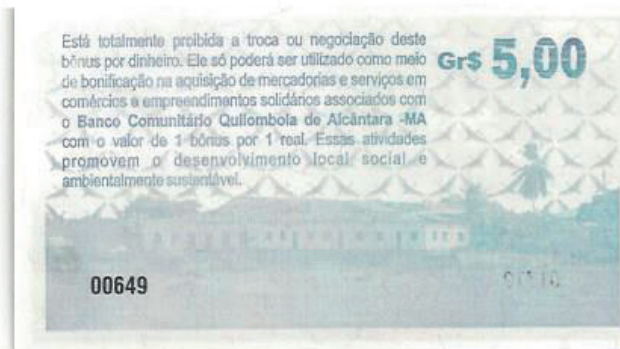
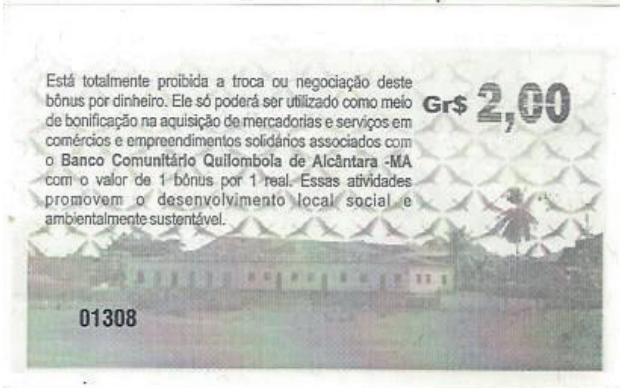


■
Marruás (2017)
Banco Marruás
Porto, PI



■
Opala (2012)
Banco Rede Opala
Pedro II, PI





Guará (2007)
Banco Quilombola
Alcântara, MA



Carnaúba (2013)
Banco Carnaubais
Carnaubais, RN

BANCO COMUNITÁRIO DE CARNAÚBAS
COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES E
AGROEXTRATIVISTAS DE CARNAÚBAS - COOPAFAC

ESTÁ TOTALMENTE PROIBIDA A TROCA OU NEGOCIAÇÃO DESTA MOEDA SOCIAL POR DINHEIRO. ELA SOMENTE PODERÁ SER USADA COMO MEIO DE BONIFICAÇÃO OU CUPOM DE COMPRAS NA REDE CONVENIADA AO BANCO COMUNITÁRIO DE CARNAÚBAS. SUA UTILIZAÇÃO VISA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO LOCAL, SOCIAL E AMBIENTAL SUSTENTÁVEL.

CINQUENTA CENTAVOS DE CARNAÚBA
03517

BANCO COMUNITÁRIO DE CARNAÚBAS
COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES E
AGROEXTRATIVISTAS DE CARNAÚBAS - COOPAFAC

ESTÁ TOTALMENTE PROIBIDA A TROCA OU NEGOCIAÇÃO DESTA MOEDA SOCIAL POR DINHEIRO. ELA SOMENTE PODERÁ SER USADA COMO MEIO DE BONIFICAÇÃO OU CUPOM DE COMPRAS NA REDE CONVENIADA AO BANCO COMUNITÁRIO DE CARNAÚBAS. SUA UTILIZAÇÃO VISA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO LOCAL, SOCIAL E AMBIENTAL SUSTENTÁVEL.

UMA CARNAÚBA
04517

BANCO COMUNITÁRIO DE CARNAÚBAS
COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES E
AGROEXTRATIVISTAS DE CARNAÚBAS - COOPAFAC

ESTÁ TOTALMENTE PROIBIDA A TROCA OU NEGOCIAÇÃO DESTA MOEDA SOCIAL POR DINHEIRO. ELA SOMENTE PODERÁ SER USADA COMO MEIO DE BONIFICAÇÃO OU CUPOM DE COMPRAS NA REDE CONVENIADA AO BANCO COMUNITÁRIO DE CARNAÚBAS. SUA UTILIZAÇÃO VISA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO LOCAL, SOCIAL E AMBIENTAL SUSTENTÁVEL.

DUAS CARNAÚBAS
15517

BANCO COMUNITÁRIO DE CARNAÚBAS
COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES E
AGROEXTRATIVISTAS DE CARNAÚBAS - COOPAFAC

ESTÁ TOTALMENTE PROIBIDA A TROCA OU NEGOCIAÇÃO DESTA MOEDA SOCIAL POR DINHEIRO. ELA SOMENTE PODERÁ SER USADA COMO MEIO DE BONIFICAÇÃO OU CUPOM DE COMPRAS NA REDE CONVENIADA AO BANCO COMUNITÁRIO DE CARNAÚBAS. SUA UTILIZAÇÃO VISA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO LOCAL, SOCIAL E AMBIENTAL SUSTENTÁVEL.

CINCO CARNAÚBAS
16517

BANCO COMUNITÁRIO DE CARNAÚBAS
COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES E
AGROEXTRATIVISTAS DE CARNAÚBAS - COOPAFAC

ESTÁ TOTALMENTE PROIBIDA A TROCA OU NEGOCIAÇÃO DESTA MOEDA SOCIAL POR DINHEIRO. ELA SOMENTE PODERÁ SER USADA COMO MEIO DE BONIFICAÇÃO OU CUPOM DE COMPRAS NA REDE CONVENIADA AO BANCO COMUNITÁRIO DE CARNAÚBAS. SUA UTILIZAÇÃO VISA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO LOCAL, SOCIAL E AMBIENTAL SUSTENTÁVEL.

DEZ CARNAÚBAS
18517



Gostoso (2013)
 Banco do Gostoso
 São Miguel do Gostoso, RN





Pureza (2016)
Banco Pureza
Cristalina, RN





Dunas (2012)
Banco Dunas
Aracajú, SE

Banco Dunas
Banco Comunitário de Barral dos Capangueiros

0,50
Centavos de Dunas

Esta totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços em comércio e pessoas conveniadas com a AMABARRE, com o valor de 01 (um) bônus por 01 (um) real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.

00693



Banco Dunas
Banco Comunitário de Barral dos Capangueiros

1,00
Uma Duna

Esta totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços em comércio e pessoas conveniadas com a AMABARRE, com o valor de 01 (um) bônus por 01 (um) real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.

00831



Banco Dunas
Banco Comunitário de Barral dos Capangueiros

2,00
Duas Dunas

Esta totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços em comércio e pessoas conveniadas com a AMABARRE, com o valor de 01 (um) bônus por 01 (um) real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.

00231




Banco Dunas
Banco Comunitário de Barral dos Capangueiros

5,00
Cinco Dunas

Esta totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços em comércio e pessoas conveniadas com a AMABARRE, com o valor de 01 (um) bônus por 01 (um) real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.

00245



Banco Dunas
Banco Comunitário de Barral dos Capangueiros

10,00
Dez Dunas

Esta totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços em comércio e pessoas conveniadas com a AMABARRE, com o valor de 01 (um) bônus por 01 (um) real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável.

00037



■ **Caeté (2017)**
Banco Dois de Julho
Caetité, BA

AB (2007)
Bandesb
Beberibe, CE

Castanha (2011)
Banco Rio Choro
Chorozinho, CE

Itapebussu (2008)
Banco Itapebussu
Maranguape, CE

Grão (2011)
Banco Buriti
Mauriti, CE

Serra (2008)
Banco Serra das Matas
Monsenhor Tabosa, CE

Econômico (S.I.)
Banco Econômico
Tauá, CE

Muçu Real (2015)
Muçubank
João Pessoa, PB

*Imagens não encontradas
(REGIÃO: NORDESTE)

8. INTERVALOS

8.1

TEÓFILO OTONI: AS LISAS E O E-DINHEIRO

A criação de um banco em Teófilo Otoni sempre foi um sonho de Padre Giovanni Lisa, missionário italiano que chegou em 1961 na Diocese da cidade mineira, onde permanece até hoje. Em 1984, após anos de trabalho nos bairros pobres do município, e entendendo que a melhoria de vida nas periferias só se daria a partir da organização popular, o religioso concluiu que precisava “ajudar o povo a se defender e a se organizar”. Assim, Giovanni Lisa, adepto da teologia da libertação, fundou a Associação Aprender Produzir Juntos (APJ) com o objetivo de acolher principalmente crianças e adolescentes em situação de exclusão social, política e econômica.

As gestoras da APJ e do Banclisa, Maria Soares¹, Lindaura Gomes Fernandes² e Lindayane dos Santos³, contam que na época da criação da associação, grande parte da população de Teófilo Otoni se encontrava numa situação marginalizada, impossibilitada de acessar bens de primeira necessidade, “fundamentais para o desenvolvimento físico, cognitivo, cultural e espiritual” (APJ, 2019); além disso, enfatizam que na década de 1980, o Estado não se fazia presente através das políticas públicas, “a não ser para pedir e barganhar a vida do povo através da compra sistemática do voto” (idem).

Foi então com o lema de que “somos mestres e alunos uns dos outros” e “não ter patrão, não ser patrão”, que a APJ iniciou um processo de transformação dos bairros da zona sul

1 Maria Soares está há 24 anos na APJ, e é a primeira tesoureira da associação; no início começou a fazer um trabalho de intercâmbio com as famílias no eixo educacional que a APJ atendia na Casa do Adolescente – é do vínculo familiar, visita os educandos para conhecer o meio social, a vida, para repassar para os educadores. Depois Soares, como é conhecida, foi para o eixo de economia solidária, que é o setor de desenvolvimento econômico, outra área de atuação da APJ. Hoje está focada no eixo administrativo da associação e do BCD.

2 Lindaura trabalha há 24 anos na APJ, atuando no eixo educacional da associação. Maria Soares e Lindaura são carinhosamente consideradas como “patrimônios da APJ”, e começaram quase juntas em 1995, com somente 15 dias de diferença.

3 Lindayane está há quase 10 anos na APJ; começou aos 17 anos como Jovem Aprendiz sendo secretária do eixo pedagógico do Pró-Jovem; depois passou para o setor financeiro e atualmente é integrante da coordenação geral do Banclisa.

da cidade, a partir de projetos de educação preventiva, formação profissional e na promoção do cooperativismo no Vale do Mucuri. Ao longo dos anos, operando primordialmente por meio de recursos vindos de organizações italianas, de parcerias com órgãos públicos e privados brasileiros e também com ocasionais doações solidárias, a associação chegou a fomentar 17 cooperativas – com quase 150 cooperados na região –, e também atendeu mais de 900 jovens em oficinas pedagógicas, através de ações como a Casa do Adolescente, que funcionou por quase 10 anos⁴. (APJ, 2019).

Assim, em 2008, ao conseguir um recurso de 100 mil reais do Fundo Rotativo de Crédito, onde 80 mil seriam destinados a fazer empréstimos para os produtores locais – e 20 mil era para poder pagar os funcionários –, veio a ideia de abrir um banco comunitário. Na época não foi só a população de Teófilo Otoni que foi beneficiada, mas mais de 30 grupos de economia solidária da região; desde hortas comunitárias, panificadoras, até associações de artesanato. Os grupos beneficiados do projeto tinham carência de devolução de 6 a 12 meses; e foi o retorno desse projeto que virou a carteira de crédito – o capital de giro – do futuro Banclisa.

Surgindo essa possibilidade, na ideia de criar um banco comunitário, houve uma primeira conversa interna entre os 14 associados⁵ da APJ. No segundo momento, depois de algumas definições logísticas, foram feitas reuniões com os “educandos”, isto é, com os adolescentes e seus familiares que participavam dos projetos da associação. Por fim, para o terceiro momento, as lideranças comunitárias foram convidadas para conversar, num encontro que incluiu as associações de moradores e representantes de outras entidades e ONGs que atuavam na região, como a Casa Nazaré e a Associação de Promoção à Vida (UAI Brasil).

Essa primeira mobilização sendo feita, a APJ entrou em contato com o Núcleo de Economia

⁴ Em 2008, o governo do Estado, durante a segunda gestão de Aécio Neves (PSDB), rescindiu um convênio de 22 anos para a realização do tempo integral administrado pela entidade APJ através do referido convênio com a Secretaria Estadual de Educação; num ato que a coordenação da APJ coloca como perseguição política.

⁵ São 15 associados junto com o Padre Giovanni, que é associado de honra.

Solidária (NESOL) da USP, via o projeto da SENAES, firmando uma parceria de apoio na implantação, junto ao Ateliê de Ideias, associação ligada ao Banco Bem, BCD de Vitória. As duas instituições fizeram então um acompanhamento no início e disponibilizaram dois agentes de crédito através do Banco Bem para a primeira etapa de funcionamento. O NESOL também enviou dois representantes para realizar o treinamento da equipe do Banclisa, preparando-os para gerir o valor inicial de 12 mil lisas, que seria impresso para circular na comunidade.

Iniciou-se assim a construção da moeda, que foi feita coletivamente, junto à comunidade, mais especificamente com um grupo de jovens que frequentavam a Casa do Adolescente da APJ. Lá foi proposto um desafio: de construir a imagem da lisa. A pergunta feita foi “o que vocês acham que seria importante colocar na moeda social da nossa comunidade?”; e várias ideias, desenhos e sugestões foram propostos – como o bicho-preguiça, algumas paisagens locais, pedras preciosas e outros elementos característicos da região. “Teve um que foi de um buraco, com Teófilo Otoni dentro dele, e um menino chutando uma bola que cai dentro do buraco (risos), porque aqui é rodeado de morro e a APJ é aqui dentro. Então eles fizeram a APJ dentro desse vale, igual a cidade. Eram vários desenhos”, lembra Maria Soares.

Um dos adolescentes fez então uma caricatura de Padre Giovanni Lisa. O desenho, que para Soares “ficou parecendo um ETzinho”, foi interessante não pelo traço simples, mas pela ideia em si: de colocar numa moeda que traria desenvolvimento local a figura do padre que melhorou as condições de vida daquele lugar e que, por isso, detém um carinho muito grande por parte da população.

Assim, foi feita uma votação e os presentes – participantes do Pró-Jovem Adolescente que funcionava na APJ, uma média de 300 jovens –, elegeram a caricatura. “Eu lembro como se fosse hoje, aquela multidão de gente lá”, sorri Soares. Depois desse processo, a proposta foi apresentada em assembleia às associações da comunidade, e elas reafirmaram a imagem do Padre Giovanni como a imagem de seu dinheiro; “pela história dele com essa comunidade, pelos benefícios que ele proporcionou – era justo homenagear. Então a comunidade respaldou”, complementa Lindaura. Como em todo processo democrático de voto, houve divergência entre os associados⁶ da APJ sobre o desenho escolhido. “Falavam ‘por que pôr rosto do Padre Giovanni’, justo Padre Giovanni, que nunca foi apegado a dinheiro vai colocar logo a foto dele no dinheiro”. Eventualmente, no entanto, as pessoas foram “abrindo o coração” e a moeda acabou aprovada, frente e verso⁷.

6 “Mas não foram todos os associados; uma associada que criou essa polêmica toda e falou ‘eu não uso essa moeda, eu nunca concordei com isso e tal’. Depois ela foi também secretária da SEDES regional e tinha a pasta da economia solidária na mão dela. E foi percorrendo a região toda que ela viu o encantamento das pessoas e foi também abrindo um pouco o coração. E hoje é uma das pessoas que defende e aonde vai fala ‘usa o lisa!’” (Soares)

7 As imagens do verso, do fotógrafo e ambientalista Ronil Vagner Araújo (conhecido como Paraíba), são dos bairros próximos do banco – o Frei Julho, o Eucalipto, o João XXIII e o Funcionários

A questão do nome também foi criado no coletivo, e a população também quis homenagear o religioso nessa frente. Assim, ao pensarem ‘qual vai ser o nome do nosso banco?’, a comunidade decidiu por um dos sobrenomes do padre, mas com um significado a mais. Veio então a ideia de fazer um acróstico com aquilo que representaria o novo banco. “Daí surgiu o Banco Comunitário de Liberdade e Inclusão Solidária Articulada – um nome bem grande, mas que encaixa o que queríamos e também encaixa todas as letras do sobrenome de Padre Giovanni, que é L-I-S-A”, conta Lindayane.

Com nome e imagens definidas, a construção desse projeto coletivo foi compartilhado com um designer, que, ao ver a caricatura desenhada, disse às gestoras que, por uma questão de resolução, a imagem ficaria desvalorizada após impressa. Assim, para manter a ideia original, o pessoal da APJ resgatou uma fotografia do aniversário de 80 anos do Padre Giovanni e enviou ao designer, resultando na imagem final da moeda, que foi lançada pouco tempo depois⁸.

+

Quando chegou a moeda foi uma febre com o pessoal, eles amaram, gostaram demais, mas não estava circulando. E pensamos gente, o que aconteceu, todo mundo gostou mas não tá circulando a moeda. Quando a gente foi investigar, a gente percebeu que as pessoas guardavam. Trocavam [no Banclisa] e guardavam na carteira e falavam ‘não, aqui é Padre Giovanni, é o meu guerreiro, é meu amuleto de sorte, não tem que sair não, tem que ficar na carteira que aí vai dar sorte’.

Por isso, a coordenadora do BCD relata que no primeiro momento de distribuição das moedas, houve um problema que configurava como “inadimplência”, justamente porque as pessoas não queriam gastar ou trocar: guardavam a lisa como santinho e não devolviam ao banco. “É tipo aquela crença de ter um dólar na carteira é ter sorte. Então a moeda lisa acabou virando isso também. As pessoas compram, mas eles fazem, por exemplo, um lastro de 100 e deixam uma moedinha na carteira, aí utiliza os 99”, afirma Lindayane.

–, os bairros da periferia de Teófilo Otoni. Lindaura fala que as fotos foram sugestão do comitê gestor da época, pela lisa ter delimitação territorial, circulando nos 14 bairros da zona sul. Daí Paraíba se ofereceu, “é uma pessoa que tem um carisma muito grande pela APJ, porque ele frequentou a associação, por ter sido menino de rua; até hoje é analfabeto, mas é inteligentíssimo, um dos poucos que salvaram. Por isso ele fez questão de fazer as fotos e faltou cair dos barrancos pra conseguir tirar as fotos bonitas”, lembra.

⁸ No lançamento da moeda, foi feito uma barraquinha de feijão tropeiro na Praça João XXIII, a 200 metros da sede da APJ, onde a compra da comida se dava somente com a nova moeda social. “Montamos um banco móvel, as pessoas faziam o lastro do real pelo lisa, para ter essa familiarização”, diz Soares.

Nesse meio tempo o Banclisa teve agentes de crédito e uma parceria firmada com a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), especificamente com a professora Grazielle Sucupira, que coordenou um projeto de extensão de 2014 a 2016, auxiliando na reorganização do Banclisa por meio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Vale do Mucuri. Assim, 10 estagiários do projeto *Finanças Solidárias no Vale do Mucuri*, junto com os agentes de desenvolvimento de crédito, fizeram um cadastro dos comerciantes locais; desde salão de beleza, açougue, papelaria, padaria, boteco.

Na época foi confeccionado também um bannerzinho que a gente colocou nos estabelecimentos [dizendo] 'aceita-se lisas'. Mas aí não deu pra gente fazer esse retorno, pra pegar o feedback, de quem usava e quem não. Quem chegasse querendo comprar em lisa, se aquele estabelecimento realmente recebia. Então a gente não deu conta de acompanhar porque o projeto foi de dois anos, depois renovou por mais um ano, mas aí reduziu [o pessoal], a gente só conseguia fazer no local, e não conseguia fazer o percurso inteiro.

Soares coloca ainda que os estagiários da UFVJM tinham atividades específicas, entre elas de fazer um diagnóstico de consumo da comunidade. “Nas visitas para fazer o diagnóstico, já sondavam para saber como estava funcionando o lisa”. Foi nesse sentido que foi feito a divulgação e a articulação da moeda social na região. Atualmente, no entanto, elas sentem que o processo todo foi muito fragilizado já que a comunidade em si foi se “renovando”: “muitas pessoas que foram daquele processo, que acompanhou desde o início a APJ, que era um conjunto de cooperativas, se mudaram ou faleceram – eram mais de 100 colaboradores que a APJ tinha, hoje nós somos 12. Então precisava fazer de novo, nesse momento, uma nova chamada”, enfatiza.

Isso porque “a comunidade é presente, mas é também ausente”, algo que “por falta de pernas” e colaboradores dificulta uma expansão adequada do Banclisa nos bairros. “A comunidade sabe da existência, mas é uma minoria que utiliza, por falta de recurso da gente difundir dentro da zona sul”, conta Maria Soares. Ela avalia que é uma questão de encontrar estratégias que viabilizem e façam circular esse outro olhar. “Talvez a gente não conseguiu descobrir ainda essas experiências que possam funcionar”: experiências que enfatizem a ação em rede, e que também deem visibilidade e credibilidade para aquela ação local. As gestoras concordam que seria preciso fazer também um novo trabalho de base com os comerciantes⁹, para avaliar a questão de agregar valores e a utilização da moeda ser compensatório para o consumidor, em relação aos valores das lojas do Centro, por exemplo.

Basicamente, as gestoras contam que o que tem sido feito foi mostrar vídeos produzidos na época da implantação nas reuniões de conselhos, nos fóruns de desenvolvimento local, e em outros blocos de economia solidária que o Banclisa tenta reunir para falar da moeda

⁹ Até o momento, são pouco mais de cem estabelecimentos cadastrados, somando o E-dinheiro e o lisa; alguns, no entanto, recebem somente pelo aplicativo e outros somente o papel-moeda.

social e das experiências no bairro e nas feiras.

Ao todo foram 12 feiras, todas funcionaram com a moeda social. E os videozinhos a gente tenta dar visibilidade, mas precisava de novo retomar. Essa massificação mesmo da moeda, e divulgar, porque são novas pessoas na comunidade. É aí que entra a falta de recursos. Porque tem que ter pessoal, tem que ter cartaz, tem que ter material para divulgação (...) falta de recurso e falta de pessoal é um dos nossos maiores gargalos. A gente já teve fomento pra isso, através da SENAES, mas depois de 2016 meio de extinguiu. (Lindayane)

Essa escassez é algo que também tem afetado outros bancos comunitários, fazendo com que muitos iniciassem um processo de migração para a moeda digital, especificamente para uma plataforma chamada E-dinheiro¹⁰, criada um ano antes do início dos cortes. É nesse aplicativo que os BCDs hoje buscam a saída para serem autossuficientes e estabelecerem uma independência financeira, sem depender de fundos e fomentos externos. Isso seria possibilitado por uma taxa de 2% paga pelo comerciante – um valor de débito – revertida para a manutenção da plataforma. “A ideia é fazer circular essa moeda para ter capital de giro no próprio banco; para poder fazer mais empréstimo, mais [recurso para] contratação de pessoas para tomar conta do banco em si, para fazer as visitas de agentes de crédito. Isso tudo precisa”, explica Lindayane. Pelas características de uso, a gestora avalia que, enquanto a lisa funciona melhor nos 14 bairros da cidade, o E-dinheiro possui potencial para acontecer na cidade toda; ainda mais por carregar parte do encantamento de “sorte” que a lisa tem.

[Mesmo com o e-dinheiro] o encantamento não para de existir, porque como a gente optou por manter a moeda social e a moeda eletrônica, o encantamento continua da mesma forma. Quando a gente traz a moeda eletrônica, a gente busca falar dela como “lisa e-dinheiro”, pra não desagregar. E aí quando as pessoas entram e veem o aplicativo elas ficam encantadas, falam ‘isso é revolucionário, isso é maravilhoso’; [porque] é fácil de mexer, é tranquilo, o aplicativo é muito didático mesmo pra quem tem mais dificuldade com tecnologia. Aí eles acham maravilhoso, mas é esse maravilhoso que a gente tem que pegar pra realmente utilizar.

Outro ponto importante é que o E-dinheiro facilita uma educação financeira, pela forma como o aplicativo permite visualizar de forma simples e clara os gastos da pessoa. “Ele já te dá essa lição”, explica Lindayane. “Não vem para poder tomar o seu dinheiro, mas sim para poder fortalecer”. Lindayane enfatiza que isso seria uma alavancada também para o

10 O E-dinheiro surgiu em 2015 através de uma empresa de Brasília chamada Moneyclip que foi criado em parceria com o Instituto Palmas o aplicativo E-dinheiro, plataforma que depois foi apresentado aos BCDs, que decidiram se uniram para comprar a plataforma; a plataforma do E-dinheiro hoje pertence à Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

próprio município, porque através do E-dinheiro, “a comunidade manteria a riqueza nela, algo que seria redistribuído dentro da própria cidade. Então a nossa riqueza vai estar aqui dentro, não vai sair.” O ponto forte, na visão da gestora, é que ser uma moeda eletrônica que contribui com o desenvolvimento local, sem perder as características do banco; já que vem para viabilizar a continuação das ações que, no atual panorama político, ficaram suspensas.

+

É, portanto a APJ, que sendo entidade de apoio e fomento do Banclisa, que dá a condição do banco ainda estar em funcionamento. Contudo, se o banco dependesse exclusivamente de políticas públicas, a situação seria diferente. Ao longo de quase 13 anos, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) foi de suma importância para o crescimento dos BCDs em todo país, muitos recursos tendo sido aplicados através de editais da secretaria nos empreendimentos solidários brasileiros. Com a falta desse recurso, escasso desde 2016 e inexistente desde 2019, cresceu a dificuldade. Todas as gestoras do Banclisa são unânimes ao enfatizar que o BCD de Teófilo Otoni só continua ativo por causa da associação APJ.

Em 2018, a partir do Fundo Nacional de Solidariedade da Cáritas Brasileira, foi feito um seminário¹¹ para a criação de uma Rede Mineira de Bancos Comunitários; um projeto¹² que visa tentar integrar as regiões do norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha com novos bancos em cidades como João Pinheiro, Coração de Jesus, Itambacuri, João Monlevade¹³ e a aldeia Maxakali de Ladainha; em comunidades que já tinham entrado em contato com o

11 O seminário realizado no ano passado foi de suma importância de acordo com as gestoras. “Não é fácil o poder público chegar e abraçar as causas sociais. Estamos aqui com um convênio que já está dois anos em andamento com a Prefeitura de Teófilo Otoni”; o prefeito petista Daniel Batista Sucupira foi gestor de cooperativas, é mestre em políticas públicas e foi diretor da APJ, “mas a gente entende que não é só o querer, embarga também nas leis, as leis não foram feitas para ajudar o pequeno, né. Não foram feitas realmente em prol da vida. Então é uma luta. A gente tá aqui há dois anos nessa amarração — fecha não fecha esse convênio, diz que vai, mas pula pro outro mês —, mas estamos remando contra as marés”. Apesar dos embargos, Teófilo Otoni passou a ter uma Secretaria Municipal de Economia Solidária (com dois funcionários); a segunda do estado de Minas Gerais, com a de Diamantina.

12 A APJ por ser entidade de apoio e fomento da economia solidária no Vale do Mucuri, desde 2018 até julho de 2019, percorreu 27 municípios do Vale do Mucuri levando a proposta da moeda social.

13 Em João Monlevade tem o BANPOPE (Banco Popular Do Pequeno Empreendedor), mas está prestes a fechar. Embora haja um recurso pequeno e apoio da Cáritas, os gestores do banco não conseguem mantê-lo aberto. Por isso, o BANPOPE foi incluído no projeto da Rede Mineira de Bancos Comunitários, já que até então não conseguiram organizar junto ao poder público e a população local a manutenção do banco popular. A solução, portanto, sugerida pelas gestoras do Banclisa, seria de migrar de Banco Popular para Banco Comunitário, algo que possibilitaria sua continuidade.

Banclisa, buscando orientação para a criação do BCD¹⁴. “São propostas que vemos que as pessoas estão começando a demonstrar um interesse por esse outro projeto de sociedade, que é um projeto popular, feito pelo povo e com o povo”, conta Maria Soares. Além disso, a equipe de Teófilo Otoni realizou também visitas aos bancos mineiros atualmente desativados: em Esmeraldas e em Chapada Gaúcha foram feitas reuniões com os antigos coordenadores e a população local para ver possibilidades de reabertura dos bancos Esmeralda e Chapadense, ambos parados há três anos.

Soares explica que a ideia seria reativar esses bancos e ter, assim quatro bancos funcionando em Minas Gerais. No entanto, com o fechamento da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), a falta de recurso é um complicador. Somado ao panorama do atual governo, em que a pasta foi diluída na Secretaria de Inclusão Social e Produtiva Urbana, também não há perspectivas de viabilização desses projetos de fortalecimento dos BCDs. Em nota¹⁵, a SENISP informou que no final de 2018, a extinta Subsecretaria de Economia Solidária do então Ministério do Trabalho tinha previsto a publicação de um edital de Finanças Solidárias, para selecionar novos projetos, e dar continuidade aos processos de maturação dos segmentos de finanças solidárias, por meio do apoio e fortalecimento de bancos comunitários e de Fundos Solidários. Mas, com os cortes orçamentários, não foi possível dar continuidade à ação.

Já em 2019, com as mudanças ocorridas na estrutura dos órgãos da Presidência da República – a eleição de Jair Bolsonaro –, dos Ministérios – a extinção do Ministério do Trabalho – e, por conseguinte, da Economia Solidária, esta pasta passou a integrar o Ministério da Cidadania¹⁶; e, até o presente momento, de acordo com a secretaria executiva do novo ministério, ainda não foi possível dar continuidade ao edital anteriormente elaborado, “até mesmo porque os cortes orçamentários continuam sendo um grande empecilho. Ainda, a atual estrutura de Departamento tornou a equipe da economia solidária ainda menor”, declaram.

O Ministério da Cidadania e a SENISP afirmaram que, apesar disso, estão elaborando o seu Planejamento Estratégico, onde o Departamento de Economia Solidária tem participado das reuniões, trazendo as suas temáticas para discussão; mas ao mesmo tempo, o órgão admi-

14 A APJ também tem dialogado com a Associação Comercial (CDL) de Teófilo Otoni para criar um segundo banco comunitário na cidade, no São Jacinto, bairro da região norte.

15 Nota enviada via e-Sic (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão) em 27.05.2019, em resposta a solicitação de informação sobre as ações da SENISP em relação aos BCDs.

16 De acordo com o Decreto 9.674, de 02 de janeiro de 2019, o Departamento de Economia Solidária integra a atual Secretaria de Inclusão Social e Produtiva Urbana (Senisp), da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social (SEDS), do Ministério da Cidadania. O diretor da pasta da Economia Solidária é o advogado e político gaúcho Alcindo Gabrielli (MDB).

te que “no presente, não há definições específicas quanto às finanças solidárias”. A secretaria também disse que todas as entidades que atuam no âmbito da Economia Solidária serão incluídas no Parceiros do Desenvolvimento Social, rede a ser efetivada no Progredir, plano de ações do governo federal para gerar emprego e renda e promover a autonomia das pessoas inscritas no Cadastro Único. “Acredita-se que a partir dessa ação outras oportunidades poderão surgir (atualmente, os eixos do Progredir são Empreendedorismo, Intermediação de Mão de Obra e Qualificação Profissional)”. O que se propõe, portanto, é no mínimo, uma contradição, já que gestores dos BCDs, e a própria Rede Brasileira de Bancos Comunitários, nega¹⁷ qualquer aproximação ou tentativa de diálogo com o novo Governo Federal.

+

Hoje o Banclisa compõe tanto a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, como o Banco Nacional das Comunidades¹⁸. A realidade de todos os bancos que compõem a rede é que a moeda social seja apenas um instrumento para trabalhar a questão da educação e da conscientização. “A gente pensa que ela é esse instrumento palpável, que as pessoas estão vendo, para gerar esse desenvolvimento econômico local. E vai chegar o momento que ela não vai precisar existir, porque a comunidade já entendeu o objetivo do uso dela. Mas hoje a nossa opção aqui, diferente de outros bancos, é usar tanto a moeda em papel quanto o aplicativo e-dinheiro”, relata Maria Soares.

Sempre teve a Cáritas que trabalhou com os fundos rotativos de crédito, e os BCDs sempre ficavam um pouco de lado. Então a APJ tem fomentado esse diálogo por entender que tanto os fundos, as trocas solidárias, as cooperativas de crédito, os bancos comunitários – esses quatro itens compõem o eixo da economia solidária, que são as finanças [solidárias]. “A gente realmente precisa contrapor esse sistema capitalista dessa forma, utilizando esses instrumentos que, para nós, são soluções – acessíveis, e que dependem também de nós exercitar hoje”, diz Lindayane. 285 pessoas são cadastradas no Banclisa – um número que tem aumentado gradativamente desde 2012 –, “imagina 285 pessoas utilizando o E-dinheiro ou a moeda social: faz uma revolução”.

17 Entrevista realizada em 25 de abril de 2019.

18 No 4º Encontro Nacional da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, realizado em novembro de 2015 em Fortaleza, criou-se a Associação Nacional de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, cujo nome fantasia é Banco Nacional das Comunidades. Trata-se de uma organização da Sociedade Civil, constituída em forma de OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), representativa do conjunto dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento. O Banco Nacional das Comunidades teria como função um amplo processo de esclarecimento e diálogo com os diversos territórios de atuação dos BCDs, instituições públicas e privadas, objetivando uma formatação final de suas finalidades e modo de funcionamento; facilitando assim os processos de implantação e continuidade. (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2015).

A moeda em papel, como ela é da região, acaba que não tem tantos ainda que utiliza, porque acaba mesmo que os bairros são mais distantes um do outro, mesmo que todos estejam na zona sul. Mas até chegar lá precisa da intervenção do agente. “É onde é que quebra as pernas nossas, porque não tem como a gente tomar conta desse projeto com essa intensidade”, lamenta Lindayane. Outra questão é que, a moeda funciona só como crédito de consumo, não como crédito produtivo. E, como as demais moedas sociais, não tem uma lógica de acumulação e lucro, como o Real. As gestoras, assim, contam que o que a população mais pergunta é se “isso aí rende um dinheirinho na poupança?”. As conversas que então seguem fazem parte de um trabalho de um despertar da consciência, segundo Maria Soares. “A gente já tem dentro da gente essa questão do capitalismo, que é engessado, então sempre quer lucrar. ‘Eu não vou por meu dinheiro aí não, eu não vou ter renda!’ Aí prefere ir para um banco convencional ou emprestar dinheiro a juros pra outro do que ser solidário”, lamenta.

Aí vem o caso do nosso trabalho de base que é de explicar que a partir do momento que você utiliza o e-dinheiro e a lisa em si e compra com ela no mercado, vai contribuir pro crescimento do seu bairro, da sua cidade; vai poder ajudar alguém que precisa a fazer um pequeno empréstimo. Essa conscientização é importantíssima para a pessoa entender esse outro modo de pensar. Um outro modo de comprar, de vender, de agir. É um trabalho para fazer entender como isso fortalece. É um sonho que às vezes pode parecer utópico. Mas se todo mundo abraçar, acreditar, pegar... Deslança fácil fácil. (Lindayane)

8.2 CHAPADA GAÚCHA: VEREDAS

Em fevereiro de 2009, a Fundação Banco do Brasil procurou a Agência de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável de Chapada Gaúcha (ADISC) para divulgar uma potente tecnologia social, que é o banco comunitário. Representantes da Fundação pediram para os agentes de desenvolvimento da ADISC organizarem uma reunião aberta com a população da cidade para que a proposta fosse apresentada; e, no boca-a-boca, um encontro foi marcado com a sociedade civil organizada, órgãos públicos e privadas, as ONGs atuantes na região e a população em geral. A reunião foi realizada, também, com a participação de representantes do Banco Palmas, incluindo Joaquim de Melo, que trouxe em sua fala o exemplo de outras possibilidades. Rosimeire Gobira, uma das agentes de desenvolvimento da época e gestora do então futuro banco, lembra a animação da população, mesmo que “na primeira reunião ficou entendido que antes de bater o martelo um estudo sócio-econômico do município seria feito, [para avaliar] se era viável ou não”¹⁹.

Foi então realizado o estudo e chegou-se à conclusão que parte da população de Chapada Gaúcha fazia suas compras e gastava seus salários nas cidades vizinhas de Arinos, São Francisco e Januária, que ficam respectivamente, 100 km, 130 km, e 165 km de distância do município²⁰. Rosimeire diz que isso era um grande problema, porque as pessoas recebiam seus salários, mas não havia nenhuma agência bancária na cidade. Assim, as empresas eram obrigadas a dar um dia de folga para o funcionário ir receber. “Ou juntava todos que tinham que receber e pagava uma pessoa pra ir e trazer o dinheiro, mas a maioria das vezes a pessoa ganhava a folga, ia [na cidade vizinha] e lá fazia suas compras de uma vez”, explica. Isso fazia com que o comércio local ficasse prejudicado, comprometendo consideravelmente o desenvolvimento econômico do município.

Dado o diagnóstico, cinco meses depois foi inaugurado o Banco Chapadense²¹ e sua mo-

19 Entrevista realizada 24 de setembro de 2019, em Chapada Gaúcha.

20 Na época ainda tendo o complicador de ser estrada de chão. Uma ida a Arinos, por exemplo, a cidade mais próxima à Chapada Gaúcha, levava quase três horas; hoje, a mesma rota em asfalto demora apenas uma.

21 O Chapadense contou com sete instituições parceiras: a Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha (parceira na implantação), a Rede Nacional de Bancos Comunitários e o Instituto Banco Palmas (parceiros na capacitação e na mobilização para sua implantação), o NESOL da

eda social – a vereda –, foi criada. Ao todo, foram três meses e quatro assembleias gerais realizadas junto à população para a definição da nova moeda local. O nome “vereda” foi uma escolha em homenagem à fauna da região, assim como ao próprio Guimarães Rosa. A divulgação das ações era no boca-a-boca: os agentes de desenvolvimento convidavam as entidades da cidade, que repassavam o convite aos seus frequentadores. “Então a gente convidava a Igreja e a Igreja convidava seus fiéis; as escolas que convidavam os alunos e assim ia”, explica Rosimeire. A gestora relata que a escolha das imagens foi feita da forma mais democrática possível. As perguntas feitas aos moradores que participavam das assembleias abertas, grande parte do processo de mobilização, eram quais valores deveriam aparecer e o que deveria ser usado como imagem. Assim chegou-se à conclusão dos temas²² da agricultura, pela força do agronegócio e da agricultura familiar na região.

Por fim, a votação das imagens aconteceu na Câmara dos Vereadores da cidade, tendo entre 40 a 50 pessoas participando na época. “A Câmara estava cheia. Pensa falar que vai criar um banco? Bando de louco, tava lotado!”

Nisso, definiu-se que as notas de 0,50 centavos e de 5 veredas seriam homenagens à agricultura de grande porte, com o trator e a semente de soja; por causa do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, do lado da cidade, a arara foi escolhida para a cédula de 2 e pés de vereda para a de 1. O gado na nota de 10, representaria a agricultura de pequeno porte e o brasão do município, na antiga nota de 10, representaria a cidade unida, como um todo. “Existiam outras imagens, mas a ideia sempre foi a mesma, era mais uma questão do formato mesmo”, afirma Rosimeire. Depois, para a divulgação do banco e da moeda, Rosimeire coloca que eram realizados eventos. “Fazia um evento, colocava o nome do banco, colocava a moeda como o principal viés de comercialização. E aí foi indo, a gente não teve muito trabalho — a gente tinha 28 comércios cadastrados”, representando quase todos os estabelecimentos da cidade.

Contudo, apesar de agora ter uma moeda criada, houve com um desafio inesperado de abrir as portas com zero capital. Rosimeire relata que naquela época foi feita uma proposta, junto à Fundação Banco do Brasil e o Instituto Palmas, de ter um fund (capital do banco) total de 60 mil reais para o Chapadense: uma informação que foi divulgada para a comunidade. “Fato é, que até hoje eu não entendo direito, que esse dinheiro não existiu. A gente não conseguiu esse dinheiro. A Fundação entrou com dois computadores, mesa, cadeira, mas nada de dinheiro. Então como é que você cria um banco sem dinheiro? Pior: como é que você faz uma reunião e fala que 60 mil vai cair para os empréstimos²³ e o dinheiro não cai? Então eu

USP, a Associação Comunitária Feminina (que cedeu o espaço físico) e a Fundação Banco do Brasil, que atuou na alocação de recursos e materiais como mesas e computadores. A gestão do BCD está sobre responsabilidade da Agência de Desenvolvimento Local criada em 2003, por lideranças e representantes da sociedade civil.

22 As imagens usadas são fotografias da cidade feitas pela equipe do Instituto Palmas.

fiquei numa situação lamentável”, lembra.

A agente de desenvolvimento diz que o que reverteu a situação e permitiu a abertura do Chapadense foi o fato de ter virado correspondente bancário do Banco do Brasil. A partir disso, a equipe do BCD, que contava com apenas três pessoas, se reunia para tentar pensar estratégias de pôr a vereda em circulação, mesmo não tendo dinheiro em caixa. A solução encontrada, que funcionou, foi a de realizar parte do pagamento dos funcionários da prefeitura em moeda social. “Tipo, a pessoa recebia 1000, 200 era em moeda social. Aí esse trem foi pegando, porque é melhor gastar a moeda social no meu município do que ir em Arinos. E as pessoas foram criando hábito”, recorda. Com o novo sistema em execução, em apenas um ano o Banco Chapadense já movimentava 12 mil veredas e em 2014 o BCD chegava a circular 350 mil por mês, tornando-se um dos BCDs com maior movimentação bancária da Rede Brasileira de Bancos Comunitários. “Hoje a gente tem um cofre topado de moeda velha e gasta, porque a vereda circulou mesmo”²⁴.

Com a alta adesão à moeda social, e com um teto de apenas 30 mil – que demandava irem para Arinos “esvaziar”²⁵ o cofre com frequência –, Rosimeire conta que após dois anos funcionando assim, conseguiram se juntar a um grupo empresários e produtores rurais de Chapada Gaúcha através do Empretec²⁶ do Sebrae, onde conversaram sobre a criação de um banco cooperativa. Assim, em março de 2011 o Banco Central autorizou a Constituição do

23 Os empréstimos em moeda social para consumo eram feitos para até 200 veredas sem juros; já o crédito produtivo era de até 5000 reais para pequenos empreendedores que queriam montar ou ampliar o próprio negócio. A análise para a efetivação do crédito era simples, apoiada na avaliação do cliente por meio de questionário avaliativo e feedback de pessoas próximas à mesma, seguida por um último aval do comitê de crédito da ADISC, responsável pela gestão do Chapadense.

24 A gestora lembra que “a moeda circulou tanto, mas tanto, que um dia um sargento da Polícia Militar me ligou e falou que tinha feito uma batida, uma vistoria de droga e encontrou uma nota de 10 veredas com uma menina; circulou tanto que foi parar na maconha”.

25 Rosimeire conta que “era de moto, era de caminhão, de carona. Sempre tinha um funcionário ou alguém amigo que levava o dinheiro pra gente e esvaziava. Ou a gente pegava alguém próximo, dava o dinheiro e pedia pra transferir pra nossa conta. Então a gente fazia isso para poder aliviar, se não o nosso sistema travava.”

26 O Empretec é um seminário que identifica, estimula e desenvolve o comportamento empreendedor, tendo como mote dinâmicas e práticas vivenciais que ajudam os participantes a aplicar os conhecimentos adquiridos. Durante seis dias, os empretecos – como são chamados os participantes – envolvem-se em jogos, exercícios e debates que os motivam a ter visão empreendedora, e que ajudam a aperfeiçoar habilidades de negociação e de gestão empresarial, dando mais segurança às decisões tomadas, bem como melhor planejamento, ampliando as chances de sucesso. (SEBRAE, 2019).

Sicoob Credichapada²⁷, com 67 sócios, sendo inaugurada no dia 06 de setembro do mesmo ano, com sede em Chapada Gaúcha, e atuação nos municípios de Urucuia, Pintópolis, São Francisco, Bonito de Minas e Cônego Marinho; para isso foram usados os dados do correspondente bancário para justificar ao BCB a viabilidade da criação da cooperativa de crédito na cidade por causa do movimento já existente. Com a abertura do Credichapada em 2011, outras duas agências bancárias foram abertas na avenida principal da cidade: uma do Bradesco e outra do Banco do Brasil, que ironicamente foi a última a ser criada.

A proposta, assim, seria de casar o banco comunitário com o correspondente bancário, algo que aumentaria a circulação da moeda, mas que não aconteceu.

Por que que parou de circular? Porque a gente parou com o correspondente. Quando veio a cooperativa de crédito, a cooperativa fez um estudo pra ver se podia receber dentro da cooperativa a vereda, mas não podia porque configura como câmbio. Então não dava para eles receberem lá. Aí veio o Banco do Brasil e a gente parou porque não tinha mais recurso para emprestar. O recurso que a gente tinha para emprestar vinha de projetos pequeninos que a gente fazia, mas mesmo assim a gente fez um monte de empréstimos, um monte mesmo; mas pequenos empréstimos tipo 50 a 200 veredas, e até 1000 para pequenos empreendimentos. E aí foi, foi, foi... Como entidade, não existe uma conta específica para o banco, não existia fundo para o banco, existia dinheiro para a entidade que a gente pegava e fazia empréstimo. E não era fundo, então a gente acabava usando e esse dinheiro teve que voltar. E aí acabou.

+

Uma última possibilidade de manter o Chapadense ativo, seria então adotar o recém-criado E-dinheiro. Rosimeire, que também compõe a diretoria da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, recorda que em termos de cenário nacional, foram realizados no final do governo Lula uma série de encontros com a finalidade de discutir formas de fortalecimento da ação em rede dos BCDs, o E-dinheiro sendo uma das principais estratégias propostas. Essa iniciativa, que surgiu em sua primeira versão em 2012, veio de um lugar em que, após quase uma década de ter o banco comunitário como política pública efetiva, questionava qual seria, de fato, o futuro da moeda social nas comunidades e a necessidade de reinventá-las dentro de seus territórios. Com o crescimento de transações e bancos digitais, a moeda social eletrônica era o próximo passo mais óbvio.

O primeiro teste, então, ocorreu no Banco Palmas em janeiro de 2012, e não deu certo. Os

27 Em 2017, a Cooperativa Financeira Sicoob Credichapada completou seis anos, tendo mais de 6000 cooperados. O banco ainda se encontra ativo na cidade. (SICOOB CREDICHAPADA, 2019).

pagamentos, que funcionariam via celular²⁸, ficaram inviáveis pela companhia telefônica não compreender o “espírito da coisa”, elevando os custos para os usuários. Na falta de afinidade com a empresa, o Palmas buscou então criar e desenvolver sua própria tecnologia. “Nasce então o PalmasLab, um programa que agrega projetos diversos voltados para a criação de novos produtos tecnológicos para facilitação da gestão do banco e, consequentemente, da moeda social” (RIGO, p. 238, 2014). Apenas dois anos após sua criação, o PalmasLab já tinha três aplicativos sendo implementados, feitos para facilitar o mapeamento da produção e do consumo e otimizar a gestão dos BCDs em geral.

O E-dinheiro, portanto, surgiu e foi aperfeiçoado nesse contexto, mas foi visto como uma estratégia controversa para alguns membros da Rede²⁹, inclusive para Rosimeire. “Cada comunidade tem um perfil. Eu não vejo o E-dinheiro como um perfil nosso.” Apesar disso, Rosimeire conta que o Banco Chapadense tentou trabalhar com a plataforma em 2016, mas por ser um aplicativo que, em sua visão, precisa de muito investimento em marketing e publicidade, para divulgar na cidade, não funcionou. “A gente não tinha esse dinheiro e a nível nacional conseguimos um apoio só de um ano, mas que era destinado ao pagamento de um funcionário para trabalhar no banco. Então não encaixou. Não estou dizendo que não funcione, por enquanto não é nosso perfil, mas pode ser que no futuro a gente use.” A questão principal seria convencer a população da legitimidade do sistema.

Os mais novos tudo bem, eles estão acostumados. Até no ‘Encontro dos Povos’ em 2016 a gente deu 3 veredas para as primeiras 100 pessoas que fizessem o cadastro, pra gastar lá no evento. Rolou. As pessoas gastaram, colocaram dinheiro também, mas não continuou. Porque o fato deles terem que vir ao banco para fazer o depósito complicou. Como também tem uma taxa que é cobrada, ficou inviável aos olhos da população. Tem que ter um entendimento muito bacana para que você use.

Assim, Rosimeire aponta que Chapada Gaúcha talvez não tenha se adaptado ao E-dinheiro por um conjunto de questões, envolvendo desde o fato de ser um aplicativo “abstrato” até a questão das cinco imagens — impressas nas notas da vereda — não aparecerem mais. “Talvez tem aquele entendimento de não-apropriamento; é isso que o pessoal sente: não se vê, então não é meu”. Entretanto, isso não descartaria a possibilidade de fazer uma outra tentativa, caso consigam reabrir o banco no futuro. Avaliando o que não deu certo, acredita

28 O chip seria associado a uma conta bancária e cada comerciante do Conjunto Palmeiras associado ao Banco Palmas teria um código. Campanhas seriam feitas para estimular o uso deste sistema, que estaria associado ao uso do papel moeda das Palmas. (RIGO, 2014).

29 Atualmente, dentre os 49 BCDs ativos (confirmados), 10 optaram por não adotar o E-dinheiro; estes sendo o BCD Caparáó, do Espírito Santo, os BCDs baianos Solidário, Casa do Sol, Dois de Julho, Amigos do Sertão, Ecoluzia e Ilhamar. O Banco Neuro, de Curitiba, não adotou o E-dinheiro, mas possui uma moeda digital própria, o e-Neuro.

que usar um cartão ao invés do celular pode funcionar; “o cartão é palpável”, até porque

o público mais idoso — e idoso já é depois dos 30 — tem a cabeça meio dura e quanto mais do interior, pior é. Isso aqui [as veredas] para entrar na cabeça de idoso que era dinheiro foi difícil. Falavam ‘isso não é dinheiro não’. Fala para o pessoal da zona rural que isso aqui é dinheiro, para eles não é. Então tinha um problema muito grande, que precisava ser trabalhado, precisava explicar para eles que era dinheiro, que se usasse a vereda ganharia desconto. Até que foram aceitando aos pouquinhos. Mas eu entendo que, [comparando com o e-dinheiro], há uma necessidade de pegar, de visualizar; [ver] que existe. Então o cartão facilita, o cartão é bacana.

+

A última circulação da vereda foi em 2016, mas sem movimento nenhum foi em meados de 2018. Por isso, a ideia é voltar a circular. Rosimeire conta que escreveu um projeto para a Fundação Casa, e que a resposta foi de que seria reavaliado no segundo semestre de 2019. “Tomara que seja aprovado. É um volume baixo, 16 mil reais, mas é um volume bacana porque a gente não trabalha mesmo com grandes empréstimos. E a gente tá tentando fazer uma parceria com a Caixa [Econômica Federal] como correspondente bancário, quem sabe a partir daí começa de fato a soltar de novo as moedas.”

Por isso, apesar das dificuldades, Rosimeire Gobira prefere pensar que o banco não fechou definitivamente.

A gente quer voltar a usar a moeda, a gente já tem um volume considerável, mas não sabemos como é que vai fazer se ela voltar a circular de novo do jeito que era porque ela acaba muito rápido e não é barato [imprimir]. Só que eu penso que uma coisa é desafio, né. Bota pra circular! Gastou? Caça o parceiro pra mandar fazer! Porque aí começa a ganhar mais visibilidade e a gente consegue achar parceiro. O duro é estar parado. E ainda tem a lógica nacional que vem baqueando. Mas a gente é um povo insistente, a gente não desiste, a gente acredita que vai voltar — com uma lógica talvez menor, mas vai voltar.

9. NORTES

ACRE
AMAPÁ
AMAZONAS
PARÁ
RORAIMA

Arco-Íris (2011)
Banco Vitória
Rio Branco, AC



Apuí (2011)
Banco Triângulo
Rio Branco, AC





Tucumã (2011)
Banco Liberdade
Manaus, AM





Liberdade (2011)
Banco Conquista
Manaus, AM



Puxirum (2011)
Banco Parintins
Parintins, AM



Ananin (2012)
Banco Paar
Ananindeua, PA

Açaí (2011)
Banco Miri
Igarapé-Miri, PA




Banca Comunitária PRACUUBENSE
 São José do Bonfim - Paraíba

Dez **10**
 Pracuibas




Banca Comunitária PRACUUBENSE
 São José do Bonfim - Paraíba

Cinco **5**
 Pracuibas




Banca Comunitária PRACUUBENSE
 São José do Bonfim - Paraíba

Dois **2**
 Pracuibas



10

Banca Comunitária PRACUUBENSE
 São José do Bonfim - Paraíba

DEZ

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele somente poderá ser utilizado como meio de aquisição de bens ou serviços em comércio ou empreendimentos solidários cadastrados na Banca Comunitária Pracuubense, sendo o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

Compre na nossa comunidade e promova o desenvolvimento local!

00000

5

Banca Comunitária PRACUUBENSE
 São José do Bonfim - Paraíba

CINCO

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele somente poderá ser utilizado como meio de aquisição de bens ou serviços em comércio ou empreendimentos solidários cadastrados na Banca Comunitária Pracuubense, sendo o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

Compre na nossa comunidade e promova o desenvolvimento local!

00000

2

Banca Comunitária PRACUUBENSE
 São José do Bonfim - Paraíba

DOIS

Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele somente poderá ser utilizado como meio de aquisição de bens ou serviços em comércio ou empreendimentos solidários cadastrados na Banca Comunitária Pracuubense, sendo o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

Compre na nossa comunidade e promova o desenvolvimento local!

00000

Pracuúba (2016)
 Banco Pracuubense
 Muaná, PA





Sabiá (2011)
Banco Paraíso
Jacundá, PA



Muiraquitã (2010)
Banco Muiraquitã
Santarém, PA
** feita de barro*

■
Moqueio (2009)
Banco Tupinambá
Belém, PA



*Imagens não encontradas
(REGIÃO: NORTE)

Forte (2012)
Banco Forte
Macapá, AP

Fazendinha (S.I.)
Banco Fazendinha
Macapá, AP

Centelha (2011)
Banco Farol
Laranjal do Jari, AP

Ariramba (2016)
Banco Ariramba
Barrerinha, AM

S.I. (S.I.)
Banco Boa Vista dos Ramos
Boa Vista dos Ramos, AM

Panair (S.I.)
Banco Colonial
Manaus, AM

Mauá (2015)
Banco Mauá
Manaus, AM

Nova Aliança (S.I.)
Banco Nova Aliança
Manaus, AM

Poraquê (S.I.)
Banco Poraquê
Manaus, AM

Caratateua (2013)
Banco Caratateua
Belém, PA

Cajú (S.I.)
Banco Cajueiro
Belém, PA

Castanha (2015)
Banco Castanheira
Belém, PA

Iaçá (2016)
Banco Rio Canaticú
Currealinho, PA

Mutirão (2011)
Banco Aldeinha
Gurupú, PA

Mari (2012)
Banco Mari
Marituba, PA

Aimorés (S.I.)
Banco Aimorés
S.I., PA

Patauá (S.I.)
Banco Tauense
Santo Antônio do Taua, PA

Pérolas (2012)
Banco Pérola de Mármore
Guajará-Miri, RO

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSTRUIR O SENTIDO DA PRÓPRIA EXPERIÊNCIA É AFIRMAR-SE COMO SUJEITO

Antes de mais nada, é preciso compreender o paradoxo da migração para o E-dinheiro, primeiramente de um ponto de vista do sujeito. Dentro dos empreendimentos solidários, vimos que é possível entender como os processos de subjetivação não são processos exclusivamente individuais, mas coletivos – sempre relacionais, geradores de formas de sociabilidade diversas, das quais o sujeito se constitui. É interessante, nisso, reforçar a relação das dinâmicas associativas e autogestionárias com a produção de subjetividade, partindo do princípio que existe um potencial emancipatório nas experiências de economia solidária por si só, por proporcionarem e mesmo demandarem maior envolvimento na gestão, criando uma cultura de participação e empoderamento do coletivo. (VERONESE, 2009).

Falando especificamente de uma questão representativa, esta implica um trabalho simbólico claro, que brota das inter-relações entre o sujeito, o outro e o mundo – e têm o poder de construir sentidos (JOVCHELOVITCH, 2004). Nisso, compreender o sujeito que se constitui nesses processos sócio-econômicos, no qual circulam discursos e práticas que valorizam autonomia, solidariedade e comunidade, é um ponto chave na discussão. Entende-se que essas ações geram novos processos de subjetivação num sentido emancipatório, considerando a emancipação como liberdade para criar territórios existenciais singulares através de coletivos potentes. Portanto, “entender o sujeito dentro da concepção e do projeto de emancipação significa, porém, pensá-lo e inscrevê-lo dentro de múltiplas possibilidades” (VERONESE, p. 157, 2009); algo que se sustenta não só nas novas dinâmicas econômicas – isoladas –, mas nos processos estéticos que iniciam e dão continuidade a elas.

Fica claro, nisso, como a existência dessas moedas têm mostrado outras possibilidades de interpretação; outras interpretações que entendem o papel-moeda não como algo estritamente econômico, mas como elemento múltiplo, integrante de algo socialmente construído – de um sistema político que é, acima de tudo, absolutamente estético. Assim como qualquer tipo de dinheiro, as moedas sociais são dispositivos que incorporam ideias, veiculam significados e, em contraponto ao seu lastro oficial, fortalecem práticas coletivas e dinâmicas que visam a garantia da produção solidária.

Sandra Jovchelovitch (2008), coloca que toda narrativa possui um enredo que liga sujeitos, contextos e objetos sociais; sendo instrumentos poderosos para gerar e analisar dados sobre sistemas representacionais locais. “As narrativas contêm história, contêm memórias e

perspectivas pessoais. Elas fornecem razões e explicações sobre o que está acontecendo e permitem a uma comunidade elaborar e redimensionar realidades passadas e presentes.” (JOVCHELOVITCH, p. 272, 2008). E essas narrativas, como a autora coloca, também projetam futuros – sendo estes futuros de continuidade ou de ruptura.

Mas como ficam essas narrativas, então, quando as imagens de ruptura das moedas sociais, deixam de circular? Quando a cédula é substituída por uma moeda virtual, que é o E-Dinheiro? Como vimos no capítulo anterior, embora seja uma forma de sobrevivência, ao manter o banco comunitário em funcionamento pelo marco regulatório que enquadra o E-dinheiro como um meio eletrônico de pagamento, e, no processo, fortalecer a ação em rede dos BCDs (pela recém-criada Rede de Bancos Digitais Solidários), ainda assim há uma perda da potência que é efetivamente desenhar, imprimir e comprar com uma moeda própria. O aspecto participativo, de reengajar na produção simbólica e reconstruir símbolos de valor, é algo que perde força. E para algumas comunidades, como a de Chapada Gaúcha, a retirada dessas dinâmicas pode ser algo determinante no desuso e eventual desinteresse pela moeda social. Mas ao mesmo tempo, em Teófilo Otoni, por exemplo, as demais ações no território, o fomento da APJ e o carinho por Padre Giovanni deram sustentação ao E-dinheiro, que circula, mesmo que timidamente¹.

Por esse lado, conforme tratamos no capítulo *Desidentificações*, como a questão política é uma questão estética e, vice-versa; e como, por isso, Bernard Stiegler opta por usar o termo estética “no seu significado mais amplo, em que *aisthesis* significa percepção sensorial e em que a questão da estética é, portanto, aquilo de sentimento e sensibilidade em geral” (STIEGLER, p. 1, 2014), quando pensamos em economia solidária e na metodologia de atuação dos bancos comunitários em seus territórios, essa percepção do Stiegler em relação à estética é extremamente pertinente.

¹ São experiências estéticas diferentes; mas ao atuar em rede, a individualidade da moeda daquele território se perde em parte. Há uma clara distinção feita por parte da população do bairro entre a Lisa e o E-dinheiro. E, de fato, nos estabelecimentos comerciais, a referência é “vou pagar no E-dinheiro”.

Isso porque a moeda social é essencialmente construída por elementos visuais vindos de um lugar de afeto. Há um cuidado em selecionar símbolos que remetem a uma percepção sensorial do território, linguística e imagetivamente. Mas há também um processo mais amplo de sensibilização comunitária. A questão política, como Stiegler coloca, é a relação com o outro num 'sentir-juntos', ou simplesmente, num ato de simpatia; "a política é a arte de assegurar a unidade do estado no seu desejo por um futuro comum (...), esse desejo assume um lugar estético comum: estar junto é se sentir junto. Uma comunidade política é, nisso, uma comunidade de sentimentos" (STIEGLER, p. 2, 2014).

Assim, mesmo que a imagem pareça chave no êxito da moeda social, talvez seja realmente possível pensar sua versão digital como algo igualmente emancipatório no campo sensível. E essa seria a preciosidade das moedas sociais: a ideia do ficar, da permanência, do permanecer; o quanto isso está ligado ao quanto eles circulam ou não, talvez não esteja relacionada necessariamente a uma permanência física, mas *sentimental*. O interessante é entender aqui que as moedas digitais são outro processo estético que acontece, outra forma de cena dissensual que paradoxalmente rompe – mais discreta e mais radicalmente com sistemas econômicos e seus discursos de representação.

Nas palavras de Joaquim Melo, do Banco Palmas,

a força da narrativa é muito forte. A narrativa, a história, a memória, a identidade é muito forte. Isso para nós é um valor. Então são três coisas que nós não podemos perder nunca: a memória – de onde nós viemos, o que nós somos –, a identidade e a autonomia. (...) Agora a identidade eu acho que tem que ser com o território, não pode ser com as coisas. O amor que eu sinto pelo Palmeira não é o papel, é o Palmeira, é o bairro, é o território. E eu acho que o imaginário é uma coisa muito forte que tem que ter nas pessoas – tá ligada à questão do prazer, da felicidade, da emoção. (...) Agora a moeda era um desses elementos e por necessidade ela teve que ser mudada para o digital. Mas na minha opinião não perde a identidade do bairro. (...) Então criar essa narrativa da identidade do local, do amor pelo local, este amor que valoriza o que é do local – não só os produtos, mas a cultura, os costumes, as tradições –, isso você pode fazer de várias formas. É claro que a moeda é uma delas também, mas eu não posso restringir toda a narrativa, a cultura, a identidade com o local só à moeda.

Fica claro, então, como não se trata somente de uma questão de perceber a centralidade da imagem na disputa política, mas também de perceber todo o imaginário como lugar dessa disputa. Na produção de sentido no processo de implantação de um banco comunitário mesmo digital, o nome ainda é um enunciado, uma função que continua fragmentando o tempo, sempre produzindo uma descontinuidade, isto é, uma desidentificação contínua com uma narrativa dominante. E essa descontinuidade ainda continua apontando para uma

multiplicidade – para as tensões dos discursos de consenso², talvez ainda mais radicais, pela não-imagem.

Rancière já colocou que não existe episódio, descrição ou frase que não carregue em si a potência da imagem³, “porque não há coisa alguma que não carregue em si a potência da linguagem. Tudo está em pé de igualdade, tudo é igualmente importante, igualmente significativo” (RANCIÈRE, p. 37, 2009). A moeda social física não é uma ação isolada na implantação de um BCD; no campo do sensível e na forma como seus elementos ocupam o espaço, desde a sede do banco, ao cartaz na vendinha até o uso da moeda pelo aplicativo E-dinheiro. Tudo é igualmente importante e significativo no sentido de que se complementam; são múltiplas ações estéticas de partilha cotidiana, e todas essas ações carregam em si uma potência – e função de permanência – daquela microtemporalidade no espaço.

Isso porque o grau de conectividade da moeda social é extremamente elevado, seja ela física ou digital. E é essa característica que promove sua durabilidade, desde que as ligações posteriores sejam de fato construídas e fixadas no território. Cláudia Bisaggio Soares (2009) tem esse entendimento, ao avaliar as potencialidades da moeda social a partir de três pontos: o fato dessa tecnologia social estimular a criatividade e o exercício político, ambos fundados num exercício da autonomia; o fato da moeda social promover, por não ser “cômoda”, o amadurecimento individual dos sujeitos que a usam; e, finalmente, o fato de que, nisso, ela incentiva criações e soluções coletivas.

A economista também aponta que geralmente, todas as experiências com moedas sociais são dinâmicas que estimulam olhar para questões éticas em padrões de desenvolvimento, e, por isso, impulsionam e encorajam a transformação desses espaços “tradicionais” em

2 Um dos pontos que Chantal Mouffe (2000) enfatiza é como o consenso numa sociedade democrática é, e será sempre, a expressão de uma hegemonia e da cristalização de relações de poder. O que é um problema. “A fronteira que estabelece entre o que é e o que não é legítimo é política e, por esse motivo, deve permanecer contestável” (MOUFFE, p. 49, 2000). A cientista política argumenta que negar a existência de tal momento é naturalizar o que deveria ser percebido como uma contingente e temporária hegemonia na articulação dos sujeitos através de um regime particular de inclusão-exclusão. “O resultado de tal operação é reiterar a identidade das pessoas, reduzindo-a a uma de suas muitas formas possíveis de identificação” (idem).

3 O filósofo francês entende que a imagem não é uma exclusividade do visível, pois há visíveis que não produzem imagens; “há imagens que estão todas em palavras”. (RANCIÈRE, p. 15, 2012). Essa afirmação é muito interessante quando consideramos a migração da cédula para o E-dinheiro. Se temos um processo que, até então resulta na criação coletiva de uma a dez imagens, este é um regime mais comum da imagem, em que uma relação do dizível e do visível são postos em cena, onde há uma relação que joga com analogias e dessemelhanças. Rancière deixa claro que essa relação não exige que o visível e o dizível estejam materialmente presentes. “O visível se deixa dispor em tropos significativos, a palavra exhibe uma visibilidade que pode cegar”. (idem).

lugares de solidariedade; que por si só, germinam novas racionalidades políticas e econômicas. E são esses novos valores que determinarão novos limites – as potencialidades estando ligadas à capacidade de articulação dessas novas narrativas no território. Assim, o que Soares ressalta, reforçando o que foi tratado nos capítulos anteriores, é como “apenas a alteração do instrumento monetário em si não é capaz de determinar o mundo social ou mesmo o econômico de que se desfruta, o que, ao contrário, pode ocorrer na interação estabelecida com o dinheiro ou por meio dele” (SOARES, p. 258, 2009). É preciso agir em conjunto, em rede, e no espaço.

Por isso a importância de um trabalho constante de sensibilização comunitária, e voltado especialmente para aqueles que não participam no dia-a-dia das atividades do banco como gestores. Genauto Carvalho de França Filho (2013), coordenador do ITES da UFBA, indica como a sensibilização pode ser vista como um processo de capacitação da população, para conseguirem se adaptar aos novos “princípios” propostos. Assim, os bancos precisam ser, acima de tudo, “escolas de formação onde se aprende a ser cidadão de forma mais ativa, criando (...) gente organizada, opinando e decidindo sobre o futuro da comunidade” (MELO NETO e MAGALHÃES, p. 16, 2006). É por isso que o banco comunitário precisa estar constantemente trabalhando o sensível, seja através de cartilhas, vídeos, redes sociais, campanhas ou oficinas, é preciso manter-se presente no território, de forma que a “capacitação” não seja fragilizada.

Nisso, é importante colocar que essas experiências acontecem numa escala extremamente micro. Teófilo Otoni, por exemplo, atende pouco mais de 200 pessoas via o Banclisa; nem 0,15 % da população da cidade, de quase 142 mil habitantes. Assim, até por sua atuação concentrada nos bairros da zona sul do município, muitos moradores desconhecem⁴ a existência do banco comunitário e da moeda social. Dentre os moradores que residem no bairro e conhecem a moeda, há uma espécie de apreensão em relação ao seu uso: uma desconfiança, inclusive em relação à própria gestão do Banclisa e da APJ, algo que impede sua disseminação. As indagações mais frequentes, no entendimento que trata-se de uma simples troca pelo real, é por que usar a lisa, e qual seria o ganho “real” de quem usa.

Joana Louback, uma das diretoras da associação e do BCD, apontou em entrevista, sobre como o banco comunitário – e ações de economia solidária em geral – são como uma ilha. Há um isolamento claro, não entre um banco e outro, mas entre o banco e a cidade onde está inserido. Mesmo dentro do bairro onde atua, como em Teófilo Otoni, é preciso fazer um trabalho constante de rememoração no espaço e contestar o discurso altamente resistente que é o capitalismo. Trata-se de um esforço cotidiano, de um árduo trabalho de con-

⁴ Também há um desconhecimento em relação às outras experiências brasileiras com a moeda social. A descrença de que a moeda alternativa funciona e circula em outros territórios, como a famosa Palma, em Fortaleza, revela o quanto que o sucesso da moeda social depende de ações cotidianas, e, mais importante, de uma circulação diária no espaço; para firmar-se não só no comércio local, mas no imaginário dessa população.

tracultura. É preciso confrontar e tentar desconstruir mentalidades, perspectivas e práticas naturalizadas pela narrativa dominante diariamente; um esforço pedagógico, que, se não for constante, permite que o discurso original se estabeleça novamente; e a experiência até então seja configurada como fracasso.

É nessa linha que a utilização da moeda social pode ser comparada ao que Soares chama de um grande “laboratório”: por trazer experimentações de outras relações, racionalidades e sociabilidades. E são nessas questões do qual resultam experimentações de alternativas, de tentativas de reverter o que foi historicamente negado e socialmente condicionado. Desse processos, assim, “decorrem vivências, aprendizados e exemplos de outras formas de existir, de organizar a divisão social de poder (...). Ao integrar-se um projeto de tal natureza, desmistifica-se a moeda nacional e percebem-se as relações econômicas tradicionais como um exercício de poder” (SOARES, p. 259, 2009).

São dinâmicas, portanto, que tornam claro o que Rancière quer dizer quando aponta que a democracia é, em primeiro lugar, uma condição paradoxal⁵ da política. E, mais importante, que a democracia não é nem a forma de governo que “reina” em nome do povo, nem a forma de sociedade regulada pelo poder econômico. A democracia é “a ação que arranca continuamente dos governos oligárquicos o monopólio da vida pública e da riqueza a onipotência sobre a vida” (RANCIÈRE, p. 121, 2014).

Por isso, sendo físicas ou digitais, as moedas sociais ainda proporcionam um conhecimento estético – e logo político – sobre o mundo, algo que implica também um poder de agir sobre ele⁶. O método de fabricação de um modelo da complexidade do mundo real, como é o processo criativo das moedas sociais, é ao mesmo tempo um modo de ganhar poder de ação sobre este mundo. A forma como o sensível opera nessas tecnologias sociais age mais

⁵ Como Chantal Mouffe (2000) também aponta que é uma questão de visualizar essa articulação como algo que resulta numa configuração paradoxal que possibilita perceber a tensão entre as duas lógicas distintas de maneira positiva, ao invés de vê-la como uma contradição destrutiva. O que a pensadora belga sugere é reconhecer o paradoxo e como ele permite um entendimento da real força da democracia, pois a tensão seria algo que possibilitaria uma relação não de “negociação”, mas de contaminação; no sentido de que uma vez efetivada a articulação dos dois princípios – ainda que de maneira precária –, cada um deles muda a identidade do outro” (p. 10, 2000). Isso resultaria no que Mouffe chama de regimes de identidades coletivas; isto é, regimes que possibilitam uma forma pluralista de coexistência humana – uma prospecção bastante interessante quando olhamos para formas de gestão e governança nos BCDs.

⁶ Beatriz Sarlo (2007), em *Tempo Passado*, entende essa concepção, apontando que a estética tem condições de iluminar o que nos cerca de modo mais imediato “contanto que desvie a percepção do seu hábito e a arranque do solo tradicional do senso comum.” Sarlo segue dizendo como a condição de um conhecimento pleno dos objetos e do real é justamente o questionamento do que é considerado “costumeiro”, isto é, aquilo que, por ser encoberto pela familiaridade, é ignorado.

do que representa, produz um corpo em relação construtiva com os fluxos políticos, econômicos e estéticos que as atravessam. Parafraseando o geógrafo Ricardo Baitz: o público não é dado, é produzido. E é produzido por todos⁷.

*

Elane Abreu (2012) coloca que “é no despertar das possibilidades abafadas que se pode mudar o presente e libertar o futuro que o passado não teve”. E essas possibilidades significam ver outros caminhos e significados, ver aberturas, rastros e brechas de outras constituições possíveis. A moeda social, aqui, se constitui como um símbolo de legitimidade de mobilização – um símbolo de reconhecimento de uma prática coletiva, de um valor. A função instrumental, que é essencialmente o aumento do consumo local, só se realiza se uma função simbólica for cumprida, isto é, se houver legitimidade da prática empreendida no território. O papel instrumental sendo cumprido, resta à moeda social cumprir seu papel simbólico e político. (RIGO; FRANÇA FILHO, 2017).

Criar e apropriar-se de algo que nos domina é, portanto, um ato político radical. “O processo de criação da moeda e sua gestão representam a soberania do território em contraponto à soberania estatal, que exerce o direito exclusivo de criar moeda, quanto à soberania mercantil, que reduz a moeda à função de meio de troca.” (RIGO; FRANÇA FILHO, p. 191, 2017). O valor da moeda social, assim, está atrelado ao símbolo do território impresso na imagem e falado no nome, que traduz a memória do lugar e a confiança depositada na “instituição” emissora – eles mesmos –, e propõe estabelecer outros modos de existência: de viver em um outro mundo no próprio mundo presente. Em outras palavras, não se trata de lutar para alcançar o “poder”, mas sim de criar a comunidade no presente que possa servir como projeção da comunidade que virá.

O possível aqui não é mais inalcançável, há sem dúvida a produção de uma outra possibilidade de cotidiano, de pensar o afeto e a solidariedade como propulsores dessa outra realidade – e de uma moeda que tem essencialmente a emancipação como lastro.

7 A preciosidade, assim, se inicia num processo criativo como uma prática discursiva e emancipadora de narrativas, que representa a ideia de uma cultura translocal; de um mundo conectado, mas não homogêneo. James Clifford propõe o estudo da coletividade de alteridades numa dimensão do deslocamento e não na observação de um território delimitado e fechado sobre si mesmo. Embora as moedas sociais sejam geograficamente restritas, elas compõem uma rede de relações que tem a sua base na multiplicidade. Para Clifford, a noção de identidade é entendida “não como uma fronteira a ser defendida, mas como uma rede de relações e transações no qual o sujeito está ativamente comprometido, o espaço em questão se tornando um nexo dinâmico de enunciados e perspectivas. Passa a inexistir um lugar privilegiado, de onde ‘se vê mais e portanto melhor’”. (MARQUEZ, p. 68, 2009).

REFERÊNCIAS

APJ – APRENDER PRODUZIR JUNTOS. *Quem somos*, 2016. Página inicial. Disponível em <http://apjuntos.org.br/> Acesso em 02.12.2019

AUGÉ, Marc. *As formas do esquecimento*. Almada: Íman Edições, 2001.

BASTOS, Camila, MAGALHAES, Felipe Nunes Coelho, MIRANDA, Guilherme Marinho, SILVA, Harley, TONUCCI, João Bosco Moura, CRUZ, Mariana de Moura, VELLOSO, Rita de Cássia Lucena. Entre o espaço abstrato e o espaço diferencial: ocupações urbanas em Belo Horizonte. IN: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. RECIFE, V.19, N.2, pp. 251-266, 2017.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida a crédito: conversas com Citlali Rovirosa-Madrado*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BOMFIM, Alexandre Mesquita Silva. *Em busca do imaginário espacial: uma articulação entre Castoriadis e Lefebvre*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRAZ, Juliana de Oliveira Barros. *Os dilemas de se estar no fio da navalha: a experiência do Banco Palmas e suas práticas cotidianas*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de São Paulo, 2014. Tese de Doutorado. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-28112014-163453/pt-br.php>. Acesso em 15.07.2019.

CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

CARDOSO, Felipe Saluti. *Formas alienadas da produção: destruição criativa e produção destrutiva*. Geosp – Espaço e Tempo, v. 22, n. 3, p. 572-590, dez. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/138601>. Acesso em 23.08.2019.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas - o Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CATTANI, Antonio David. Emancipação Social. In. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro (Org.). São Paulo: Almedina, 2009.

CROGAN, Patrick. *Bernard Stiegler: Philosophy, Technics, and Activism*. In. *Cultural Politics*, vol. 6. Oxford: Berg, 2010. Disponível em <https://read.dukeupress.edu/cultural-politics/article/6/2/133/8008/Bernard-Stiegler-Philosophy-Technics-and-Activism>. Acesso em 18.11.2019.

DINIZ, Sibelle Cornélio. *Do precário ao plural: realidades e possibilidades da economia popular no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2016. Tese de Doutorado. Disponível em <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-A9EFP5>. Acesso em 10.11.2019.

DOWBOR, Ladislau. *Democracia econômica: alternativas de gestão social*. Petrópolis: Vozes, 2008.

DOWBOR, Ladislau. *O que é poder local?* Imperatiz, MA: Ética, 2016. Disponível em http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/Dowbor_Poder-Local-portal.pdf. Acesso em 15/07/2019.

E-DINHEIRO BRASIL. *Rede de Bancos Digitais Solidários*. 2016. Página inicial. Disponível em <http://edinheirobrasil.org/e-dinheiro-numeros/>. Acesso em 02.12.2019

ESCOBAR, Arturo. *En el trasfondo de nuestra cultura: la tradición racionalista y el problema del dualismo ontológico*. In: *Revista Tabula Rasa*, n. 18, pp. 15-42, 2013.

FITZPATRICK, Noel. *Symbolic misery and aesthetics - Bernard Stiegler*. *Proceedings of the European Society for Aesthetics*, vol. 6, 2014. Disponível em <https://arrow.dit.ie/gradcamart/1/>. Acesso em 10.05.2019.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. *Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD's) como expressão de finanças solidárias: por uma outra abordagem da inclusão financeira*. Fortaleza: Arte Visual, 2013.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. *Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais*. Bahia - Análise & Dados, Salvador - Bahia, v. 12, n. 01, p. 09-19, 2002.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; SILVA JR, Jeová Torres. Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD). In CATTANI, Antonio David et al. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. São Paulo: Almedina, 2009.

GAGE, Mark Foster (org.). *Aesthetics Equals Politics: new discourses across art, architecture and philosophy*. Cambridge: The MIT Press, 2019.

GARCIA, Armando. *Moedas comunitárias brasileiras (Notafilia)*. Outubro de 2009. Disponível em <http://www.complementarycurrency.org/ccLibrary/Notafilia>
Acesso em 20.11.2017

GINZBURG, Jaime. A interpretação do rastro em Walter Benjamin. In: SEDLMAYER, Sabrina e GINZBURG, Jaime (Orgs.) *Walter Benjamin: rastro, aura e história*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012. p. 107-132.

GRELET, Stany, LEBRE, Jerome, WAHNICH, Sophie. Insistências Democráticas. *Entrevista com Michel Abensour, Jean Luc Nancy e Jacques Rancière*. IN: Revista de Filosofia Princípios. V. 19, N. 32. Julho/Dezembro 2012. p. 517-538.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1996.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. *O enigma do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. *Neoliberalismo como destruição criativa*. InterfacEHS Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, v.2, n.4, Tradução, ago 2007. Disponível em <http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/trad-2007.pdf>. Acesso em 20.07.2019.

INSTITUTO BANCO PALMAS. *Informe aos Parceiros*. 2015. Disponível em <https://www.institutobancopalmas.org/banco-nacional-das-comunidades/>. Acesso em 04.12.2019

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura*. Petrópolis: Vozes, 2008.

LAVILLE, Jean-Louis. Solidariedade. In. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro (Org.). São Paulo: Almedina, 2009.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. Economia Solidária. In. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro (Org.). São Paulo: Almedina, 2009.

LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. London: Blackwell, 1991. Disponível em https://monoskop.org/images/7/75/Lefebvre_Henri_The_Production_of_Space.pdf. Acesso em 06.06.2018.

LÉVESQUE, Benoît. Sociologia Econômica. In. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro (Org.). São Paulo: Almedina, 2009.

MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

MARQUEZ, Renata. *Geografias portáteis: arte e conhecimento espacial*. 2009. 248 f. Tese – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2009.

MASSEY, Doreen. *Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MOUFFE, Chantal. *Sobre o político*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

NEIVA, Augusto Câmara; BRAZ, Juliana de Oliveira Barros; NAKAGAWA, Carolina Teixeira; MASCARENHAS, Thais Silva. Banco Palmas: resultados para o desenvolvimento comunitário e a inclusão financeira e bancária. IN. *Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando*. São Paulo: A9 Editora, 2013.

NESOL USP. *BANCLISA, Banco Comunitário*. 2012. (11m43s). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=zoy5ytG-xQw>. Acesso em 02.12.2019.

PAULANI, Leda. *Modernidade e discurso econômico*. São Paulo: Boitempo, 2010.

RAMOS, Pedro H. V. *Onde há democracia, há também, em princípio, estética: Jacques Rancière e as novas dinâmicas de organização social* IN: Cadernos do Departamento de Filosofia da PUC-Rio. Arte, Autonomia e Política. Jan-Jun. 2017. p.237-252

RANCIÈRE, Jacques. *O tempo da emancipação já passou?* In. *A República por Vir: arte política e pensamento para o século XXI*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. *O inconsciente estético*. São Paulo: Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. *Figuras da história*. São Paulo: Editora Unesp, 2018a.

RANCIÈRE, Jacques. *O destino das imagens*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da Escrita*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In. *A Crise da Razão*. NOVAES, Adauto (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RANCIÈRE, Jacques. Em que tempo vivemos? *Revista Serrote*. Rio de Janeiro: IMS, nº 16, abril, 2014, p. 203-222.

RANCIÈRE, Jacques. *La política es imaginación*. [Entrevista concedida a] Melina Balcázar Moreno. Milenio, Paris, 2018b. Disponível em: <https://www.milenio.com/cultura/laberinto/jacques-ranciere-la-politica-es-imaginacion>. Acesso em 04.06.2019.

REGALA, Gustavo. *Práticas de finanças solidárias como práticas urbanas: uma análise das ações dos bancos comunitários de desenvolvimento*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

RIGO, Ariádne Scalfoni. *Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil: aplicações e implicações teóricas e práticas*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2014. Tese de Doutorado. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/23908/1/ARI%C3%81DNE%20SCALFONI.pdf>
Acesso em 15.07.2019.

RIGO, Ariádne Scalfoni; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; LEAL, Leandro Prates. *Moedas Sociais nos Bancos Comunitários de Desenvolvimento: a experiência das Conchas em Matarandiba/BA*. Revista Interdisciplinar de Gestão Social. v.4 n.2. Salvador: UFBA, 2015. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rigs/article/viewFile/9053/11567>
Acesso em 22.06.2018.

RIVITTI, Thaís de Souza. *A ideia de circulação na obra de Cildo Meireles*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007. Tese de Doutorado. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/.../2353018.pdf. Acesso em 08.05.2016.

ROSS, Daniel. *Politics and Aesthetics, or, Transformations of Aristotle in Bernard Stiegler*. Transformations Journal of Media and Culture. No. 17 - Bernard Stiegler and the Question of Technics, 2009. Disponível em http://www.transformationsjournal.org/wp-content/uploads/2017/01/Ross_Trans17.pdf. Acesso em 18.11.2019.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalism, Socialism and Democracy*. Londres: Routledge, 1994.

SEBRAE. *O Empretec*. 2019. Página inicial. Disponível em <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/rn/sebraeaz/empretec-2017,9d72dcc527bfa510VgnVCM100004c00210aRCRD>. Acesso em 03.12.2019

SICOOB CREDICHAPADA. 2019. Página inicial. Disponível em <https://sicoobcredichapada.com.br/index.php/pt/>. Acesso em 03.12.2019

SILVA, Rodrigo. Elegia do comum. In. *A República por Vir: arte, política e pensamento para o século XXI*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

SILVA JÚNIOR, Amaury Fernandes da. *Uma etnografia do dinheiro: os projetos gráficos de papel-moeda no Brasil após 1960*. Tese de doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2008.

SILVEIRAS, Raphael de Souza. *Indivíduo, coerção e sociedade*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2012. Monografia. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000942802>
Acesso em 07/09/2019.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. *Desenvolvendo confiança e solidariedade: as instituições necessárias*. Versão preliminar para Ciclo de Seminários: Brasil em Desenvolvimento, 2003. Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/desenvolvimento>. Acesso em: 14/10/2019

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In. SANTOS, Boaventura de Sousa (org). *Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SINGER, Paul. É possível levar desenvolvimento a comunidades pobres? In MELLO, Sylvia Leser et al. *Economia Solidária e Autogestão: Encontros Internacionais* vol.2. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2007.

STIEGLER, Bernard. *Automatic Society 1: The Future of Work*. La Deleuziana - Online Journal of Philosophy n. 1, 2016. Disponível em <http://www.ladeleuziana.org/wp-content/uploads/2015/05/Stiegler.pdf> Acesso em 01.12.2019

STIEGLER, Bernard. *For a New Critique of Political Economy*. Cambridge: Polity Press, 2010.

STIEGLER, Bernard. *Symbolic Misery - Volume 1: The Hyperindustrial Epoch*. Cambridge: Polity Press, 2014.

STIEGLER, Bernard. *Symbolic Misery - Volume 2: The Katastrophe of the Sensible*. Cambridge: Polity Press, 2015.

STIEGLER, Bernard; MEDEIROS, Maria Beatriz de. (org. e trad.) *Bernard Stiegler: reflexões (não) contemporâneas*. Chapecó: Argos, 2007a.

STIEGLER, Bernard. *Technics, Media, Teleology*. *Theory, Culture & Society* 24, 2007b. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/237968492_Technics_Media_Teleology_Interview_with_Bernard_Stiegler Acesso em 20.11.2019

STRÜVER, Anke; Ulrich, BEST. *The Politics of Place: Critical of Spatial Identities and Critical Spatial Identities*. 2000. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/242076273_The_Politics_of_Place_Critical_of_Spatial_Identities_and_Critical_Spatial_Identities Acesso em 25.11.2019

SUDRÉ, Marcos Felipe. *A Festa e a Cidade: experiência coletiva, poder e excedente no espaço urbano*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

THÉRET, Bruno. *Os três estados da moeda: abordagem interdisciplinar do fato monetário*. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 17, n. 1 (32), p. 1-28, abr. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v17n1/a01v17n1.pdf> Acesso em 02.08.2019

TURRA NETO, Nécio. *Resenha*. *Revista Formação*, n. 15 volume 1, 2008 – p.162-166. Disponível em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/download/744/761> Acesso em 01.12.2019.

TUTT, Daniel. *How to Win an Aesthetic War: Review of Bernard Stiegler's Symbolic Misery*. 2016. Disponível em <https://danieltutt.com/2016/06/05/how-to-win-an-aesthetic-war-on-bernard-stieglers-symbolic-misery/> Acesso em 18.11.2019

VERONESE, Marília Veríssimo. *Subjetividade, trabalho e economia solidária*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84, 2009, 153-167. Disponível em <https://journals.openedition.org/rccs/416>. Acesso em 15/07/2019.

VERONESE, Marília Veríssimo. *Psicologia social e economia solidária*. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2008.

WEATHERFORD, Jack. *A história do dinheiro*. São Paulo: Negócio Editora, 1999.

ZELIZER, Viviana A. *La signification sociale de l'argent*. [S. l.]. Edições Seuil, 2005.

ANEXO LISTA DE BCDs

UF	MUNICÍPIO	BANCO	MOEDA	criação	ABERTO?	E-DINHEIRO?
DF	Arapoanga	Arapoanga	Araponga	2012	S.I.	S.I.
	Ceilândia	Ceilândia	Correria	2016	SIM	SIM
	Cidade Estrutural	Estrutural	Conquista	2012	SIM	SIM
	Itapoã	Itapoã	Atitude	2012	NÃO	SIM
	Planaltina	Planaltina	S.I.	S.I.	S.I.	SIM
GO	Iporá	Pequí	Pequí	2012	NÃO	SIM
MS	Anastácio	Pantanal	Pantaneiro	2012	NÃO	NÃO
	Dourados	Pirê	Pirapirê	2007	SIM	SIM
	Ponta Porã	ITA	ITA	2012	SIM	SIM
MT	Alta Floresta	Raiz	Semente	2013	S.I.	NÃO
	Cuiabá	Aroeira	Lasca	2012	NÃO	NÃO
	Rondonópolis	Cerrado	Bacuri	2012	S.I.	SIM
AL	Igaci	Olhos d'Água	Terra	2016	S.I.	NÃO
BA	Cachoeira	Solidário	Sururu	2013	SIM	NÃO
	Cairu	Casa do Sol	Tinharé	2009	SIM	NÃO
	Caetitê	Dois de Julho	Caeté	2017	SIM	NÃO
	Camaçari	Abrantes	Abrantes	2014	SIM	SIM
	Canavieiras	Resex	Moex	2012	SIM	SIM
	Guanambi	Amigos	Licuri	2016	SIM	NÃO
	Ouriçangas	Água Fresca	Kiriri	2012	NÃO	NÃO
	Salvador	Guiné	Samper	2009	NÃO	NÃO
	Simões Filho	Ecoluzia	Trilha	2007	SIM	NÃO
	Salvador	Santa Luzia	Umoja	2017	SIM	SIM
	São Francisco do Conde	Ouro Negro	Manguezal	2016	NÃO	NÃO
	Vera Cruz	Ilhamar	Concha	2008	SIM	NÃO
	CE	Acarape	Vale Acarape	Vale	2004	S.I.
Aranaú		Dunas	Timbaúba	2011	S.I.	NÃO
S.I.		Serra Verde	Itabem	S.I.	S.I.	S.I.
Beberibe		Bandesb	AB	2007	S.I.	NÃO
Caridade		Padre Quiliano	Caribelo	2008	S.I.	NÃO
Cascavel		Bandesc	Bento	2011	S.I.	NÃO
Caucaia		Potira	Potiguara	2011	NÃO	SIM
Choró		Sertanejo	Sabiá	2008	S.I.	SIM
Chorozinho		Rio Choro	Castanha	2011	S.I.	NÃO
Fortaleza		Pirambú	Pirambú	2008	S.I.	NÃO

**Tabela elaborada a partir de listagem da Rede Brasileira de Bancos Comunitários e atualizada conforme informações disponibilizadas pela Associação Ateliê de Ideias, pelo Instituto Palmas e pelas pesquisas de Gustavo Resgala (2019) e Ariádne Rigo (2014).*

S.I. = sem informação

Fortaleza	Rio Sol	Rio	2008	NÃO	NÃO	
Fortaleza	Palmas	Palmas	1998	SIM	SIM	
Fortaleza	São Cristóvão	Cristóvão	2010	NÃO	NÃO	
Fortaleza	Dendê Sol	Dendê	2010	S.I.	NÃO	
Ibaretama	Serra Azul	Ibaré	2008	S.I.	SIM	
Irauçuba	Bancart	Ta	2006	S.I.	NÃO	
Irauçuba	Amizade	Cactos	2008	NÃO	NÃO	
Irauçuba	Juazeiro	Cactos	2008	S.I.	SIM	
Itaitinga	Itasol	Ita	2011	S.I.	NÃO	
Itarema	Tremembé	Ita	2008	S.I.	NÃO	
Juazeiro do Norte	Timbaúbas	Timba	2011	S.I.	NÃO	
Madalena	Bansol	Sol	2008	NÃO	NÃO	
Maracanaú	Pajú	Maracanã	2006	SIM	SIM	
Maracanaú	Jaçana	Maracanã	2008	S.I.	NÃO	
Maranguape	Empreendedores	Prata	2006	S.I.	NÃO	
Maranguape	Itapebussu	Itapebussu	2008	S.I.	NÃO	
Mauriti	Buriti	Grão	2011	S.I.	NÃO	
Monsenhor Tabosa	Serra das Matas	Serra	2008	S.I.	NÃO	
Ocara	Ocards	Tupi	2008	S.I.	SIM	
Pacatuba	Pacatubano	Paca	2011	NÃO	NÃO	
Palhano	Artpalha	Castanha	2008	S.I.	NÃO	
Palmácia	Serrano	Palmeira	2005	S.I.	NÃO	
Paracuru	Par	Par	2004	S.I.	SIM	
Paramoti	Frei Diogo	Paz	2007	S.I.	NÃO	
Quixadá	Quixadá	Monólito	2011	S.I.	NÃO	
Santana do Aracá	Bassa	Santana	2005	NÃO	NÃO	
Tamboril	Feiticeiro	Feiticeiro	2008	S.I.	NÃO	
Tauá	Econômico	S.I.	S.I.	NÃO	NÃO	
Tauá	Quinamuiu	Quinamuiu	2007	NÃO	NÃO	
.....						
MA	Alcântara	Quilombola	Guará	2007	NÃO	NÃO
.....						
PB	Lagoa de Dentro	Lagoa	Tintim	2016	SIM	SIM
	João Pessoa	Jardim Botânico	Orquídeas	2012	SIM	SIM
	João Pessoa	Muçubank	Muçu Real	2015	NÃO	NÃO
	Pombal	Maringá	Margarida	2017	SIM	SIM
	Remígio	Cinco Lagoas	Reis	2019	SIM	SIM
.....						
PI	Cajueiro da Praia	Caju da Praia	Cajueiros	2010	NÃO	NÃO
	Esperantina	Retiro	Longá	2017	SIM	NÃO
	Parnaíba	Semear	Semear	2008	NÃO	NÃO

UF	MUNICÍPIO	BANCO	MOEDA	criação	ABERTO?	E-DINHEIRO?
	Pedro II	Rede Opala	Opala	2012	SIM	NÃO
	Porto	Marruás	Marruás	2017	SIM	SIM
	São João do Arraial	Cocais	Cocais	2007	SIM	SIM
RN	Carnaubais	Carnaubais	Carnaúba	2013	S.I.	S.I.
	Pureza	Pureza	Cristalina	2016	S.I.	S.I.
	S. Miguel do Gostoso	Gostoso	Gostoso	2013	S.I.	SIM
SE	Barra dos Coqueiros	Dunas	Dunas	2012	S.I.	NÃO
AC	Rio Branco	Vitória	Arco Íris	2011	S.I.	SIM
	Rio Branco	Triângulo	Apuí	2012	S.I.	SIM
AP	Macapá	Forte	S.I.	2012	S.I.	NÃO
	Macapá	Fazendinha	S.I.	S.I.	S.I.	NÃO
	Laranjal do Jari	Farol	Centelha	2011	S.I.	SIM
AM	Barrerinha	Airamba	S.I.	2016	S.I.	SIM
	Boa Vista dos Ramos	S.I.	S.I.	S.I.	S.I.	NÃO
	Manaus	Aruak	Aruak	2012	S.I.	SIM
	Manaus	Colonial	Panair	S.I.	S.I.	SIM
	Manaus	Conquista	Liberdade	2011	S.I.	SIM
	Manaus	Liberdade	Tucumã	2011	S.I.	SIM
	Manaus	Mauá	S.I.	2015	SIM	SIM
	Manaus	Nova Aliança	S.I.	S.I.	S.I.	NÃO
	Manaus	Poraquê	S.I.	S.I.	S.I.	SIM
	Parintins	Parintins	Puxirum	2011	S.I.	SIM
PA	Ananindeua	Paar	Ananin	2012	S.I.	NÃO
	Belém	Tupinambá	Moqueio	2009	SIM	SIM
	Belém	Caratateua	S.I.	2013	S.I.	NÃO
	Belém	Cajueiro	S.I.	S.I.	S.I.	NÃO
	Belém	Castanheira	Castanha	2015	S.I.	SIM
	Currálinho	Rio Canaticú	Iaçá	2016	S.I.	NÃO
	Gurupú	Aldeinha	Mutirão	2011	S.I.	NÃO
	Igarapé-Miri	Miri	Açaí	2011	S.I.	NÃO
	Jacundá	Paraíso	Sabiá	2011	S.I.	SIM
	Marituba	Mari	Mari	2012	S.I.	NÃO
	Muaná	Pracuubense	Pracuúba	2016	S.I.	NÃO
	Santa Isabel	Rio Carapuru	S.I.	S.I.	S.I.	SIM
	Santarém	Muiraquitã	Muiraquitã	2010	S.I.	S.I.
	S.I.	Aimorés	S.I.	S.I.	S.I.	SIM
	Santo Antônio do Taua	Tauense	Patauí	S.I.	S.I.	NÃO
RO	Guajará-Miri	Pérola do Mármore	Pérolas	2012	S.I.	SIM

ES	Caparaó	Caparaó	Tico-tico	2016	SIM	NÃO
	Cariacica	Sol	Girassol	2008	SIM	SIM
	Cariacica	Esperança	Rosa	2012	SIM	SIM
	Nova Venâncio	Kiri-Kerê	Kiri	2017	SIM	SIM
	Pedro Canário	União	S.I.	2013	SIM	SIM
	Serra	Mar	Maré	2013	SIM	SIM
	Serra	Abraço	Abraço	2012	SIM	SIM
	Serra	Passarela	Passos	2014	SIM	SIM
	Serra	Viver	Colar	2014	SIM	SIM
	Vila Velha	Terra	Terra	2007	SIM	SIM
	Vila Velha	Verde Vida	Verde	2008	SIM	SIM
	Vitória	Bem	Bem	2006	SIM	SIM
	Vitória	Puã	Puã	2012	NÃO	NÃO
.....						
MG	Chapada Gaúcha	Chapadense	Vereda	2009	NÃO	SIM
	Esmeraldas	Esmeralda	Esmeralda	2012	NÃO	SIM
	Igarapé	Igarapés	S.I.	2016	NÃO	SIM
	Teófilo Otoni	Banclisa	Lisa	2012	SIM	SIM
	Uruana de Minas	Sussuarana	Uruana	2009	NÃO	NÃO
.....						
RJ	Duque de Caxias	Saracuruna	Saracuruna	2011	S.I.	NÃO
	Maricá	Mumbuca	Mumbuca	2014	SIM	SIM
	Niterói	Preventório	Prevê	2011	SIM	SIM
	Rio de Janeiro	Cidade de Deus	CDD	2011	SIM	SIM
	Rio de Janeiro	Cultura	S.I.	2018	SIM	SIM
	Silva Jardim	Capivari	Capivari	2010	S.I.	NÃO
.....						
SP	Carapicuíba	Tonato	Estelas	2012	NÃO	SIM
	S. Bernardo do Campo	Pe Commissari	Commissari	2012	SIM	SIM
	São Carlos	Santa Eudóxia	Quilombo	2012	S.I.	NÃO
	São Paulo	Paulo Freire	Freire	2009	S.I.	SIM
	São Paulo	Vista Linda	Vista Linda	2009	S.I.	SIM
	São Paulo	Apuanã	Apuanã	2009	S.I.	SIM
	São Paulo	Nascente	Vida	2012	SIM	SIM
	São Paulo	Autogestão	Moradias	2009	S.I.	SIM
	São Paulo	União Sampaio	Sampaio	2009	SIM	SIM
	Várzea Paulista	Orquídea	Progresso	2012	S.I.	SIM
.....						
SC	Curitiba	Neuro	Neuro	2015	SIM	NÃO
.....						
RS	Porto Alegre	Cascata	Antena	2017	SIM	SIM
	Porto Alegre	Grão	Grão	2018	SIM	SIM
	Porto Alegre	Justa Troca	Justo	2018	SIM	SIM
	São Leopoldo	P. Solidárias	Pontes	2009	NÃO	NÃO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

This study was funded by the Coordination for the Improvement of Higher Education - Brazil (CAPES) - Finance Code 001